

# **REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA**

---

**Ano XVII — Outubro/Dezembro de 1956 — N.º 68**

**CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

Órgão oficial do Conselho Nacional de Estatística  
da Sociedade Brasileira de Estatística, editado trimestralmente  
pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Diretor responsável: LUIZ DE ABREU MOREIRA

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

AV. FRANKLIN ROOSEVELT, 166 — TELEFONES { Redação - 52-3605  
Assinaturas - 42-7142

Assinatura anual: Cr\$ 80,00

## S U M Á R I O

JOÃO LYRA MADEIRA	
SÓBRE ALGUMAS CURVAS DE SATURAÇÃO EMPREGADAS EM AJUSTAMENTOS DE DADOS OBSERVADOS	269
A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO (Organização Internacional do Trabalho)	287
<i>BIBLIOGRAFIA</i>	
Bibliografia sobre a emigração italiana para o Brasil — Giorgio Mortara	308
<i>INFORMAÇÕES GERAIS</i>	
Distribuição territorial dos soviéticos e bálticos presentes no Brasil em 1955 — Rêmulo Coelho	324
<i>LEGISLAÇÃO</i>	
Imposto único sobre energia elétrica	329
Fundo federal de eletrificação	330
Resoluções da JEC	332
<i>ATRAVÉS DA IMPRENSA</i>	
Mulheres diplomadas — "Censo demográfico-Brasil" — Informações precisas sobre o Brasil	340
<i>REPORTAGEM</i>	
IV Sessão da COINS	341
<i>RESENHA</i>	
I Reunião de Inspetores Regionais — Atividades da JEC — Representantes dos Órgãos Filiados do CNE — Homenagens a Teixeira de Freitas — Novo Secretário-Geral do CNG — Pequenas notícias	348
ÍNDICE GERAL DE 1956	359

JOÃO LYRA MADEIRA

*Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas e do Instituto dos Industriários*

# SÔBRE ALGUMAS CURVAS DE SATURAÇÃO EMPREGADAS EM AJUSTAMENTOS DE DADOS OBSERVADOS

## 1 — Introdução

1 1— Vários fenômenos biológicos, físicos, químicos, econômicos, sociais, etc. têm a característica comum de apresentarem uma evolução em que a taxa de variação, a partir de um certo valor, decresce, tendendo para zero

Assim, o crescimento biológico (tecidos, órgãos, corpo humano ou animal) é lento a princípio, mas adquire um “élan” a partir de certo ponto para depois diminuir a velocidade de crescimento que termina por anular-se completamente.

O mesmo ocorre, por exemplo, com o crescimento de uma colônia de bactérias microbianas, etc.; com a quantidade de determinado composto em certas reações químicas (autocatalíticas); com o capital acumulado por uma comunidade; com a população de um país, e assim por diante

No caso dos fenômenos econômicos e sociais é claro que o homem altera o meio ambiente em que vive de modo que a evolução já não é tão simples. Mas, mesmo assim, dentro de cada ciclo evolutivo (ciclo pastoril, agrícola, industrial, etc.) há uma tendência a que a taxa de crescimento, a partir de certo momento, apresente um andamento decrescente com visíveis sintomas de saturação do fenômeno, cuja evolução posterior exige, quase sempre, alterações estruturais mais ou menos profundas.

Todos os fenômenos que apresentam esta característica podem ser englobados na categoria geral de fenômenos de saturação, e a sua evolução pode ser descrita por meio de curvas de saturação, entre as quais citaremos a logística, a curva de GOMPERTZ, etc.

1 2— Embora possam ser adotadas essas curvas (ou outras) para representar a evolução de um fenômeno qualquer, convém salientar que tanto a logística, como a curva de GOMPERTZ, e, de modo geral, tôdas as que serão apresentadas nesse estudo, não são adequadas para representar um fluxo; elas se prestam principalmente, para representar um estoque. Assim, o número de sobreviventes com idade  $x$ ; a população na época  $t$ ; o capital acumulado existente na época  $t$ ; o número total de automóveis existentes em um certo país ou cidade, etc., são mais adequadamente representados por uma curva de saturação, do que o número de óbitos (que apresenta caráter inteiramente diverso), o crescimento demográfico, a renda nacional ou a produção de automóveis. Embora não possamos entrar em pormenores sôbre aspecto do problema, o ponto de vista em que nos colocamos é o de que as curvas de saturação se aplicam de preferência aos estoques que aos fluxos.

1 3— Quanto ao processo de ajustamento, cabe fazer algumas observações. Embora não seja novo o critério de ajustar a derivada de uma função em lugar da própria função, — o que implica em aspectos teóricos que não abordaremos aqui — desconhecíamos até 1944, época em que, pela primeira vez, uti-

lizamos êsse critério no ajustamento da logística, os trabalhos de HOTTELING de orientação idêntica, do qual tomamos conhecimento através do livro "Analyses of economic time series" de H T Davis

No entanto os resultados por nós obtidos vão, segundo cremos, muito além dos obtidos por aquêlê autor, cujo objetivo não foi o de fazer uma análise profunda dêsse problema

Temos a esperança de que o critério por nós sugerido será de utilidade prática em muitos setores de pesquisas; essa esperança, aliada à sugestão de alguns amigos, é que nos animou a redigir o presente trabalho Nêle não se encontra o desenvolvimento teórico das fórmulas e dos métodos propostos, mas tão-sòmente, os resultados gerais, únicos que realmente têm interêsse na aplicação

2 — Equações gerais

2 1— Seja  $y = y(t)$  uma certa função contínua e derivável de  $t$ , cuja taxa de acréscimo,  $r = dy/y dt$ , é dada pela expressão

$$\frac{dy}{y dt} = r = \epsilon - \gamma \cdot F(y) \tag{2 1 1}$$

onde  $\epsilon$  e  $\gamma$  são constantes positivas e  $F(y)$ , definida para  $y \geq 0$ , satisfaz às condições

$$F(0) = 0; F(y) \geq 0 \quad (\text{função positiva})$$

$$dF/dy \geq 0 \quad (\text{função crescente})$$

Conforme demonstrou VITO VOLTERRA \*, a função integral  $y(t)$  será limitada e crescente, tendo por assintotas o eixo dos  $t$  e uma paralela a êsse eixo, a uma distância  $y = L$  Esse valor limite da função  $y(t)$  é, por outro lado, a raiz real (única) da equação

$$\epsilon - \gamma \cdot F(y) = 0 \tag{2 1 2}$$

isto é:

$$L = \bar{F} \left( \frac{\epsilon}{\gamma} \right) \tag{2 1 3}$$

onde  $\bar{F}$  é a função inversa de  $F$ .

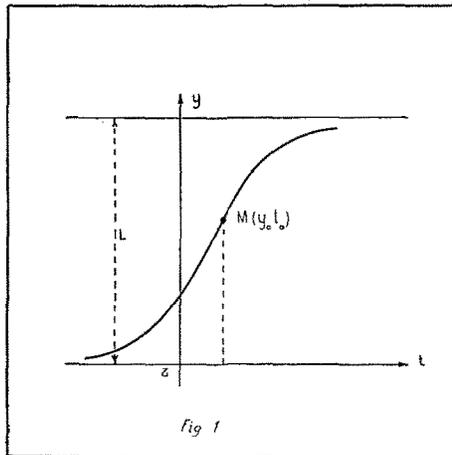


Fig 1

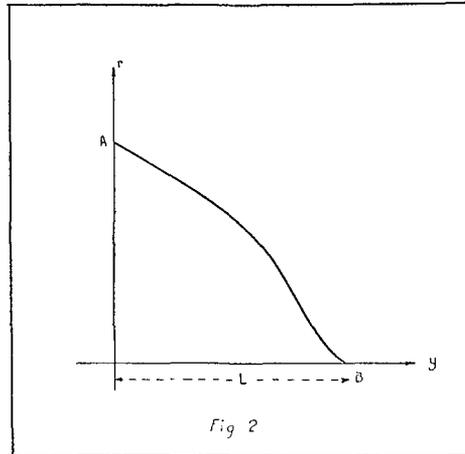
No sistema de coordenadas  $(t, y)$  a função  $y(t)$  será representada por uma curva tipo indicado na figura 1, apresentando um ponto de inflexão cuja ordenada  $y_0$  satisfaz à equação (2 1.4)

$$\frac{1}{y_0} \left[ \frac{\epsilon}{\gamma} - F(y_0) \right] = \left( \frac{dF}{dy} \right)_{y=y_0} \tag{2 1 4}$$

Se considerarmos a função (2 1 1) representada gráficamente no plano  $(y, r)$ , teremos uma curva monótona decrescente (fig. 2) que corta o eixo das ordenadas

\* "Théorie mathématique de la lutte pour la vie", VITO VOLTERRA

no ponto A, de coordenadas  $(0, \epsilon)$  e o eixo das abscissas no ponto B, de coordenadas  $(L, 0)$ . Se  $y(t)$  representar a evolução de um certo fenômeno no tempo, o ponto B é um ponto de equilíbrio estável no sentido de que se ocorrer, por qualquer motivo, (fôrça exterior por exemplo) que  $y$  supere o valor  $L$ , então, em virtude de (2 1 1) e das condições impostas à função  $F(y)$ , a derivada,  $dy/dt$  se tornará negativa de modo que a função decrescerá, voltando ao limite  $L$ ; análogamente, enquanto  $y$  fôr inferior a  $L$  a derivada será positiva fazendo com que  $y$  tenda para  $L$ . Assim, qualquer fôrça exterior que tenda a afastar  $y$  de  $L$  fará com que surjam outras fôrças que tendem a aproximá-lo novamente dêsse limite



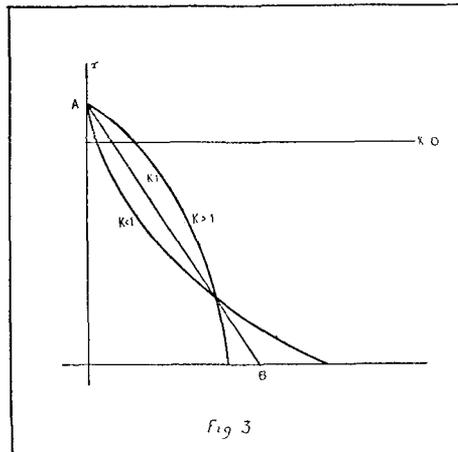
2 2— Como caso particular vamos considerar, inicialmente, a função

$$F(y) = ay^k$$

onde  $a$  e  $k$  são constantes não negativas. A equação (2 1 1) será, pois, nesse caso,

$$r = \frac{dy}{y \cdot dt} = \epsilon - \beta y^k \tag{2 2 1}$$

sendo  $\beta = a \gamma$



No plano  $(y, r)$  — fig 3 — a curva

$$r = \epsilon - \beta y^k$$

para  $k = 0$ , reduz-se a uma reta paralela ao eixo dos  $y$

$$r = \epsilon - \beta$$

Para  $k = 1$  ela se reduz a uma reta decrescente,  $AB$ , de equação

$$r = \epsilon - \beta y$$

Quando se supõe  $k$  diferente de  $0$  e de  $1$ , obtêm-se diferentes curvas, cujas concavidades ou convexidades dependerão do valor de  $k$ . Considerando a derivada segunda

$$d^2r/dy^2 = -k(k-1)\beta y^{k-2}$$

verifica-se que para  $k > 1$  a curva terá a concavidade voltada para baixo ( $d^2r/dy^2 < 0$ ) e, para  $k < 1$ , a concavidade ficará voltada para cima ( $d^2r/dy^2 > 0$ ). Fixados os valores de  $\epsilon$  e  $\beta$  é claro que o limite  $L$  será tanto maior quanto menor for o valor de  $k$ , tornando-se infinito quando  $k = 0$ , (reta paralela ao eixo dos  $y$ )

A integração da equação (2.2.1) conduz à solução:

$$y = y(t) = \frac{L}{[1 + e^{-\eta(t-\tau)}]^{1/k}} \quad (2.2.2)$$

onde  $\eta = k\epsilon$  e  $L$  é a raiz real da equação de equilíbrio,  $\epsilon - \beta y^k = 0$ , isto é:

$$L = (\epsilon/\beta)^{1/k} \quad (2.2.3)$$

Para  $k = 1$  a expressão anterior se transforma na conhecida logística de VERHULST-PEARL e para  $k = 0$  resulta a curva exponencial que pode ser obtida diretamente integrando a (2.2.1), a qual assume, nesse caso, a forma simples  $dy/ydt = \epsilon - \beta$

2.3— De acordo com a expressão (2.1.4) a ordenada do ponto de inflexão será:

$$y_0 = \frac{L}{(1+k)^{1/k}} = \left[ \frac{\epsilon}{\beta(1+k)} \right]^{1/k} \quad (2.3.1)$$

Substituindo-se esse valor em (2.2.2) e resolvendo em relação a  $t$ , obteremos a abscissa do mesmo ponto:

$$t_0 = \tau - \frac{\lg_e k}{k} \quad (2.3.2)$$

No caso da logística de VERHULST-PEARL ( $k = 1$ ) virá, então,

$$y_0 = L/2; \quad t_0 = \tau$$

que constituem resultados bem conhecidos.

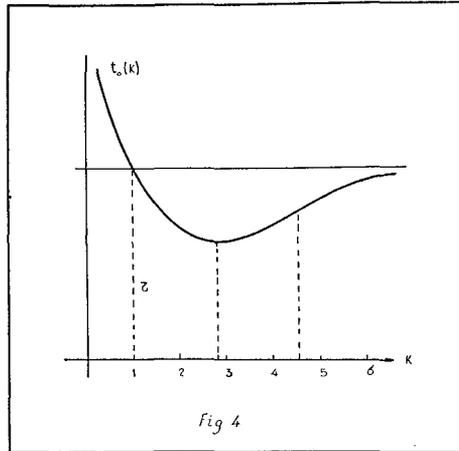
No caso geral, as coordenadas  $y_0$  e  $t_0$  do ponto de inflexão de  $y(t)$ , dependerão de  $k$ , de modo que podemos representá-las por  $y_0(k)$  e  $t_0(k)$ . Analisando a expressão (2.3.2) de  $t_0(k)$  e as duas primeiras derivadas  $dt_0/dk$ ,  $d^2t_0/dk^2$ , verificaremos que a abscissa,  $t_0(k)$ , do ponto de inflexão, cujo valor cresce indefinidamente quando  $k \rightarrow 0$ , decresce quando  $k$  aumenta, ficando igual a  $\tau$  para  $k = 1$  e passando por um mínimo,

$$t_0 = \tau - \frac{1}{\epsilon e}$$

quando  $k = e$ ; daí por diante  $t_0(k)$  passa a aumentar com a variável  $k$  apresentando um ponto de inflexão para  $k = e^{1/e}$ , e tendendo assintoticamente para  $\tau$  quando  $k \rightarrow \infty$ . Na fig. 4 acha-se indicada a função  $t_0(k)$ . Assim, tomando-se como referência no gráfico da fig. 1, o ponto  $t_0 = \tau$  correspondente à inflexão da logística de VERHULST-PEARL verifica-se que, na medida em que aumenta o expoente  $k$ , a projeção do ponto de inflexão da curva sobre o eixo dos  $t$  caminha no sentido negativo, ultrapassa, nesse sentido, o valor  $\tau$ , continuando para a esquerda até atingir o valor mínimo  $\tau - 1/\epsilon e$ , passando então a caminhar em sentido contrário, tendendo novamente para o valor  $t_0 = \tau$  quando  $k \rightarrow \infty$ .

2.4— Como segundo exemplo consideremos a função

$$F(y) = a \cdot \lg_e y$$



A equação (2.1.1) ficará então:

$$i = \frac{dy}{y \cdot dt} = \epsilon - \beta \lg_e y \tag{2.4.1}$$

onde  $\beta = a\gamma$ . No plano  $(y, r)$  a função  $r(t)$  assumirá o aspecto indicado na fig 5, algo semelhante à do caso anterior quando  $k < l$ , com a diferença, no entanto, que, agora,

$$\lim_{y \rightarrow 0} r(t) = \infty$$

A equação de equilíbrio

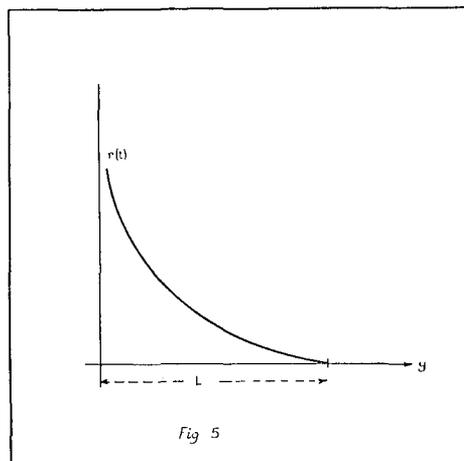
$$\epsilon - \beta \lg_e y = 0 \tag{2.4.2}$$

tem como única raiz real o valor

$$L = e^{\epsilon/\beta}$$

e a integração de (2.4.1) fornece a função integral:

$$y(t) = L \cdot e^{-e^{-\beta(t-\tau)}} \tag{2.4.3}$$

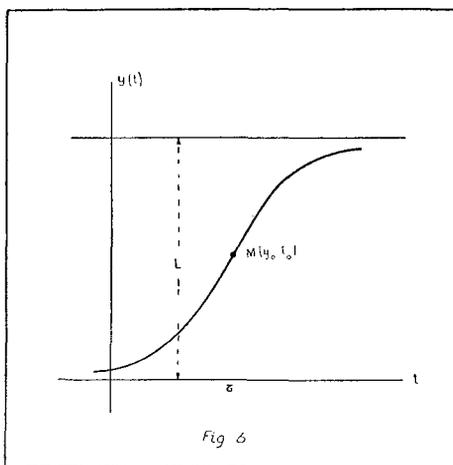


Essa função foi proposta por GOMPERTZ, para o ajustamento da mortalidade, pelo que denominaremos de função de GOMPERTZ ordinária; ela tem o aspecto indicado na fig 6, análogo aos das curvas analisadas no item 2.3, uma vez que se desenvolve, também entre duas assintotas horizontais: o eixo dos  $t$  e a reta  $y = L$ , paralela a esse eixo. O ponto  $M$  de inflexão da curva tem

como coordenadas, conforme se pode ver facilmente pela aplicação da equação (2.1.4):

$$y_0 = L e^{-1} \cong 0,368 L$$

$$t_0 = \tau$$
(2.4.4)



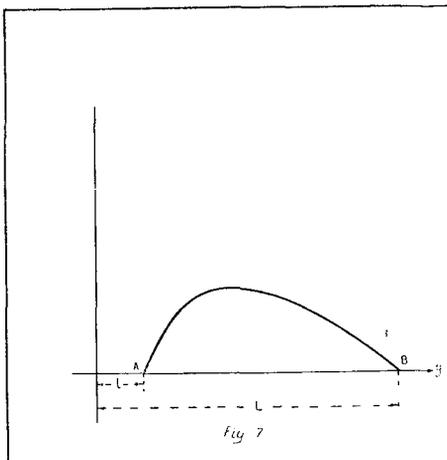
Assim a inflexão da curva de GOMPERTZ ocorre quando a função atinge 36,8% do valor limite, ao passo que, na logística de VERHULST-PEARL, a inflexão se verifica para um valor de  $y$  igual a 50% do seu limite

A equação (2.1.1) com a condição imposta à função  $F(y)$  acarreta, para a taxa de crescimento  $r(t)$ , a obrigação de ser sempre decrescente para  $y$  crescente. Podemos admitir, porém, uma situação mais geral em que a taxa de crescimento possa ser crescente em um certo trecho e decrescente em outro.

Para isso, suporemos que  $r$  seja dada pelo produto de dois fatores

$$r(t) = \frac{dy}{y \cdot dt} = [\epsilon - \gamma \cdot F(y)] \cdot [\eta - \zeta \cdot \varphi(y)]$$
(2.4.1)

onde  $F(y)$  é, como no caso anterior, uma função positiva e crescente, e  $\varphi(y)$  é uma função positiva decrescente



A função  $r$ , no plano  $(y, r)$  será representada por uma curva do tipo indicado na fig 7, havendo então dois pontos de equilíbrio  $A$  e  $B$  cujas abscissas,  $l$  e  $L$ , são as raízes reais das equações de equilíbrio:

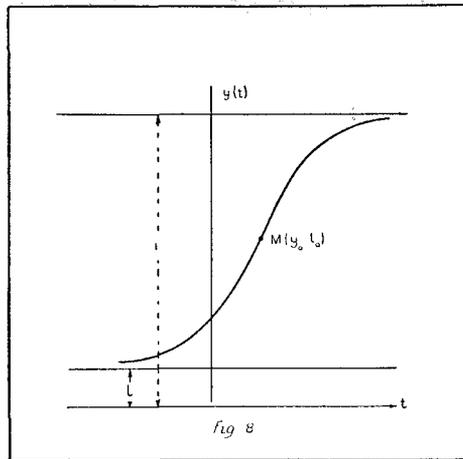
$$\epsilon - \gamma \cdot F(y) = 0$$

$$\eta - \zeta \cdot \varphi(y) = 0$$
(2.4.2)

isto é.

$$\bar{L} = \bar{F}(\epsilon/\gamma) \quad ; \quad \bar{l} = \bar{\varphi}(\eta/\zeta)$$

onde  $\bar{\varphi}$  e  $\bar{F}$  são, respectivamente, as funções inversas de  $\varphi$  e  $F$ . Facilmente se verifica, como no caso anterior, que o ponto  $B$  é de equilíbrio estável, ao passo que em  $A$  o equilíbrio é instável. De fato, em qualquer posição à direita de  $A$ , a taxa de crescimento é positiva e a função cresce, afastando-se de  $A$ ; análogamente, em qualquer ponto à esquerda de  $A$  a taxa  $r$  será negativa de modo que a função decresce afastando-se de  $A$ .



A curva integral será monótona crescente, desenvolve-se entre as duas assintotas (fig. 8)

(ass. superior)  $y = L = \lim_{t \rightarrow \infty} y(t)$

(ass. inferior)  $y = l = \lim_{t \rightarrow -\infty} y(t)$

O ponto de inflexão  $M$  terá coordenadas  $t_0, y_0$ , sendo  $y_0$  determinado pela equação

$$[\varphi(L) - \varphi(y_0)] - \left\{ \left( \frac{d\varphi}{dy} \right)_{y=y_0} - \frac{\varphi(L) - \varphi(y_0)}{F(L) - F(y_0)} \cdot \left( \frac{dF}{dy} \right)_{y=y_0} \right\} y_0 = 0 \quad (2.5.1)$$

2.5— Como caso particular consideremos as funções

$$F(y) = a y^k \quad (2.5.2)$$

$$\varphi(y) = b y^{-k}$$

onde  $a$  e  $b$  são constantes não negativas. A expressão da taxa de crescimento será então:

$$r = \frac{dy}{y dt} = (\epsilon - \beta y^k) (\eta - \theta y^{-k}) \quad (2.5.3)$$

onde  $\beta = a \gamma$  e  $\theta = \zeta b$

A integração de (2.5.2) fornece:

$$y(t) = \left[ l^k + \frac{L^k - l^k}{1 + e^{-\alpha(t-t_0)}} \right]^{1/k} \quad (2.5.4)$$

na qual  $\alpha = k(\epsilon \eta - \beta \theta)$

Verifica-se, facilmente, que se  $\eta = 1$  e  $\theta = 0$  recai-se no caso anteriormente examinado, resultando  $l = 0, L = (\epsilon/\beta)^{1/k}$  e  $\alpha = k\epsilon$

No caso geral, obtém-se:

$$l = (\theta/\eta)^{1/k} \quad ; \quad L = (\epsilon/\beta)^{1/k} \quad (2.5.5)$$

Para  $k=1$ , chega-se à chamada logística cíclica. Substituindo-se na equação (2.5.1),  $\varphi(y)$  e  $F(y)$  pelas expressões indicadas em (2.5.2), resulta como ordenada do ponto de inflexão:

$$y_0 = \frac{L^k + l^k + \sqrt{L^k + l^k - 4(1-k^2)L^k \cdot l^k}}{2(1+k)} \quad (2.5.6)$$

Essa expressão se reduz a  $y_0 = (L+l)/2$  quando se faz  $k=1$ , o que constitui um resultado bem conhecido.

2.6— O segundo exemplo a ser considerado como caso particular de (2.4.1) é o que resulta das suposições:

$$\begin{aligned} F(y) &= a \lg_e(\lambda y + \delta) \\ \varphi(y) &= \lambda + \delta y^{-1} \end{aligned} \quad (2.6.1)$$

que conduzem à equação diferencial

$$r = \frac{dy}{y dt} = [\epsilon - \beta \lg_e(\lambda y + \delta)] \cdot [\lambda + \delta y^{-1}] \quad (2.6.2)$$

A solução dessa equação fornece a seguinte função integral:

$$y(t) = l + L_1 e^{-e^{-\beta}(t-\tau)} \quad (2.6.3)$$

onde  $L_1 = L - l$ . Essa expressão apresenta com (2.4.3) uma analogia do mesmo tipo que existe entre (2.2.2) e (2.5.4), principalmente se supusermos, nessas últimas,  $k=1$ .

As raízes das equações de equilíbrio

$$\begin{aligned} \epsilon - \beta \cdot \lg_e(\lambda y + \delta) &= 0 \\ \lambda y + \delta &= 0 \end{aligned} \quad (2.6.4)$$

darão os valores de  $L$  e  $l$ , isto é:

$$L = \frac{1}{\lambda} (e^{\epsilon/\beta} - \delta) \quad (2.6.5)$$

$$l = -\delta/\lambda \quad (2.6.6)$$

Para  $\lambda=1$  e  $\delta=0$ , recairemos no caso da curva de GOMPETZ ordinária, ( $l=0$ ;  $L_1 = e^{\epsilon/\beta} = L$ ). Tendo em vista que  $y=1$  é uma curva de GOMPERTZ ordinária, conclui-se facilmente que as coordenadas do ponto de inflexão serão:

$$\begin{aligned} y_0 &= L_1 e^{-1} + l(1 - e^{-1}) \\ t_0 &= \tau \end{aligned} \quad (2.6.7)$$

Sendo  $e^{-1} \cong 0,368$  resulta  $y_0 \cong 0,368 L + 0,264 l$  ao passo que, para a logística cíclica, tem-se, como vimos,  $y_0 = 0,5 L + 0,5 l$

### 3 — Ajustamento dos dados observados

3.1— Seja  $t_i$  — ( $i, 1, 2, \dots$ ) uma sucessão qualquer de valores do parâmetro  $t$  de que dependem a função  $y(t)$  e a sua derivada logarítmica  $r(t) = dy/ydt$ , e suponhamos que os dados observados são os valores  $r_i^*$  e  $y_i^*$  de  $r_i$  e  $y_i$  correspondentes à sucessão  $t_i$ . Desde que os pontos  $(r_i^*, y_i^*)$  apresentem uma tendência decrescente, estaremos no caso da equação (2.1.1); se, porém, essa tendência for a princípio ascendente e depois descendente, trata-se de um caso abrangido pela equação (2.4.1). O ajustamento dos dados observados pode, então, ser

realizado mediante a condição de tornar-se mínima a soma ponderada dos quadrados dos desvios entre as taxas observadas e ajustadas, isto é

$$\sum_{i=1}^n \delta_i^2 \theta(y_i) = \text{mínimo} \tag{3 1.1}$$

Nesta expressão

$$\delta_i = r_i^* - r_i$$

onde  $r_i$  indica o valor teórico da taxa de crescimento da função  $y(t)$  no ponto  $y_i$  expressa, conforme o caso, por uma das equações (2.1 1) ou (2 4 1);  $r_i^*$  é o valor observado dessa mesma taxa.

A função  $\theta(y)$  tem por objetivo estabelecer uma ponderação dos desvios e pode ser, então, denominada função de ponderação

3 2— Consideremos o caso da equação (2.1.1); a condição de mínimo expressa por (3 1.1) será então (indicando-se  $F(y_i)$  e  $\theta(y_i)$  simplesmente por  $F_i$  e  $\theta_i$ )

$$\sum_{i=1}^n (r_i^* - \epsilon + \gamma \cdot F_i)^2 \theta_i = \text{mínimo} \tag{3 1 2}$$

a qual conduz ao sistema de duas equações:

$$\begin{aligned} \sum_i r_i^* \theta_i &= \epsilon \sum_i \theta_i - \gamma \sum_i \theta_i F_i \\ \sum_i r_i^* \theta_i F_i &= \epsilon \sum_i \theta_i F_i - \gamma \sum_i \theta_i F_i^2 \end{aligned} \tag{3 1 3}$$

A solução desse sistema, que é imediata, exige, no entanto, que se substituam os valores teóricos de  $\Theta_i$  e  $F_i$  pelos seus valores observados:

$$\theta_i^* = \theta(y_i^*) \quad ; \quad F_i^* = F(y_i^*)$$

Como aplicação consideraremos o caso particular:

$$\theta(y) = y^p \quad ; \quad F(y) = \alpha y$$

que conduz à logística de VERHULST-PEARL. Feita a substituição em (3 1 1) e pondo  $\alpha\gamma = \beta$  resulta o sistema particular (onde  $r_i^*$  e  $y_i^*$  estão representados por  $r_i$  e  $y_i$ , por motivo de simplicidade).

$$\begin{aligned} \sum_i r_i y_i^p &= \epsilon \sum_i y_i^p - \beta \sum_i y_i^{p+1} \\ \sum_i r_i y_i^{p+1} &= \epsilon \sum_i y_i^{p+1} - \beta \sum_i y_i^{p+2} \end{aligned} \tag{3 1 4}$$

A solução desse sistema, que é um caso particular da solução do sistema (3 1 3), pode ser posta sob forma bastante simples. De fato, pondo:

$$\alpha_p = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n y_i^p \quad ; \quad r^{(p)} = \frac{\sum_{i=1}^n r_i y_i^p}{\sum_{i=1}^n y_i^p} \quad ; \quad \lambda_p = \alpha_p \cdot \alpha_{p+2} / \alpha_{p+1}$$

obtem-se, depois de algumas simplificações:

$$\epsilon = \frac{\lambda_p r^{(p)} - r^{(p+1)}}{\lambda_p - 1} \quad ; \quad \beta = \frac{r^{(p)} - r^{(p+1)}}{\lambda_p - 1} \cdot \frac{\alpha_p}{\alpha_{p+1}} \tag{3 1 5}$$

Conseqüentemente, o valor limite da função  $y(t)$ , (raiz real da equação de equilíbrio) será:

$$L = \frac{\epsilon}{\beta} = \frac{\alpha_{p+1}}{\alpha_p} \cdot \frac{\lambda_p r^{(p)} - r^{(p+1)}}{r^{(p)} - r^{(p+1)}} \tag{3 1 6}$$

Um caso particular de grande interesse prático é aquele em que  $p = 0$ , pela solução particularmente simples a que conduz. De fato, a equação (3 1.1) traduz, então, a condição de mínimo para a soma dos quadrados dos desvios não ponderados, entre as taxas de crescimento observadas e ajustadas

Demonstra-se que, nesse caso, os valores de  $\epsilon$ ,  $\beta$  e  $L$  são dados pelas expressões

$$\epsilon = \frac{\lambda_0 K - \Theta}{\Delta (\lambda_0 - 1)} \quad ; \quad \beta = \frac{K - \Theta}{\Delta (\lambda_0 - 1) \alpha_1} \quad ; \quad L = \alpha_1 \cdot \frac{\lambda_0 K - \Theta}{K - \Theta} \quad (3.1.7)$$

onde se adotou, para simplificar, a notação:

$$K = l g_e (y_n / y_1) \quad ; \quad \Theta = (y_n - y_1) / \alpha_1 \quad ; \quad \Delta = t_n - t_1$$

3.3 — O sistema (3.1.3) permite determinar os parâmetros  $\epsilon$  e  $\gamma$  (ou  $\beta = \alpha \gamma$ ) desde que as funções  $F(y)$  e  $\theta(y)$  sejam conhecidas. Em particular, no caso da função do GOMPERTZ, tem-se:

$$F(y) = l g_e y$$

Se se escolher, para função de ponderação,

$$\theta(y) = (l g_e y)^p$$

onde  $p$  é um número arbitrário, as raízes  $\epsilon$  e  $\beta$  terão nesse caso, o mesmo aspecto formal indicado em (3.1.5), sendo, porém

$$\alpha_p = \frac{l}{n} \sum_{i=1}^n (l g_e y_i^*)^p \quad ; \quad \gamma^{(p)} = \frac{\sum_{i=1}^n \gamma_i^* (l g_e y_i^*)^p}{\sum_{i=1}^n (l g_e y_i^*)^p}$$

Quanto ao valor de  $L$ , nesse caso, êle será, como sempre, a raiz real da equação de equilíbrio, isto é:

$$l g_e L = \frac{\epsilon}{\beta} \quad ; \quad L = e^{\epsilon/\beta}$$

É claro que outras soluções poderão ser obtidas, dependendo da função de ponderação que venha a ser utilizada.

3.4 — No caso da equação (2.4.1) que conduz a funções inteiramente análogas às do caso já examinado, com a diferença apenas da posição da assintota inferior que se desloca verticalmente para a posição  $y = l$  (Ver fig. 8), a solução também não apresenta maiores dificuldades, se nos limitarmos ao caso simples da (2.5.3) com  $k = 1$ .

De fato, efetuando o produto indicado no segundo membro de (2.4.1) e eliminando o denominador, resulta uma equação do tipo:

$$z = Ay^2 + By + C \quad (3.4.1)$$

onde:

$$z = \gamma y \quad ; \quad A = -\beta \eta \quad ; \quad B = \beta \theta + \epsilon \eta \quad ; \quad C = -\epsilon \theta$$

Demonstra-se que as raízes das equações de equilíbrio (2.4.2) coincidem, nesse caso, com as raízes da equação do 2º grau.

$$Ay^2 + By + C = 0 \quad (3.4.2)$$

isto é:

$$Ll = \frac{C}{A}$$

$$L + l = -\frac{B}{A} \quad (3.4.3)$$

Para que  $L$  e  $l$  sejam ambos positivos,  $A$  e  $B$  deverão ter o mesmo sinal, contrário ao de  $C$ , por outro lado, o sinal de  $B$  deverá ser positivo, isto é:

$$A < 0 \quad ; \quad B > 0 \quad ; \quad C < 0$$

Obtidos  $L$  e  $l$ , o cálculo de  $\alpha$  se fará utilizando a expressão simples

$$\alpha = -A(L - l) \quad (3.4.4)$$

Ficam assim conhecidos os três parâmetros que comparecem na equação (2.5.3).

3 5— Resta-nos calcular o valor de  $\tau$  que comparece nas funções integrais,  $y(t)$ . É claro que tal determinação não poderá ser feita a partir dos sistemas anteriormente referidos uma vez que êsses sistemas se baseiam em equações diferenciais ao passo que o parâmetro ora considerado resulta da integração dessas equações

Partindo da expressão geral (2 5 4) e fazendo

$$\rho_i = \frac{L^k - y_i^k}{y_i^k - l^k} \quad (3 5 1)$$

deveria resultar para qualquer valor  $t_i$  de  $t$ :

$$\tau - t_i - \frac{1}{\alpha} \lg_e \rho_i = 0 \quad (3.5 2)$$

Em virtude, porém, dos erros casuais (supondo que os dados observados sejam realmente representáveis pela função  $y(t)$  de modo a não haver componente sistemática) teremos, em lugar da equação anterior, a igualdade:

$$\tau - t_i - \frac{1}{\alpha} \lg_e \rho_i = x_i \quad (3 5 3)$$

onde  $x_i$  é uma variável aleatória. Determinando  $\tau$  de modo a satisfazer-se a condição  $\sum_i x_i^2 = \text{mínimo}$ , obtém-se por fim:

$$\tau = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n t_i + \frac{\sum_{i=1}^n \lg_e \rho_i}{n \alpha} \quad (3 5 4)$$

No caso da expressão (2 6 3) — GOMPertz generalizada — resulta uma fórmula inteiramente análoga à (3 5 4), onde, porém, figura  $\beta$  em lugar de  $\alpha$  no denominador da 2.<sup>a</sup> fração, sendo ainda.

$$\rho_i = - \lg_e \frac{y_i - l}{L - l} \quad (3 5 5)$$

Assim, todos os parâmetros são conhecidos, ficando a função  $y(t)$  perfeitamente determinada

3 6— O cálculo numérico da função integral pode ser grandemente facilitado mediante uma transformação adequada

De fato, fazendo

$$x = \alpha (t - \tau) \quad (3 6 1)$$

$$\rho(x) = \frac{y^k - l^k}{L^k - l^k} \quad (3 6 2)$$

a equação geral (2 5 4) se transforma na expressão simples

$$\rho(x) = (1 + e^{-x})^{-1} \quad (3 6 3)$$

cujos valores se acham na tabela 1. Conhecidos  $\alpha$  e  $\tau$  pode-se então calcular o valor de  $x$  para cada valor de  $t$ , obtendo-se imediatamente o valor de  $\rho$  na tabela, o qual permitirá calcular  $y$  por serem conhecidos  $L$  e  $l$ . A curva (3 6 3) denomina-se curva logística reduzida e as variáveis  $x$  e  $\rho$ , variáveis reduzidas.

Fazendo  $x + 1 = (t + \Delta - \tau)$  resulta

$$\Delta = \frac{1}{\alpha}$$

que é o intervalo do parâmetro  $t$  ao qual corresponde um intervalo unitário na escala reduzida

O mesmo critério de redução poderá ser adotado no caso da curva GOMPertz generalizada, desde que se faça

$$\lambda(x) = - \lg \frac{y - l}{L - l}$$

$$x = \beta (t - \tau)$$

Resulta nesse caso a curva reduzida.

$$\lambda(x) = e^{-x}$$

que poderá ser facilmente tabelada.

Obtido o valor de  $x$ , no caso da logística de VERHULST-PEARL (cíclica) determina-se  $\rho(x)$  e, mediante operações simples, calcula-se  $y(t)$ . Resulta

$$y(t) = L_1 \cdot \rho(x) + l$$

onde,  $L_1 = L - l$

Para a curva de GOMPertz generalizada, acha-se análogamente,

$$y(t) = L_1 e^{-\lambda(x)} + l$$

3 7— Antes de exemplificar numericamente o que foi dito nos itens 3 1 a 3 5 do presente parágrafo, quanto ao ajustamento dos dados observados, convém notar que, a menos que haja motivos teóricos ou uma evidência prática indiscutível para se supor  $l = 0$ , não se justifica a adoção das equações derivadas do sistema (2 1 1), recaindo, assim, a preferência, sobre as funções decorrentes do sistema mais geral (2 4 1) em que  $l > 0$ . É claro, porém, que se  $l$  não diferir significativamente de 0, então justifica-se, estatisticamente, a adoção de uma das funções derivadas do primeiro sistema, cabendo estabelecer-se um critério para o exame da significância em aprêço, assunto que não abordaremos nesta análise.

Na equação (3.4.1), cujo ajustamento permite determinarem-se os parâmetros  $L, l$  e  $\alpha$ , levou-se em conta, apenas, o crescimento da função  $y$

$$z = \dot{y} = \frac{dy}{dt} \quad (3 7 1)$$

Seria possível, no entanto, — e freqüentemente êsse procedimento é útil — decompor êsse crescimento total em diversas componentes. Assim, se  $y(t)$  representar a população na época  $t$ , e  $z$  o seu crescimento anual, podemos decompor êsse crescimento em:

- $z_1$  = número anual de nascimentos
- $z_2$  = número anual de óbitos
- $z_3$  = saldo migratório anual

Eventualmente, poder-se-ia ainda decompor  $z_3$  em “imigração” e “emigração”. Teríamos, então, em lugar da equação única, (3 4.1), três equações

$$\begin{aligned} z_1 &= A_1 y^2 + B_1 y + C_1 \\ z_2 &= A_2 y^2 + B_2 y + C_2 \\ z_3 &= A_3 y^2 + B_3 y + C_3 \end{aligned} \quad (3 7 2)$$

O ajustamento, nesse caso, se faria considerando duas dessas equações, e uma terceira que poderia ser simplesmente uma relação linear entre as três, isto é, a própria equação (3 4 1):

$$z = z_1 - z_2 + z_3 = Ay^2 + By + C$$

A determinação de  $A, B, C$  e, bem assim, de  $A_1, B_1, C_1$  e de  $A_2, B_2, C_2$ , por exemplo, permitiria obter, separadamente, as componentes do movimento global.

As raízes de  $z = 0$  seriam os limites  $L$  e  $l$  já considerados; mas, caberia também, no caso, o estudo das raízes da equação.

$$z_1 - z_2 = 0 \quad (3 7 5')$$

Essas raízes forneceriam os parâmetros de uma logística fictícia, cuja evolução estaria determinada, exclusivamente, pela ação das componentes 1 e 2 acima consideradas, com eliminação da 3ª (movimentos migratórios, no caso do exemplo dado).

Na *Revista Brasileira de Estatística* n.º 65, foi feita uma aplicação dessa subdivisão à população da Costa Rica. Cálculo idêntico fizemos para os Estados Unidos e para a Suécia (curso de estatísticas demográficas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas)

No caso dos Estados Unidos (logística derivada do sistema (2 1 1), isto é:  $l = 0$ ) os valores de  $\alpha, \beta$  e  $L$ , para o período 1790/1930 são (quadro II):

$$\epsilon = \alpha = 0,0311038; \quad \beta = 0,00015417; \quad L = 201,75$$

Calculando, porém, os mesmos elementos com a exclusão das correntes migratórias (logística do crescimento vegetativo) resultou:

$$\epsilon_v = \alpha_v = 0,0224901; \beta_v = 0,00010235; L_v = 219,73$$

Assim, em virtude da redução do coeficiente  $\beta$ , que representa a variação marginal da taxa de crescimento, (isto é, a redução sofrida pela taxa de crescimento quando a população aumenta de 1 habitante) a população limite que se obtém quando se considera, apenas o crescimento vegetativo ( $L_v = 219,73$ ), é superior à população limite obtida com a inclusão das correntes migratórias, apesar do saldo migratório amplamente favorável. O resultado (aparentemente paradoxal) provém do fato de que o crescimento demográfico tende a frear mais intensamente as correntes migratórias do que o crescimento natural; o aumento de 1 habitante reduz mais a imigração do que os nascimentos, e a redução da imigração pode, assim, em determinados casos, constituir um estímulo ao crescimento demográfico.

A relação

$$\frac{\epsilon_v}{\epsilon} = 0,705$$

entre as taxas limites da logística vegetativa e da logística correspondente ao crescimento global, indica que a taxa limite de crescimento vegetativo atinge, apenas 70,5% da taxa limite de crescimento total; isso sugere, em face do resultado anterior, que um crescimento mais lento poderá conduzir a uma população mais elevada do que um crescimento rápido, pelo menos no caso em que o crescimento mais intenso se deva a um saldo migratório positivo (imigração superior à emigração) que fica sujeito, provavelmente, a um frenamento mais intenso (valor do coeficiente  $\beta$ ) do que o crescimento vegetativo. Em muitos outros fenômenos a que se aplique, êsse aspecto da análise das várias componentes pode ser de grande utilidade.

No caso da Suécia foi feito igualmente um ajustamento das várias componentes segundo a expressão geral.

$$z = \frac{dy}{dt} = Ay^2 + By + C \tag{3.7.4}$$

onde os parâmetros  $A$ ,  $B$  e  $C$  são os constantes do quadro I.

QUADRO I.

Parâmetros da curva (3.7.4) para a população da Suécia

COMPONENTE	A	B	C
Natalidade	- 0,00941818	0,08901451	- 0,07843064
Mortalidade	- 0,00326928	0,03069018	0,00872447
Crescimento natural	- 0,00614890	0,05832433	- 0,08715511
> migratório	0,00208340	- 0,02088912	0,03707848
> total	- 0,00406550	0,03743521	- 0,05007663

Os limites superior e inferior da população da Suécia de acôrdo com a logística, são, como vimos, (quadro II)

$$L = 7,5838$$

$$l = 1,6242$$

Considerando apenas o crescimento vegetativo (ou natural) resulta

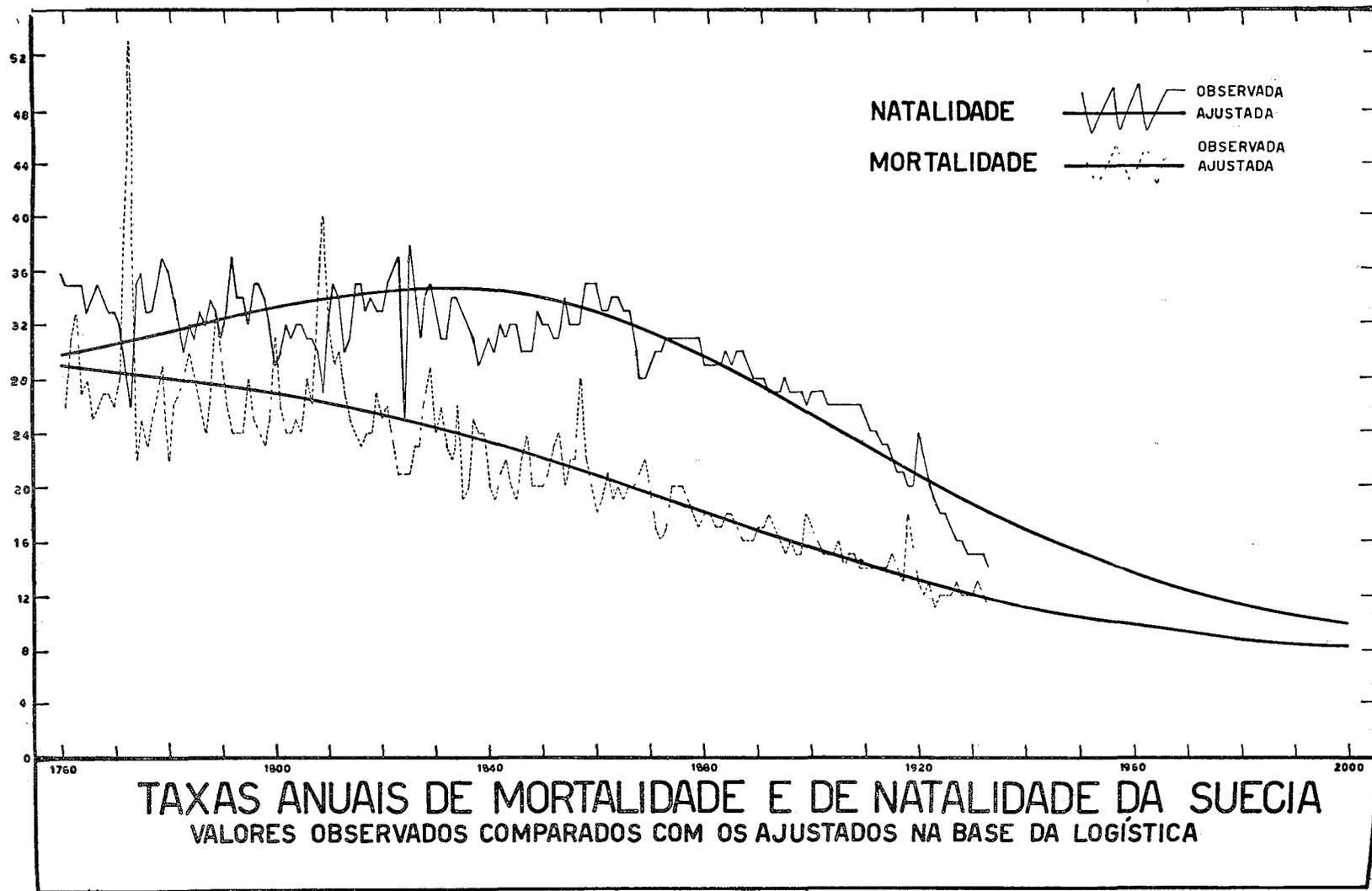
$$L = 7,6268$$

$$l = 1,8585$$

resultados algo superiores aos primeiros, mas que dêles pouco diferem.

O gráfico I apresenta as taxas anuais de natalidade e de mortalidade, ajustadas na base da logística, comparadas com as taxas observadas no período 1760 a 1930.

GRÁFICO I



4— Cálculos numéricos

4 1— Não pretendemos apresentar, minuciosamente, os cálculos numéricos procedidos por nós, os quais nada têm de especial. Daremos, apenas, algumas indicações gerais

Devendo ser feito o ajustamento através das derivadas da função, essas derivadas serão calculadas por processos aproximados. Assim, dispondo de uma série de valores observados

$$y_1, y_2, y_3, \dots, y_i, y_{i+1}, y_n \tag{4 1 1}$$

correspondentes aos instantes

$$t_1, t_2, t_3, \dots, t_i, t_{i+1}, \dots, t_n \tag{4 1 2}$$

serão calculadas as relações:

$$\frac{y_{i+1} - y_i}{(t_{i+1} - t_i)} \quad i = 1, 2, \dots \tag{4 1 3}$$

que exprimem as derivadas "observadas" em pontos intermediários entre  $t_i$  e  $t_{i+1}$ , isto é, correspondentes a um valor de  $y$  compreendido entre  $y_i$  e  $y_{i+1}$ . Na prática faz-se corresponder esse resultado ao valor médio aritmético

$$y_{mi} = \frac{1}{2} (y_i + y_{i+1}) \tag{4 1 4}$$

ou ao valor médio geométrico

$$y_{mi} = y_i \cdot y_{i+1} \tag{4 1 5}$$

Todos os cálculos numéricos que adiante se apresentam foram feitos utilizando o 2º critério e calculando-se os momentos  $\alpha_p$  pela relação

$$\alpha_p = \frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^{n-1} y_{mi}$$

sendo  $n$  o número de valores da série original

A adoção do critério (4 1 4), conforme verificamos em alguns casos, alteraria muito pouco os resultados obtidos.

4 2— Como aplicação numérica foram feitos vários ajustamentos de população cujos parâmetros logísticos figuram no quadro II. No quadro III encontram-se também as estimativas obtidas pela logística para as populações em 1960 ( $t = 1960,5$ ) calculados com o auxílio da tabela I. O gráfico II representa, sobre uma curva padrão, os pontos correspondentes aos das populações observadas em 6 países

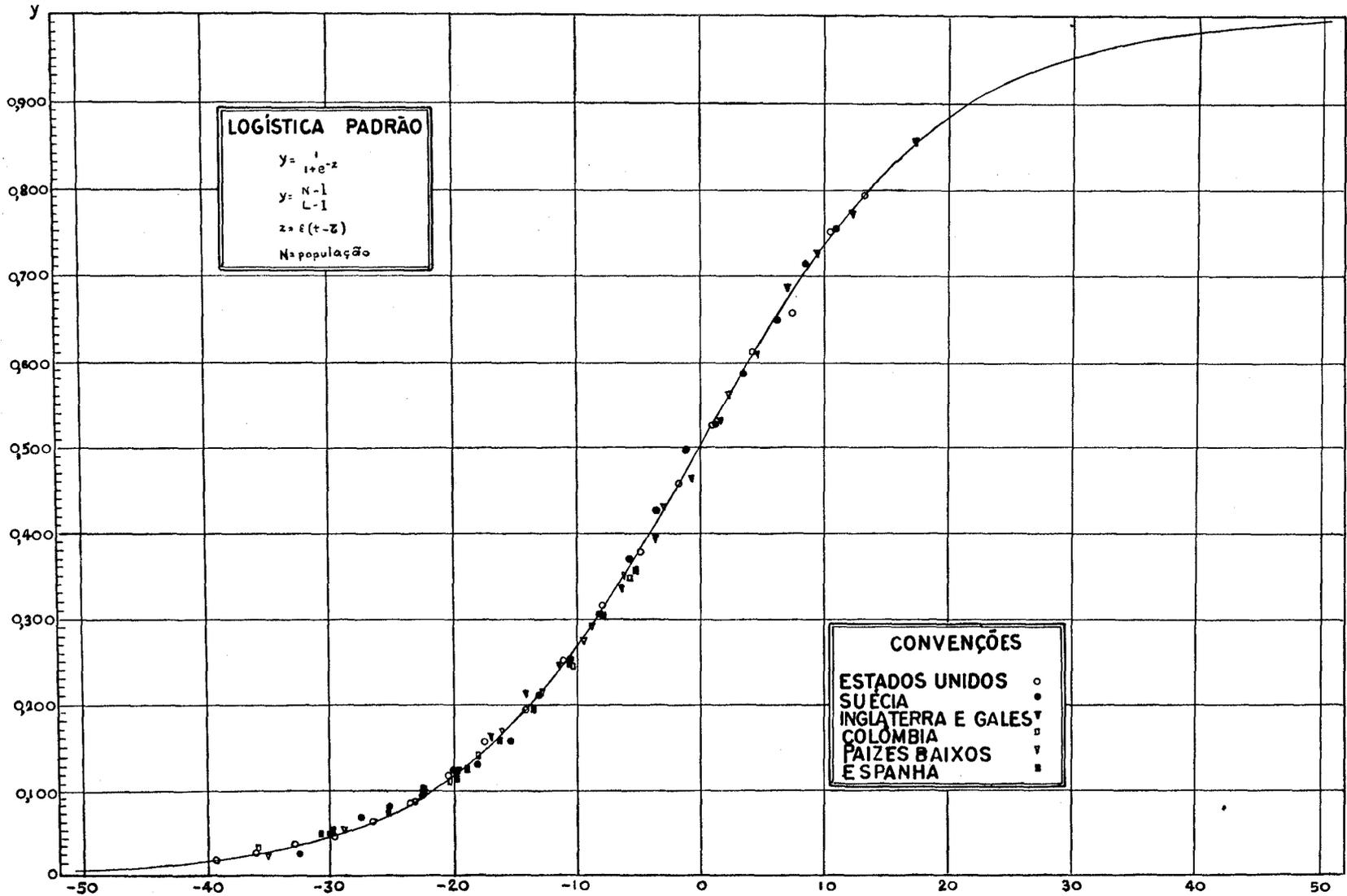
QUADRO II

Parâmetros da logística e intervalo unitário para diversos países

PAÍS	$10^5 \alpha = 10^5(\epsilon\eta + \beta\theta)$	L (milhões)	l (milhões)	$\tau$	Intervalo unitário: $l/\alpha$ (anos)
Argentina	49,5924	20,5274	0,4492	1 926,617	20,164
Brasil	23,9003	1 081,5380	2,0180	2 076,953	41,840
Chile	30,5050	20,5400	1,7677	1 990,207	32,782
Colômbia	37,1678	29,5708	1,9137	1 967,395	26,905
Costa Rica	30,8280	2,2846	0,0420	1 972,254	32,438
Estados Unidos*	31,1040	201,7500	—	1 916,180	32,150
Espanha	27,3211	54,0887	13,4340	1 970,166	36,602
Inglaterra e Gales	26,7154	50,4663	4,6290	1 885,167	37,432
Itália	39,0272	59,3220	25,6780	1 938,112	25,623
Países Baixos	31,9105	15,3464	2,3056	1 940,119	31,338
Suécia	24,2283	7,5838	1,6242	1 884,838	41,274

(\*) Parâmetros da logística derivada do sistema (2 1 1) em que  $l=0$ . O cálculo feito com a logística cíclica forneceu valores muito pouco diferentes

GRÁFICO II



QUADRO III

Estimativa das populações de vários países em 1960

PAÍS	$\kappa = \alpha (1960,5 - \tau)$	$\rho (\kappa)$	$L_1 \rho (\kappa)$	$\frac{y(t)}{L_1 \rho (\kappa) + 1}$
Argentina	1,680	0,842905	16,9240	17,3732
Brasil	— 2,783	0,058251	62,8831	64,9011
Chile	— 0,906	0,287821	5,4031	7,1708
Colômbia	— 0,256	0,436346	12,0681	13,9818
Costa Rica	— 0,362	0,410475	0,9205	0,9625
Estados Unidos*	1,379	0,798829	161,1638	161,1638
Espanha	— 0,264	0,434381	17,6596	31,0936
Inglaterra e Gales	2,013	0,882154	40,4356	45,0646
Itália	0,874	0,705576	23,7384	49,4164
Países Baixos	0,650	0,657010	8,5679	10,8735
Suécia	1,833	0,862117	5,1379	6,7621

(\*) Valores correspondentes à logística derivada do sistema (2 1 1) em que  $l=0$  O cálculo feito pela logística cíclica deu para 1960 a população  $y(t) = 161,05$

Apesar de meramente ilustrativo, os cálculos feitos não deixam de confirmar a boa adaptação dos dados observados à curva teórica. É claro que a utilização da função logística para estimativas de população a longo prazo deve ser feita com todo cuidado, mediante uma análise prévia dos dados sob diferentes aspectos. Mas como descrição do passado com objetivo de análise e também nas estimativas a curto e médio prazo, parece-nos que a simplicidade dos cálculos resultantes da aplicação dos processos de ajustamento indicados e da utilização da tabela I correspondente à logística padrão, justificam plenamente o seu emprêgo. Note-se ainda que o objetivo do presente trabalho não é o de fornecer um processo específico de análise dos fenômenos demográficos; há outros campos onde a aplicação da logística se justifica mesmo do ponto de vista teórico.

4 3— Conforme demonstramos em outra oportunidade (curso de estatísticas demográficas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ano de 1956) se, em lugar de considerarmos, na equação (2 2 1),  $\epsilon$  e  $\beta$  como parâmetros constantes, supusermos que são funções de  $t$ ,  $\epsilon(t)$  e  $\beta(t)$ , obteremos uma equação diferencial de BERNUILLI

$$\frac{dy}{dt} - \epsilon(t) \cdot y + \beta(t) \cdot y^{k+1} \tag{4 2 1}$$

cujas solução resulta, pelo processo bem conhecido, da substituição de variáveis

$$y = v^{-1/k}$$

a qual transforma a (4 2 1) em uma equação diferencial ordinária

$$\frac{dv}{dt} + k \cdot \epsilon(t) \cdot v - k \cdot \beta(t) = 0 \tag{4 2 2}$$

Esta equação conduz, para a função integral  $v(t)$ , à expressão:

$$k e^{-k \int_{t_0}^{t_1} \epsilon(\zeta) d\zeta} \cdot \left[ \int_{t_0}^{t_1} \beta(\zeta) \cdot e^{k \int_{t_0}^{\zeta} \epsilon(z) dz} d\zeta + C \right] \tag{4 2 3}$$

de onde se obtém facilmente  $y(t)$ .

TABELA I

## ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

## Curso Superior — Cadeira de Estatística Demográfica

Valores da Função Logística:  $p(x) = (1 + e^{-x})^{-1}$ 

$x$	0,00	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,500 000	0,502 500	0,505 000	0,507 499	0,509 999	0,512 498	0,514 996	0,517 494	0,519 990	0,522 486
0,1	0,524 979	0,527 472	0,529 964	0,532 454	0,534 943	0,537 430	0,539 915	0,542 898	0,544 879	0,547 358
0,2	0,549 834	0,552 308	0,554 779	0,557 248	0,559 714	0,562 176	0,564 636	0,567 093	0,569 546	0,571 996
0,3	0,574 443	0,576 885	0,579 324	0,581 759	0,584 191	0,586 618	0,589 041	0,591 459	0,593 873	0,596 283
0,4	0,598 688	0,601 088	0,603 483	0,605 874	0,608 259	0,610 639	0,613 014	0,615 384	0,617 748	0,620 107
0,5	0,622 459	0,624 806	0,627 148	0,629 483	0,631 813	0,634 136	0,636 453	0,638 763	0,641 068	0,643 365
0,6	0,645 656	0,647 941	0,650 219	0,652 489	0,654 754	0,657 010	0,659 261	0,661 503	0,663 739	0,665 967
0,7	0,668 188	0,670 401	0,672 607	0,674 805	0,676 996	0,679 178	0,681 354	0,683 521	0,685 680	0,687 831
0,8	0,689 974	0,692 110	0,694 236	0,696 355	0,698 465	0,700 567	0,702 661	0,704 745	0,706 822	0,708 890
0,9	0,710 949	0,713 000	0,715 042	0,717 075	0,719 100	0,721 115	0,723 122	0,725 120	0,727 108	0,729 088
1,0	0,731 059	0,733 020	0,734 973	0,736 916	0,738 850	0,740 775	0,742 690	0,744 597	0,746 494	0,748 381
1,1	0,750 260	0,752 129	0,753 989	0,755 839	0,757 680	0,759 511	0,761 333	0,763 145	0,764 948	0,766 741
1,2	0,768 525	0,770 299	0,772 064	0,773 818	0,775 564	0,777 300	0,779 026	0,780 743	0,782 450	0,784 147
1,3	0,785 835	0,787 513	0,789 182	0,790 841	0,792 490	0,794 130	0,795 760	0,797 380	0,798 991	0,800 592
1,4	0,802 184	0,803 766	0,805 338	0,806 901	0,808 454	0,809 999	0,811 533	0,813 057	0,814 572	0,816 078
1,5	0,817 575	0,819 061	0,820 538	0,822 006	0,823 465	0,824 914	0,826 353	0,827 784	0,829 205	0,830 616
1,6	0,832 018	0,833 411	0,834 795	0,836 169	0,837 535	0,838 891	0,840 238	0,841 576	0,842 905	0,844 225
1,7	0,845 534	0,846 836	0,848 129	0,849 413	0,850 687	0,851 953	0,853 210	0,854 458	0,855 699	0,856 927
1,8	0,858 149	0,859 362	0,860 566	0,861 761	0,862 949	0,864 127	0,865 297	0,866 458	0,867 611	0,868 755
1,9	0,869 891	0,871 019	0,872 138	0,873 250	0,874 352	0,875 447	0,876 533	0,877 611	0,878 681	0,879 743
2,0	0,880 797	0,881 843	0,882 881	0,883 911	0,884 933	0,885 948	0,886 954	0,887 953	0,888 944	0,889 928
2,1	0,890 904	0,891 871	0,892 832	0,893 785	0,894 730	0,895 669	0,896 600	0,897 523	0,898 439	0,899 348
2,2	0,900 250	0,901 144	0,902 031	0,902 912	0,903 784	0,904 651	0,905 510	0,906 362	0,907 207	0,908 046
2,3	0,908 877	0,909 702	0,910 520	0,911 331	0,912 136	0,912 934	0,913 726	0,914 511	0,915 289	0,916 061
2,4	0,916 827	0,917 587	0,918 339	0,919 086	0,919 827	0,920 561	0,921 290	0,922 012	0,922 728	0,923 438
2,5	0,924 142	0,924 840	0,925 532	0,926 218	0,926 899	0,927 573	0,928 242	0,928 905	0,929 563	0,930 215
2,6	0,930 861	0,931 502	0,932 138	0,932 767	0,933 392	0,934 011	0,934 625	0,935 233	0,935 836	0,936 434
2,7	0,937 026	0,937 614	0,938 196	0,938 774	0,939 346	0,939 913	0,940 475	0,941 033	0,941 585	0,942 133
2,8	0,942 676	0,943 214	0,943 747	0,944 275	0,944 799	0,945 319	0,945 833	0,946 343	0,946 849	0,947 350
2,9	0,947 847	0,948 338	0,948 826	0,949 310	0,949 788	0,950 263	0,950 734	0,951 201	0,951 662	0,952 121
3,0	0,952 574	0,953 024	0,953 470	0,953 911	0,954 349	0,954 782	0,955 212	0,955 638	0,956 060	0,956 478
3,1	0,956 893	0,957 303	0,957 710	0,958 113	0,958 513	0,958 909	0,959 301	0,959 689	0,960 074	0,960 454
3,2	0,960 834	0,961 209	0,961 580	0,961 947	0,962 312	0,962 673	0,963 031	0,963 386	0,963 737	0,964 084
3,3	0,964 429	0,964 770	0,965 108	0,965 444	0,965 776	0,966 105	0,966 431	0,966 753	0,967 074	0,967 390
3,4	0,967 705	0,968 016	0,968 324	0,968 629	0,968 931	0,969 231	0,969 528	0,969 822	0,970 114	0,970 402
3,5	0,970 688	0,970 971	0,971 252	0,971 529	0,971 805	0,972 077	0,972 347	0,972 615	0,972 880	0,973 143
3,6	0,973 403	0,973 661	0,973 915	0,974 169	0,974 420	0,974 667	0,974 914	0,975 157	0,975 398	0,975 636
3,7	0,975 873	0,976 108	0,976 339	0,976 569	0,976 797	0,977 022	0,977 246	0,977 467	0,977 686	0,977 903
3,8	0,978 119	0,978 332	0,978 543	0,978 751	0,978 958	0,979 163	0,979 367	0,979 568	0,979 767	0,979 965
3,9	0,980 160	0,980 354	0,980 545	0,980 734	0,980 923	0,981 109	0,981 294	0,981 477	0,981 657	0,981 836
4,0	0,982 013	0,982 190	0,982 364	0,982 536	0,982 707	0,982 876	0,983 043	0,983 210	0,983 374	0,983 537
4,1	0,983 697	0,983 857	0,984 015	0,984 172	0,984 327	0,984 481	0,984 632	0,984 783	0,984 932	0,985 080
4,2	0,985 226	0,985 371	0,985 514	0,985 657	0,985 797	0,985 937	0,986 075	0,986 211	0,986 346	0,986 480
4,3	0,986 613	0,986 744	0,986 875	0,987 003	0,987 131	0,987 257	0,987 383	0,987 507	0,987 630	0,987 751
4,4	0,987 872	0,987 991	0,988 109	0,988 225	0,988 342	0,988 456	0,988 570	0,988 683	0,988 794	0,988 904
4,5	0,989 013	0,989 122	0,989 228	0,989 334	0,989 440	0,989 543	0,989 646	0,989 748	0,989 849	0,989 949
4,6	0,990 048	0,990 146	0,990 243	0,990 339	0,990 434	0,990 529	0,990 623	0,990 715	0,990 806	0,990 897
4,7	0,990 987	0,991 075	0,991 164	0,991 251	0,991 337	0,991 422	0,991 507	0,991 591	0,991 674	0,991 757
4,8	0,991 637	0,991 618	0,991 698	0,992 077	0,992 155	0,992 233	0,992 309	0,992 385	0,992 460	0,992 535
4,9	0,992 608	0,992 681	0,992 754	0,992 825	0,992 896	0,992 967	0,993 036	0,993 105	0,993 173	0,993 240
5,0	0,993 307	0,993 373	0,993 439	0,993 503	0,993 568	0,993 632	0,993 694	0,993 757	0,993 818	0,993 880

J. L. M.

## A POPULAÇÃO ATIVA NO MUNDO

*É*STE estudo, publicado originalmente pela “Revue Internationale du Travail” em seu número 2, vol LXXIII (fevereiro de 1956), foi preparado pelos técnicos do Escritório Internacional do Trabalho. Seu objetivo principal é o de destacar, dentre os resultados dos últimos recenseamentos realizados em diferentes países, as características principais da população ativa, seus aspectos demográficos, sua importância numérica em relação à população total e sua composição por idade e por sexo. As estatísticas apresentadas nesse estudo são tiradas de fontes variadas, publicadas ou não.

A noção fundamental de população “ativa ou trabalhadora” é quase universalmente a mesma. Representa em geral, por definição, a parte da população que fornece a mão-de-obra para a produção dos bens e dos serviços. Além dos assalariados e dos empregadores, das pessoas que trabalham por conta própria e dos membros ativos não remunerados de uma família, abrange também, tanto os desempregados, como as pessoas que efetivamente trabalham por ocasião do censo.

Dois critérios básicos são utilizados para identificar os membros da população ativa, o do “trabalhador remunerado”, proposto pelo Comitê de técnicos em estatística da Sociedade das Nações, e o da “mão-de-obra” que foi recomendado para determinados fins pela Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho.

O conceito de “trabalhador remunerado” é baseado na idéia de que cada pessoa tem um papel funcional mais ou menos estável, como arrimo de família, exercendo uma ocupação remunerada, e que esse papel é até certo ponto independente de sua atividade num momento determinado. Dessa forma define-se o trabalhador remunerado como a pessoa que habitualmente, ou em grande parte do tempo, exerce uma profissão que lhe permite ganhar dinheiro (ou o equivalente de uma soma de dinheiro) ou ainda na qual colabore para a produção de mercadorias destinadas ao mercado.

Segundo o critério de “mão-de-obra”, são consideradas participantes da “mão-de-obra”, não se levando em conta sua atividade habitual ou a concepção que têm de sua ocupação, todas as pessoas que têm um emprego ou estão à procura de um emprego durante um curto período especificado, geralmente uma semana ou um dia.

Grande número de censos demográficos são baseados no conceito de trabalhador remunerado, mas o conceito de mão-de-obra, por vèzes usado nas pesquisas por amostragem efetuadas entre dois censos, é cada vez mais adotado. Quando os países onde se emprega o conceito de mão-de-obra não coletam dados suplementares referentes às pessoas que exercem uma profissão “habitual”, mas que se acham desempregadas por ocasião do censo, as diferenças apresentadas pelo método de coleta censitária podem dificultar as comparações; assim, os dados relativos à atividade exercida num determinado dia ou numa determinada semana podem estar alterados por circunstâncias provisórias — por exemplo:

---

\* Tradução de Maria Helena Grünewald Migliench

circunstâncias estacionais — enquanto que os dados relativos à atividade habitual de um trabalhador remunerado estão resguardados desse gênero de influência. Em numerosos casos em que nos baseamos no conceito de mão-de-obra, a instituição encarregada do recenseamento opera os ajustamentos que reclamam tais divergências.

Num ou noutro dos dois critérios, os desempregados e, com mais forte razão, os trabalhadores com ocupação não definida, estão incluídos no total da população "ativa".

**E**m vários países a utilização de métodos estatísticos diferentes, na aplicação das concepções básicas, pode também ser obstáculo à comparabilidade. No setor da economia que independe do mercado, a diferença entre atividade "econômica" e atividade "não-econômica" não é sempre clara e os critérios usados para fazer esta distinção são por vezes bastante arbitrários. Esse fato se reveste de especial importância nos países subevoluídos que tenham uma economia predominantemente agrícola, onde se encontram numerosos grupos particulares não tendo senão relações bastante fracas com o mercado de trabalho, e a diversidade de métodos relativos à inclusão desses grupos na mão-de-obra suscita problemas difíceis quando se trata de fazer comparações entre os países. Um exemplo evidente é o dos membros da família, não remunerados, isto é, das pessoas que colaboram numa empresa dirigida por outros membros da família sem perceber salário. As diferenças concernentes ao número de pessoas classificadas como membros de família não-remunerados, em relação ao total de pessoas que poderiam ser consideradas como tais, representam papel importante entre as causas de incomparabilidade das estatísticas apresentadas pelos recenseamentos nacionais, essas diferenças são, sobretudo, sensíveis no que concerne às mulheres que trabalham na agricultura. Outros exemplos desses grupos particulares são: o das crianças em idade escolar ou o das pessoas idosas que trabalham na propriedade rural da família.

Entre os países dotados de estrutura econômica e social bastante semelhantes, diferenças desse gênero raramente são importantes e os dados permitem, em geral, comparações precisas e úteis; porém, quando se trata de países onde as condições diferem grandemente, os métodos empregados para a apresentação das estatísticas podem desviar-se a ponto de invalidar numerosos tipos de comparação pormenorizada, devendo os estudos comparativos se limitar a questões de conjunto.

A estrutura social de um mesmo país modifica-se com o tempo; as definições e métodos utilizados para a compilação das estatísticas também sofrem transformações. Disto resulta que as comparações visando a um período longo, para um mesmo país, devem, por vezes, ser objeto de reservas semelhantes às que se aplicam às comparações relativas a sociedades diversas.

#### IDADE E SEXO DOS TRABALHADORES NO MUNDO: PRINCIPAIS TENDÊNCIAS

**O**s efetivos da mão-de-obra aumentaram no mundo a par com o crescimento fenomenal acusado pela população. A população ativa mundial foi estimada em pouco mais de um bilhão em 1950, sobre uma população total mundial ligeiramente superior a dois bilhões e meio, o que representava uma proporção de 41 por cento. A proporção correspondente, nas diferentes regiões do mundo, ia de 30 por cento no Sudoeste da Ásia a nitidamente mais de 45 por cento nas regiões da Europa, traduzindo esta situação, em primeiro lugar, as diferenças relativas à estrutura por idade da população e ao grau de participação das mulheres na atividade econômica. A proporção da população que trabalha acusou geralmente moderadas variações de dez em dez anos.

Os recenseamentos de 1950 não revelam tendências predominantes no que concerne à proporção dos efetivos da população pertencente à mão-de-obra; revelam, antes, um certo número de tendências divergentes dependendo em grande parte das modificações seculares da mortalidade e da fertilidade e em certos casos, de migrações. Na França, por exemplo, a percentagem dos trabalhadores remunerados aumentou de 40 em 1870 a 56 em 1920, para descer a 45 em 1954; nos Estados Unidos, para períodos bem aproximados, esta percentagem passou de 32 a 40, nível mantido em 1950.

Os recenseamentos recentes mostram em quase todos os países que os homens adultos (de vinte a sessenta e quatro anos) continuam a formar o essencial da população ativa, variando a proporção para os países estudados, de 50 por cento no Japão a 65 por cento nos Estados Unidos. Na maior parte

dos países, a proporção quase não sofreu variações de um recenseamento decenal a outro. O lugar ocupado pelas mulheres na população ativa revelou uma ligeira tendência a aumentar, porém essa tendência não foi universalmente aparente. Nos Estados Unidos, a proporção de mulheres no conjunto da população ativa aumentou de 18 por cento em 1900 para 23 por cento em 1950. Na França e na Alemanha, esta proporção manteve-se estável enquanto que, em alguns países, ela diminuiu. As mulheres formam, atualmente, uma parte da população ativa que varia sensivelmente de acordo com os países: de 15 por cento no Egito e na Espanha a 40 por cento no Japão e na Áustria, porém, geralmente, a variação é de 25 por cento a 35 por cento.

Em todas as partes do mundo, mais de 90 por cento dos homens entre 20 a 64 anos de idade exercem uma atividade. No caso das mulheres pertencentes a esse grupo de idade, a percentagem das que trabalham vem mostrando há 25 anos uma tendência a subir em certo número de países; de 1930 a 1950 elevou-se de 50 a 58 no Japão, de 23 a 35 na Itália e de 25 a 33 anos nos Estados Unidos.

**N**os países industriais, a percentagem de jovens (de menos de vinte anos) na população ativa, mostrou tendência a declinar; por exemplo, na Grã-Bretanha baixou de 20 em 1900 a 10 em 1950 e nos Estados Unidos, nesse mesmo período, de 16 a 6. O emprego remunerado de crianças de menos de 15 anos quase desapareceu, em numerosos países industriais. Os trabalhadores jovens formam uma proporção distintamente maior da população ativa, nos países não industrializados.

Viu-se prosseguir, em 1950, o declínio sensível da proporção de pessoas idosas (65 no mínimo) exercendo uma profissão, declínio constatado há várias dezenas de anos; na Grã-Bretanha, por exemplo, a percentagem de homens idosos que trabalham baixou de cerca de 60 em 1920 a 32 em 1950, enquanto que na Alemanha a percentagem diminuiu de 47 em 1925 a 27 em 1950. A maior baixa foi notada na Itália (de 72 por cento em 1931 a 33 por cento em 1954). Nos Estados Unidos, a proporção baixou, menos sensivelmente, de 60 por cento em 1920 a 41 por cento em 1940, mantendo essa percentagem até 1950. A taxa de participação das mulheres de 65 anos e mais na atividade econômica decaiu menos marcadamente na maioria dos países. A diminuição da proporção de pessoas idosas que se mantêm na população ativa compensou de certo modo o aumento do número dessas pessoas em relação à população total. Em consequência, as pessoas de 65 anos, pelo menos, continuaram a ocupar na população ativa quase o mesmo lugar que nos períodos cobertos pelos recenseamentos precedentes, isto é, cerca de 5 por cento em numerosos países.

## POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA

**A**s disponibilidades de mão-de-obra de uma coletividade são determinadas pela ação de fatores demográficos, sociológicos e econômicos. A extensão da população total e a proporção representada pelos grupos dos mais jovens e dos mais idosos tendem a fixar um limite para os efetivos de mão-de-obra que podem participar da atividade econômica. A participação das mulheres, das mães, das pessoas idosas etc., depende geralmente da organização geral da sociedade e da posição social que têm essas categorias de pessoas em relação ao trabalho. Os fatores econômicos, a abundância de ofertas de emprego, por exemplo, têm, dentro de período curto, uma influência direta sobre o grau de participação, na atividade econômica, dos diversos grupos marginais, tais como o das mulheres casadas que trabalham em regime de tempo parcial. Com o tempo, os diversos fatores reagem mutuamente e as perspectivas a longo prazo em matéria de disponibilidade da mão-de-obra são determinadas pela evolução desses fatores.

*A população total e a mão-de-obra no mundo, por região*

**C**omo mostra a tabela I, o conjunto da população mundial em 1950 foi estimado em um total ligeiramente superior a dois bilhões e meio e a mão-de-obra em pouco mais de um bilhão. Assim, nas colunas da mão-de-obra encontram-se 41 por cento da população total do mundo. Os dados dessa tabela são destinados unicamente a fornecer uma idéia ampla do que seja a distribuição da população ativa no mundo.

Existem estimativas da população total de quase tôdas as regiões do mundo, porém, sôbre a população ativa, dispõe-se geralmente de menos dados. As estimativas relacionadas a certas regiões fundam-se em estatísticas bastante incompletas; em alguns casos especiais, particularmente com referência à U.R.S.S. e à China, na falta de estatísticas da população ativa, os algarismos representam hipóteses formuladas segundo as informações limitadas de que se dispõe. As estatísticas relativas à América, à Europa (excetuando-se a Europa oriental) e à Ásia central e meridional podem ser consideradas bastante exatas visto que elas se apóiam em campo de investigação quase completo da população ativa; em compensação, as estimativas concernentes ao Sudoeste da Ásia, Ásia oriental e U.R.S.S., podem ser objeto de erros bastante sensíveis.

**A** TAXA de participação na vida econômica ou, resumindo, a taxa de atividade <sup>(1)</sup> apresenta grandes variações segundo as regiões; varia de uns 30 por cento para o Sudoeste da Ásia a nitidamente mais de 45 por cento na Europa e na África tropical e meridional. A taxa baixa do Sudoeste da Ásia reflete em certa medida a distribuição por idade da população (proporção elevada de crianças, jovens demais para trabalhar) e em outra, a estrutura cultural da sociedade que não é favorável à participação das mulheres na atividade econômica. Na Europa a taxa elevada é devida, provavelmente, entre outras coisas, à proporção relativamente forte da população em idade de trabalhar e às numerosas possibilidades de emprêgo oferecidas pela organização econômica.

A África tropical e meridional, onde é elevada a taxa de atividade, merece menção especial. Nessa região a tendência à queda, que provocaria a predominância da população jovem, é sem dúvida, em parte compensada pela participação considerável de crianças na vida econômica, devida às condições bastante primitivas que reinam em grande parte da região. Outro fato, talvez o de mais importância, parece residir na proporção elevada de mulheres que trabalham, proporção esta que, em certos países da região, excede à dos homens.

#### *A mão-de-obra em vinte e dois países*

**A** TABELA II apresenta os totais da população e da mão-de-obra, separados segundo o sexo, para vinte e dois países bem situados no plano geográfico e apresentando condições econômicas e sociais variadas.

Nesses países a taxa de atividade para os dois sexos tomados em conjunto vai de 30 por cento (Paquistão) a 60 por cento (Turquia). O afastamento entre êsses extremos é devido em grande parte às diferenças apresentadas pelo nível de participação das mulheres na atividade econômica. No Paquistão, assinala-se um número bem pequeno de mulheres que trabalham, enquanto que na Turquia o nível de participação das mulheres na vida econômica é o mais elevado de todos os países considerados.

As taxas de atividade relativas aos dois sexos em conjunto apresentam certas variações, em diferentes países de uma mesma região. Em casos extremos, por exemplo, a Turquia e a Espanha, essas diferenças são muito mais importantes que as encontradas de uma região para outra. Tais casos, porém, não são numerosos e os afastamentos entre países de uma mesma região são geralmente moderados.

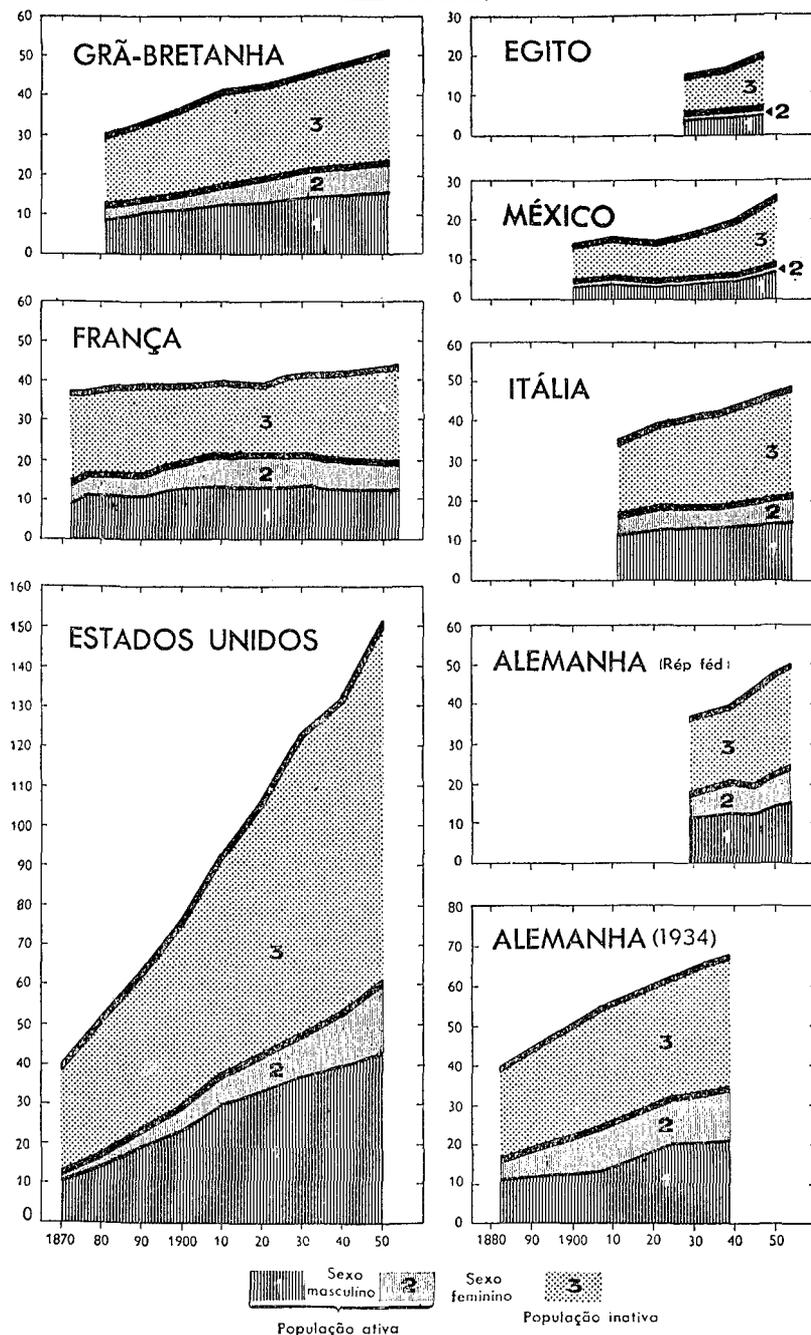
Considerando-se separadamente as taxas de atividade para homens e mulheres, as dos homens são de certa forma aproximadas no conjunto (de 53 a 67 por cento) enquanto que as das mulheres dispõem-se em leque muito mais aberto (de 4 a 54 por cento). As taxas dos homens são determinadas geralmente pela estrutura por idade da população e podem apresentar-se alteradas, na medida em que os jovens, principalmente as crianças, se dediquem a uma determinada ocupação. De outro lado, para a mão-de-obra feminina, as diferenças refletem geralmente a atitude da coletividade em relação ao trabalho das mulheres. Todavia, seria arriscado querer comparar de forma precisa as taxas de atividade das mulheres, aqui apresentadas. De fato, às diferenças que se reveste a participação das mulheres na vida ativa se sobrepõem os efeitos das diferenças que resultam, segundo os países, da maneira como são prestadas as informações pela população, bem como das definições aplicadas em matéria de classificação estatística; donde a possibilidade de erros que tendem a exagerar as diferenças básicas.

(1) Isto é, o efetivo da mão-de-obra expresso em percentagem sôbre a categoria considerada da população.

*Evolução anterior*

O DIAGRAMA I apresenta, para vários países, o aumento da população ativa ao mesmo tempo que o crescimento da população total e as mudanças da composição, por sexo, da população ativa, segundo diferentes períodos. Os países escolhidos a título de exemplo possuem dados comparáveis para os períodos examinados. A tabela III apresenta dados utilizados no diagrama I e as estatísticas relativas a outros países que não figuram no gráfico

DIAGRAMA 1  
*Evolução demográfica e tendências da população ativa em 7 países*  
(Em milhões)

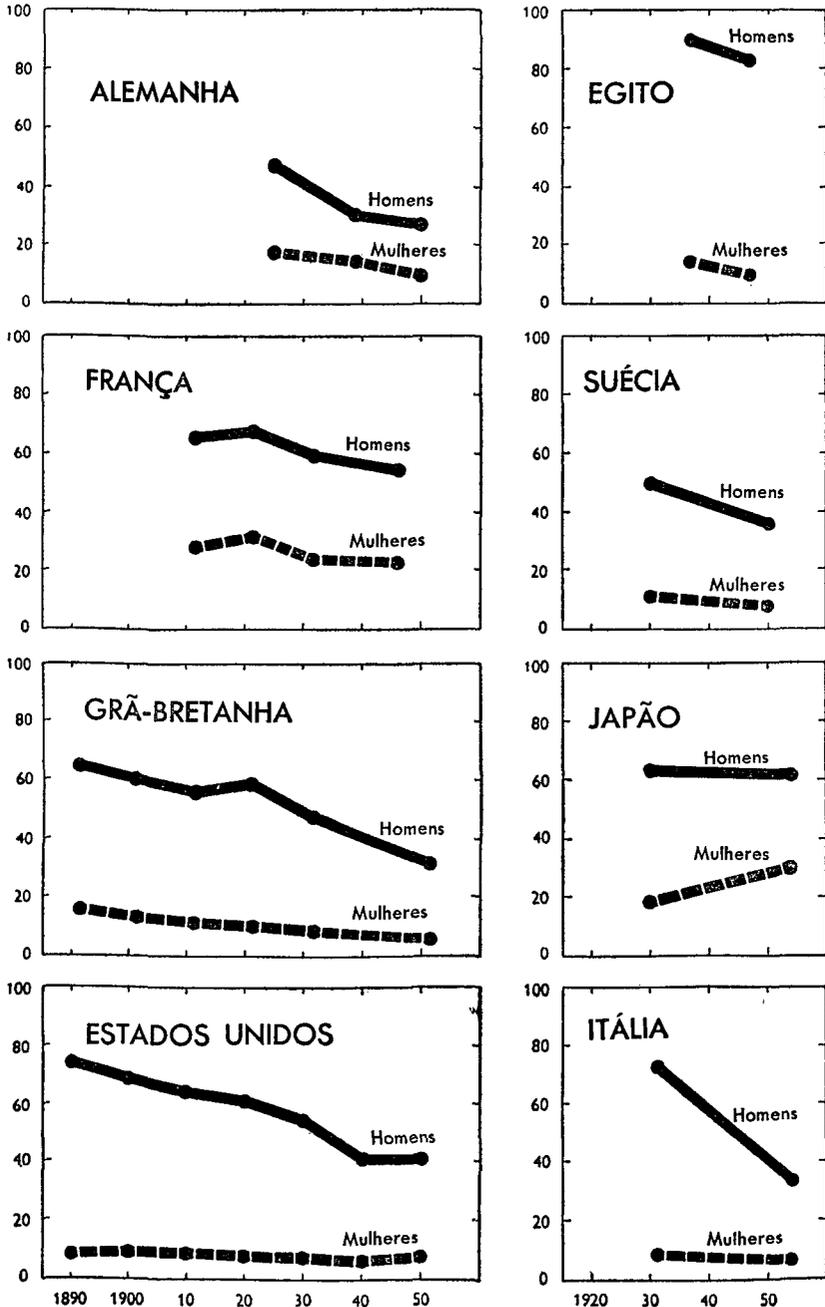


A população ativa sofreu um aumento sensivelmente paralelo ao da população total, se bem que a taxa de atividade indique para a maioria dos países variações moderadas de dez em dez anos.

Os países do Norte e do Oeste da Europa acusaram em geral uma elevação regular da taxa de atividade até o terceiro período decenal deste século. Essa tendência pode ser largamente explicada pelo complexo de uma taxa de natalidade em regressão e de uma taxa de mortalidade igualmente em regressão,

DIAGRAMA II — AS PESSOAS IDOSAS NA POPULAÇÃO ATIVA

(Pessoas idosas de sessenta e cinco anos no mínimo incluídas na população ativa, percentagem sôbre o total das pessoas d'êste grupo de idade)



que se manifestou nesses países com certa intensidade, no decorrer do último século. A maturação da estrutura por idade que daí resultou implica também o crescimento da proporção de pessoas idosas, porém, a proporção de crianças acusou uma diminuição bem mais acentuada, de tal sorte que, no conjunto a proporção de pessoas em idade de trabalhar aumentou. A França, considerada durante muito tempo como um exemplo clássico de envelhecimento da população, apresenta, por outro lado, a mais forte elevação da taxa de atividade. Durante esses últimos anos, tornou-se evidente a inversão da antiga tendência; o aumento das taxas de natalidade durante o último período decenal contribuiu para essa evolução.

É interessante considerar as transformações da taxa de atividade separadamente para cada sexo nesses países da Europa. A influência exercida sobre a população ativa pelas modificações da composição por idade se destaca de forma relevante, no exame das taxas relativas aos homens somente, as quais apresentam maior variação que as taxas que representam os dois sexos juntos. Durante o período estudado, o nível de atividade das mulheres parece ter sido mais elevado na França e na Alemanha do que na Grã-Bretanha e na Suécia. Isto pode ser devido em parte à importância relativamente maior ocupada pela agricultura na economia dos dois primeiros países, ao mesmo tempo que a um nível inferior de mecanização agrícola, características que, ambas, facilitam a participação das mulheres nos trabalhos de cultura. É interessante também notar a estabilidade no nível de atividade das mulheres na Grã-Bretanha e Suécia. A influência ascendente exercida sobre esse nível pela transformação da composição por idade da população é provavelmente compensada pela diminuição dos efetivos femininos na agricultura e pequenas empresas familiares de outros setores.

Há uma centena de anos, a população dos Estados Unidos não cessa de aumentar de forma surpreendente; em consequência cresce, ao mesmo tempo, a população ativa. A população total é quatro vezes maior que em 1870 e a população ativa cinco vezes maior. O superior crescimento da população ativa é devido à elevação da idade média dos habitantes causada, em parte, pela imigração em massa dos adultos nos princípios do século XX e, em parte, por uma taxa de atividade das mulheres dupla da de 1870. Apesar desse aumento, a taxa de atividade das mulheres permanece mais baixa nos Estados Unidos do que na maioria dos países da Europa.

No México, Egito e Índia a proporção de pessoas que trabalham declinou ligeiramente no decorrer do decênio vinte. Esse fenômeno se explica provavelmente pelo aumento da proporção que as crianças pequenas representam na população, resultante de uma elevada taxa de fertilidade e de uma taxa elevada, mas com tendência a cair, da mortalidade infantil, nesses países, há uma dezena de anos.

## OS TRABALHADORES ADULTOS NA POPULAÇÃO ATIVA

Os homens adultos entre vinte e sessenta e quatro anos de idade formam qualitativa e quantitativamente a estrutura da população ativa de todos os países. Ademais eles constituem o grupo por idade e por sexo que possui o traço-de-união mais estável, com a população ativa. Pode-se verificar, a título de exemplo, que a percentagem de homens adultos na população ativa, tal como assinalavam os últimos recenseamentos, era de 50 no Japão, 54 na República Federal Alemã, 57 na Itália, 61 na Grã-Bretanha, 63 no Egito e 64 nos Estados Unidos.

A proporção de mulheres desse grupo de idade, no conjunto da população ativa varia mais sensivelmente, vai de 8 por cento no Egito a 33 por cento no Japão, com uma média aproximada de 25 por cento para os outros países mencionados no capítulo precedente deste artigo. Se se examina separadamente a população ativa do sexo feminino, vê-se que as mulheres desse grupo de idade formam a grande maioria, variando a proporção de 60 por cento no Brasil a cerca de 90 por cento nos Estados Unidos.

Tomados em conjunto, os homens e as mulheres desse grupo de idade representam uma proporção esmagadora da população ativa, indo de 70 por cento no Egito a cerca de 85 por cento na maioria dos outros países.

### A situação atual

A TABELA IV apresenta as taxas de atividade dos trabalhadores adultos de vinte a sessenta e quatro anos. Essas taxas são muito úteis por permitirem a comparação com as taxas de atividades dos outros grupos de idade, num determinado

país As comparações de um para outro país fundadas nessas taxas têm também uma significação especial considerando que a influência da composição por idade da população, cuja presença se manifesta nas taxas gerais de atividade das tabelas II e III, é aqui quase nula

Nos países citados, mais de 90 por cento de todos os homens desse grupo de idade entram na população ativa Os restantes são, sobretudo, homens impossibilitados de trabalhar por razões de deficiências físicas ou mentais, estu-dantes e pessoas que cedo se retiraram da vida ativa; outros, se bem que capacitados para o trabalho, vivem de rendimentos não profissionais

No que concerne às mulheres, as reservas importantes a fazer com respeito às comparações de um país para outro, em virtude das diferenças dos levantamentos estatísticos, já foram assinaladas É todavia interessante notar que a taxa de atividade das mulheres adultas é mais baixa do que a das mças que integram o grupo de quinze a dezenove anos (ver tabela V), em todos os países que figuram na tabela IV, com exceção dos Estados Unidos, Japão e Filipinas Nesses três países a taxa baixa de atividade dos adolescentes é comum aos rapazes e mças.

#### *A evolução anterior*

**E**M grande número de países, a taxa de atividade dos homens entre vinte e sessenta e quatro anos apresentou poucas mudanças em relação ao nível atual, em numerosos países há várias dezenas de anos Na França e na Grã-Bretanha a situação quase nada mudou de uns cinquenta anos para cá Outros países, como o Japão, a Alemanha e a Suécia, para os quais os dados se estendem aos últimos vinte e cinco anos, também não assinalam modificações, só os Estados Unidos, entre os países escolhidos, revelam uma baixa regular de 95 por cento em 1900 até 90 por cento atualmente

No que se refere às mulheres, um exame minucioso das integrantes desse grupo de idade permite distinguir melhor o crescimento de sua participação na vida ativa no decorrer dos últimos anos, nos países onde essa tendência foi dissimulada pela evolução demográfica No Japão, a taxa subiu de 50 por cento em 1930 a 58 por cento em 1954 Na Itália, durante o mesmo período, elevou-se de 23 por cento a 35 por cento Na Grã-Bretanha, onde a tendência é menos acentuada, ela se mantinha a 36 por cento em 1951 contra 32 por cento em 1931, enquanto que nos Estados Unidos, a taxa de atividade passou, aproximadamente no mesmo período, de 25 por cento a 33 por cento Se se considera à luz do crescimento da população, esses aumentos implicam uma elevação correspondente, muito maior ainda, do número de mulheres que trabalham Nos países que apresentam crescimento rápido de população, como os Estados Unidos e o Japão, esses aumentos são particularmente impressionantes

### OS TRABALHADORES JOVENS NA POPULAÇÃO ATIVA

#### *Os menores de quinze anos*

**A**s estatísticas disponíveis parecem indicar que o emprêgo de crianças, atualmente, quase desapareceu nos países industriais No entanto, em outras partes do mundo, onde a sociedade apresenta uma estrutura amplamente pré-industrial, conta-se ainda bastante com os menores para assegurar o trabalho, sobretudo nas pequenas emprêsas familiares e em particular em fazendas.

A regulamentação do emprêgo de menores, especialmente na indústria, esteve em primeiro plano no que concerne à ação social em todos os países do mundo. No plano internacional, foi desde o início incluída nas preocupações da Conferência Internacional do Trabalho que cedo adotou normas internacionais a esse respeito Na maioria dos países, a escolaridade obrigatória é prevista pela legislação O limite de idade a ela concernente, elevou-se progressivamente em muitos países, causando uma queda correspondente da proporção de crianças que trabalham

Essas disposições influem freqüentemente na idade-limite mínima estabelecida nos censos e nas estatísticas de mão-de-obra Nas estatísticas de um certo número de países industriais, é estipulada uma idade mínima — fixada freqüentemente em quatorze anos — para o ingresso na população ativa: as crianças que não atingiram a idade assim fixada não são incluídas na população ativa, mesmo que se declarem trabalhadores, pois, tem-se por certo que esse gênero de trabalho não permite tal classificação Em outros países, particularmente onde o trabalho de crianças é amplamente difundido, não se determina nenhuma idade mínima, ou melhor especifica-se uma muito baixa (na Turquia, por

exemplo, cinco anos) Apesar dessas ressalvas é possível dar-se indicações amplas da importância numérica da mão-de-obra infantil em diferentes partes do mundo.

No intuito de permitir comparações, escolhemos arbitrariamente a idade de quinze anos, a fim de distinguir crianças dos outros trabalhadores jovens, reconhecendo-se, todavia, que essa idade pode ser muito elevada, tendo em vista as condições existentes em muitos países, ressalva que deve ser levada em conta no momento de tirar-se conclusões nesse campo. É preciso lembrar também que as crianças são geralmente muito menos ligadas a seus trabalhos que os adultos. Em consequência, é provável que grande número de crianças incluídas nas estatísticas não se empreguem senão em épocas de grande atividade ou não se dediquem a diferentes ocupações senão incidentalmente.

#### *O lugar das crianças na população ativa*

**N**A América do Norte, no Norte e no Oeste da Europa, no Japão, na Austrália e na Nova Zelândia, a mão-de-obra de menores de quinze anos representa uma fração muito pequena (1 por cento no mínimo) da população ativa. No Sul da Europa, a fração é maior; 4 por cento na Espanha, em Portugal e na Jugoslávia, e mais de 15 por cento na Turquia. Na África, o Egito assinala uma proporção superior a 10 por cento, enquanto que a população de côm da África do sul atinge cerca de 14 por cento. Numa grande parte da América latina, as crianças formam uma proporção sensivelmente superior a 5 por cento da população ativa. Nos países da Ásia, com exceção do Japão, já observado, o trabalho das crianças parece já estar bastante propagado, se bem que as estatísticas não sejam disponíveis, senão para alguns países.

#### *Taxas de atividade*

**N**O que diz respeito a dados recentes sôbre a proporção das crianças menores que trabalham, em relação ao conjunto da população infantil, não se tem senão informações isoladas. Na maioria dos países industrializados da Europa, onde a idade mínima de término de estudos situa-se correntemente nos quatorze anos e mais, a taxa de atividade para os menores de quatorze anos parece desprezível. O mesmo se dá no Japão. Em 1950, nos Estados Unidos, onde as estatísticas de mão-de-obra só se referem à população de quatorze anos no mínimo, a taxa de atividade dos menores de quatorze anos era de 13 por cento para meninos e de 4 por cento para meninas.

Segundo dados disponíveis, atualmente um tanto superados, a participação de crianças na vida ativa é maior nos países menos industrializados. A Itália (1936) e Portugal (1940) estimam a taxa de atividade em 26 por cento para meninos de dez a quatorze anos, as taxas correspondentes para o Egito (1937) e para a Turquia (1945) eram assinaladas como sendo cerca de 60 por cento e 45 por cento, respectivamente.

Em alguns casos, informações mais completas vêm de ser obtidas. Assim, em 1950, o Brasil apresentou no que concerne ao grupo de idade de dez a quatorze anos a taxa de 31 por cento para os meninos e 9 por cento para as meninas. Na Índia, os resultados de pesquisas por amostragem para 1953 indicam uma taxa de atividade correspondente a cerca de um terço de todas as crianças no grupo de idade de dez a quatorze anos para as regiões rurais; a proporção correspondente nas regiões urbanas era de cerca de um oitavo.

#### *Jovens trabalhadores de quinze a dezenove anos*

**A**IDADE mínima fixada por lei, para término da escolaridade, excede raramente os quinze anos. Em alguns países, sobretudo na América do Norte, a prolongação da freqüência escolar tendo em vista os estudos suplementares não é raro, de tal sorte que no grupo de quinze a dezenove anos de idade, uma proporção bem grande de adolescentes fica excluída da população ativa. Em muitos outros países, sobretudo nos da Europa, os adolescentes se apresentam ao trabalho, depois de um período de escolaridade mais limitado, freqüentemente como aprendizes, participando assim da população ativa. Nesses países, a taxa de atividade dos adolescentes é, em consequência, relativamente elevada; em alguns casos não se distancia da dos adultos. Em qualquer outra parte, diferentes fatores tais como a organização da sociedade e a falta de possibilidades de trabalho remunerado têm uma influência mais decisiva: a predominância da taxa de atividade, relativamente baixa para os adolescentes, em certos países da Ásia, explica-se em grande parte mais por esses fatores que pelos efeitos da prolongação da escolaridade.

*Situação atual*

A PROPORÇÃO do conjunto da população ativa, representada por jovens trabalhadores até dezoito anos de idade (incluindo crianças) é a seguinte em alguns países característicos, 6 por cento nos Estados Unidos, 10 por cento na Grã-Bretanha, 15 por cento na Itália e na Alemanha, 12 por cento no Japão, 25 por cento no Egito. Como é normal de se esperar, tendo em vista o que foi dito acima, as diferenças de um país para outro são relativamente grandes nesse domínio.

A tabela V apresenta para 16 países especialmente escolhidos, o número de jovens trabalhadores de um e de outro sexo de quatorze a dezoito anos de idade e a relação entre esse número e o total de pessoas dessa idade (isto é, sua taxa de atividade). Entre os países industriais da Europa, as taxas mais elevadas de atividade para os rapazes como para as moças se encontram na Grã-Bretanha e na República Federal Alemã. Notar-se-á que no Japão e nos Estados Unidos as taxas de atividade dos rapazes são comparáveis. Na Índia, (que não figura na tabela V) os resultados das pesquisas por amostragem apresentam taxas de atividade de 79 por cento para rapazes e 53 por cento para moças, nas regiões rurais, e de 51 por cento e 18 por cento nas regiões urbanas. Em qualquer dos casos as taxas de atividade das moças são mais baixas aqui que as dos rapazes. No entanto é preciso assinalar que para os países industriais da Europa e da Austrália, as taxas de atividade das moças são sensivelmente mais altas que as das mulheres adultas. Esse fenômeno se explica em grande parte pelo fato de ser comum nesses países que as moças se entreguem a uma ocupação remunerada logo ao sair da escola, porém muitas dentre elas se retiram da vida ativa depois do casamento. Tal não é o caso dos Estados Unidos, onde a frequência escolar é mais difundida entre as moças desse grupo de idade e onde, muitas vezes as mulheres exercem uma ocupação remunerada depois de casadas.

*Evolução anterior*

DISPÕE-SE, para a metade do século decorrido, de estatísticas comparáveis sobre a proporção que representam os trabalhadores jovens na população ativa da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, elas indicam a partir de 1900 uma baixa regular de 20 por cento a 10 por cento na Grã-Bretanha e de 14 por cento a 6 por cento nos Estados Unidos. A diminuição efetiva no caso dos rapazes e das moças é mais pronunciada para os rapazes. A tabela VI mostra a evolução da taxa de atividade dos adolescentes (de quinze a dezoito anos) para cada sexo, separadamente, num certo número de países. A Grã-Bretanha apresentou, durante um longo período, que se estendeu até 1930, uma taxa elevada, consideravelmente estável para os rapazes, seguida de uma queda bastante sensível durante os vinte anos que se seguiram. Nos Estados Unidos nota-se uma baixa regular da taxa de atividade dos rapazes, desde o começo do século até 1940 e uma visível inversão dessa tendência nos anos que se seguiram. Para outros países, não existem estatísticas comparáveis senão para mais curtos períodos. Pode-se constatar diminuições variáveis, porém importantes, das taxas de atividade dos rapazes durante os últimos vinte e cinco anos, em quase todos os países, com exceção dos Estados Unidos onde o nível já era baixo anteriormente. Essa diminuição é particularmente pronunciada no Japão e na Itália.

A evolução da taxa de atividade não é tão evidente para as moças. Na Grã-Bretanha ela subiu de forma regular a partir de 1921, aproximando-se da taxa de atividade dos rapazes. Uma tendência similar se destaca na Alemanha, onde o nível atual assinala para as moças um avanço sensível em relação a 1933. O Japão e a Suécia são os únicos a apresentar uma baixa ininterrupta da taxa de atividade das moças, paralelamente à dos rapazes, a partir de 1930. Nos Estados Unidos, a partir de 1920, os movimentos têm sido paralelos para os rapazes e moças: primeiramente uma baixa até 1940 e a seguir uma alta nos 10 anos seguintes.

## AS PESSOAS IDOSAS E A POPULAÇÃO ATIVA

*Envelhecimento da população*

O ENVELHECIMENTO da população foi objeto de interesse mas também de inquietude para certo número de países da Europa Ocidental. Em muitos países, na fase anterior a esse envelhecimento, o aumento da proporção de pessoas

idosas foi largamente compensado pela redução da proporção de crianças que não tinham atingido a idade de trabalhar. Essa situação acarretou o aumento da importância relativa da população em idade de trabalhar. Em estágio ulterior, no entanto, quando os efeitos da diminuição da fertilidade se fizerem sentir durante um período prolongado, o aumento do número de pessoas idosas tende a ultrapassar grandemente toda possibilidade de compensação resultante da queda de proporção de crianças.

Essas mudanças na composição por idade da população têm importantes repercussões econômicas. A idade média da população ativa tende a se elevar mais ou menos paralelamente à da população em conjunto, fenômeno este de grande importância para a organização econômica e a tecnologia industrial. Além disso, o fardo imposto à economia pelos empregados domésticos em idade avançada, isto é, a relação numérica entre a população que já ultrapassou a idade de trabalhar e a população em idade de trabalhar torna-se maior. O efeito dessa pressão suplementar exercida sobre a população ativa pelos empregados domésticos de idade avançada não foi sempre aparente, porquanto em períodos recentes foi compensado pelo crescimento contínuo da produtividade. Todavia, de modo intrínseco, o envelhecimento da população tende, até certo ponto, a enfraquecer o nível de vida do conjunto dos habitantes.

Um fato importante influi diretamente sobre a participação das pessoas idosas na vida ativa: trata-se da adoção, extensão e aperfeiçoamento em diferentes partes do mundo, das medidas do seguro social em benefício das pessoas idosas. Nessas disposições do Estado, devem ser incluídos numerosos sistemas privados de aposentadoria que tomaram vulto há um certo número de anos, notadamente em diversos países da Europa Ocidental, América do Norte e Oceania. Esse aumento da proteção às pessoas idosas faz diminuir a necessidade em que se encontravam muitas dessas pessoas de prolongar por muito tempo a sua vida profissional depois da chegada da velhice. Além disso, vários sistemas de previdência condicionam o direito ao pagamento das quotas de aposentadoria à cessação de todo trabalho remunerado. Esses fatores tendem a encorajar as pessoas idosas a se retirarem da população ativa. A tendência à diminuição das taxas de atividade das pessoas idosas, daí resultante, é, no entanto, compensada, em parte, pelo melhoramento da saúde da população da qual uma fração importante conserva aptidão para o trabalho, até uma idade avançada.

#### *Importância das diferenças de um país para outro*

A VELHICE é, em grande parte, um fenômeno individual: mesmo numa sociedade determinada, precisar a época em que ela teve começo é matéria de discussão. Dadas as várias condições que reinam em diferentes partes do mundo, é mais difícil ainda especificar a idade comum, além da qual temos o direito de afirmar que a velhice começa realmente. Entretanto, para fazermos comparação entre diferentes países, é útil medir o nível de atividade das pessoas idosas em relação a uma idade de referência, idêntica em todos os países. No presente estudo a idade de sessenta e cinco anos foi escolhida para esse fim, se bem que é preciso admitir que em muitos lugares, a idade de sessenta ou mesmo de cinquenta e cinco anos estaria mais próxima da verdade.

Existe outra razão para mostrar-se prudente na interpretação das diferenças segundo os países. Já assinalamos as dificuldades que se nos deparam, para distinguir entre atividades econômicas e não-econômicas numa economia agrícola ainda não mecanizada. Essas dificuldades aumentam quando se trata de pessoas idosas trabalhando em fazendas, onde sua atividade apresenta freqüentemente um caráter marginal. A estrutura institucional, assim como os costumes sociais favorecem em numerosas regiões, a inclusão desses trabalhadores nas estatísticas da mão-de-obra. O alcance das estatísticas relativas aos países menos industrializados da tabela VII deve ser objeto de certa reserva. É conveniente guardar uma reserva semelhante, porém de menos importância, para os países industriais onde uma proporção apreciável da população ativa é empregada na agricultura.

#### *Situação atual*

Os resultados que se seguem indicam o lugar ocupado atualmente pelas pessoas com sessenta e cinco anos de idade e mais, na população ativa, em alguns países escolhidos para exemplo: França, 7 por cento; República Federal Alemã, Grã-Bretanha, Itália e Egito, 4 por cento; Japão e Estados Unidos,

5 por cento. Notar-se-á que o Egito, com uma população muito jovem, e a Grã-Bretanha com uma população mais amadurecida têm uma proporção idêntica de trabalhadores idosos na sua população ativa. Com efeito, a influência da disparidade das estruturas por idade é compensada pelas diferenças entre as taxas de atividade das pessoas idosas nos dois países.

A tabela VII mostra o número de trabalhadores de sessenta e cinco anos e mais, do mesmo modo que a taxa de atividade correspondente da população desse grupo de idade. Enquanto que os países de predominância agrícola contam geralmente com uma participação de 80 por cento da população idosa na vida ativa, os totais correspondentes na Austrália e nos países industriais da Europa, excluindo a França, fixam-se em torno de 30 por cento. A taxa de 54 por cento referente à França parece antes elevada e pode ser explicada em parte pela data do censo (efetuado imediatamente após a guerra) e pelos métodos de levantamento e, ainda, pelas definições em que se basearam as estatísticas. Os Estados Unidos apontam uma taxa de cerca de 40 por cento, sensivelmente mais elevada que a da maior parte dos países da Europa. O Japão e as Filipinas, os dois países da Ásia que figuram aqui, apresentam uma taxa intermediária de quase 60 por cento.

A taxa de atividade das mulheres idosas é geralmente muito mais baixa que a dos homens, todavia as estatísticas relativas às mulheres são menos satisfatórias (especialmente por causa da questão dos trabalhadores familiares não remunerados) que as referentes aos homens, o que cria obstáculos às conclusões concernentes às comparações de um país para outro.

#### *Evolução anterior*

**E**XCETUANDO a Itália e o Japão, em todos os países aqui examinados, a proporção de trabalhadores idosos na população ativa manteve-se notadamente estável durante os períodos considerados (durante 50 anos para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos e 25 anos para os demais países). Em compensação, no Japão, essa proporção passou de 4 por cento em 1930 a 5 por cento em 1954, enquanto que no mesmo período ela desceu na Itália de 7 por cento a 4 por cento. A estabilidade do lugar ocupado pelos trabalhadores idosos na população ativa da Grã-Bretanha, da Alemanha e dos Estados Unidos reclama considerações particulares. Como se vê mais a seguir, esses países sofreram simultaneamente uma baixa brutal das taxas de atividade das pessoas idosas. O efeito redutor exercido por essa baixa sobre o lugar ocupado pelos trabalhadores idosos na população ativa é compensado pelo crescimento da proporção de pessoas de sessenta e cinco anos e mais, resultante do envelhecimento da população.

Na Itália onde a pressão exercida pelo envelhecimento da população não é ainda tão pronunciado, a proporção de pessoas idosas no conjunto da população ativa e sua taxa de atividade diminuíram paralelamente. No Japão, onde o envelhecimento da população não é ainda muito pronunciado, a taxa de atividade dos homens idosos ficou estacionada. O ligeiro movimento ascendente da taxa de atividade das pessoas idosas dos dois sexos, tomados em conjunto, e devido assim quase inteiramente ao crescimento da taxa de atividade das mulheres idosas. Dispõe-se, em longo período, para a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, de estatísticas comparáveis sobre a relação entre as pessoas idosas que exercem uma atividade e o número total das pessoas idosas. Os dados que se possuem, para seis outros países, se referem a períodos mais curtos e fornecem uma indicação das tendências médias. As estatísticas expostas na tabela VIII dão origem às curvas do diagrama II. A Grã-Bretanha e os Estados Unidos apresentam uma baixa constante da taxa de atividade dos homens mais pronunciada a partir de 1920; nos Estados Unidos, entretanto, a taxa não se alterou entre 1940 e 1950.

Na Grã-Bretanha, a taxa de atividade das mulheres acusa uma diminuição notável sobre o conjunto do período considerado, porém, nos Estados Unidos mantém-se estacionada. A razão é sem dúvida que a tendência geral a uma baixa de atividade nas idades é compensada nesse país pelo crescimento contínuo da proporção de mulheres que exercem uma atividade. Na França, a tendência à baixa da taxa de atividade das pessoas idosas é menos pronunciada. Entre os países aqui apresentados, a Itália, seguida da Grã-Bretanha, apresenta a redução mais sensível da proporção de pessoas idosas que trabalham. O Japão não acusa nenhuma modificação da proporção dos homens idosos exercendo uma atividade, nesses últimos vinte anos, enquanto que para as mulheres idosas que trabalham, a proporção aumentou, provavelmente em razão do crescimento geral da participação das mulheres na vida econômica.

Os fatores importantes que contribuíram para fazer baixar a proporção das pessoas idosas que trabalham no decorrer dos três últimos períodos decenais, merecem algumas observações. O primeiro dentre êles, isto é, o desenvolvimento notável dos planos de aposentadoria das pessoas idosas, já foi notificado. O segundo é de caráter demográfico. Em virtude da diminuição da mortalidade, especialmente entre as pessoas idosas, a proporção do grupo de sessenta e cinco anos e mais no conjunto da população aumentou e a proporção das pessoas muito idosas desse mesmo grupo é agora mais elevada. Tendo em vista que a taxa de atividade diminui ao mesmo tempo que a idade aumenta nesse grupo, seria de prever uma baixa da taxa de atividade para o grupo tomado em conjunto, mesmo se as taxas de atividade para cada idade permanecessem estáveis.

### AS MULHERES NA POPULAÇÃO ATIVA

As estatísticas de mão-de-obra feminina são manifestamente vulneráveis à variação dos métodos estatísticos e de classificação, segundo os países. Uma grande parte das mulheres que exercem uma atividade no mundo inteiro, pertencem à categoria dos membros ativos não remunerados de uma família. Surgem dificuldades quando se trata de distinguir êsses trabalhadores da população inativa. Encontramo-nos diante de um capítulo das estatísticas da mão-de-obra no qual são freqüentemente inaplicáveis conceitos uniformes, em meio às condições variadas reinantes nos diferentes países. As possibilidades de erro resultantes não devem ser desprezadas, quando se quer julgar as diferenças de país a país reveladas pelas estatísticas, mas elas não impedem necessariamente a adoção de certas conclusões gerais.

Para os homens, o fator determinante da taxa geral de atividade é a composição por idade da população masculina; o papel dos outros fatores é secundário, salvo nos grupos dos mais jovens e dos mais velhos em idade. Em compensação, no caso das mulheres, os elementos culturais, sociais e econômicos, muitas vezes eclipsam os fatos demográficos.

Encontramos exemplos do papel predominante que representam os caracteres culturais e os valores sociais em algumas nações muçulmanas como o Egito e também na grande maioria dos países da América latina e na Espanha, onde a cultura e a tradição reduzem a participação das mulheres na atividade econômica. Disso resulta serem as taxas de atividade das mulheres muito baixas nessas regiões.

Quando as objeções de ordem social não criam obstáculos ao desenvolvimento do trabalho das mulheres, os fatores econômicos revelam-se freqüentemente decisivos. Dois dêles, principais e ligados entre si, são a importância relativa da agricultura na vida da região, e êste outro, essencial à organização econômica. — depende a produção de bens e de serviços, sobretudo dos grandes estabelecimentos ou, pelo contrário, são as pequenas empresas, especialmente as de caráter doméstico, que predominam? No último caso, não é raro que o chefe da família empregue na empresa que mantém, os serviços dos seus parentes, notadamente da sua mulher e de outros parentes que estejam a seu cargo. Nessas condições, as mulheres tendem a adquirir mais rapidamente uma situação "ativa".

Em numerosos países onde a economia e a produção são fortemente industrializadas, existem freqüentemente ao lado dos grandes estabelecimentos, importantes setores do artesanato, do comércio e dos serviços, constituídos em pequenas unidades e funcionando como empresas familiares. As diferenças que revela, entre êsses países, a proporção das mulheres ativas são influenciadas pela importância relativa desses setores.

A agricultura apresenta ainda por vezes uma organização tradicional sob a forma de pequenas explorações, onde a ajuda de mão-de-obra familiar é largamente dada em contribuição. Em consequência, postas as coisas assim, a taxa de atividade das mulheres deveria ser, parece, mais elevada num país onde o setor agrícola ocupa um maior lugar.

#### *Situação atual*

A IMPORTÂNCIA geral que revela, numa comunidade, a mão-de-obra feminina, se exprime comumente, seja como a relação entre o efetivo feminino da população ativa e o número total das mulheres (taxa de atividade), seja como a proporção das mulheres que trabalham em relação ao conjunto da população ativa. A

primeira dessas duas fórmulas foi utilizada na tabela II e na exposição que a ela se refere. A segunda serve de base à tabela IX que mostra a proporção de mulheres na população ativa de certos países. A proporção das mulheres não atinge metade da população ativa em nenhum dos países que figuram na tabela IX, se bem que a percentagem exceda de 40: na Tailândia (48), na Turquia (44) e no Japão (41). Por outro lado, no Paquistão não excede de 6 por cento.

As diferenças entre os países podem ser explicadas, no conjunto, com a ajuda dos fatores estudados acima que exercem influência sobre o trabalho das mulheres. O lugar pouco importante ocupado pelas mulheres na mão-de-obra do Egito, do México e do Paquistão, reflete as características culturais de cada um desses três países; entretanto, no Paquistão o método particular de levantamento estatístico e as definições adotadas exageram sem dúvida as diferenças, em comparação com os outros países. O efeito predominante das características culturais ressalta também da noção de que as condições econômicas reinantes nesses países não são tão sensivelmente diferentes das que encontramos na Turquia e na Tailândia. Entre os países que apresentam características culturais similares, a importância dos fatores econômicos é evidente; assim, a taxa de atividade das mulheres é maior em alguns países da Europa que no Canadá, nos Estados Unidos e na Austrália onde a agricultura é fortemente mecanizada e onde o setor comercial e dos serviços, tradicionalmente organizado sobre uma base familiar é bastante restrito. Na Europa, o Reino Unido que possui um setor agrícola pouco extenso e ademais, passavelmente mecanizado, apresenta uma população feminina ativa relativamente menos numerosa que a França e a República Federal Alemã. Nesses dois países, tanto o artesanato assim como as empresas familiares nos setores comercial e dos serviços pessoais são também relativamente menos importantes que no Reino Unido.

#### *Evolução anterior*

**A** TABELA X mostra como evoluiu a importância do efetivo feminino na população ativa. Na tabela III a mesma questão foi examinada sob o ângulo das taxas de atividade das mulheres, permitindo chegar a conclusões bastante semelhantes às que revela a tabela X. Os Estados Unidos e, num plano inferior, a Alemanha, apresentam uma tendência por demais nítida para o crescimento da participação das mulheres na vida ativa, para um longo período; nesse mesmo período a Grã-Bretanha e a França não acusam nenhuma modificação importante. Entre os outros países, para os quais os dados, aqui apresentados, se referem a períodos mais curtos, convém notar, no Japão, uma subida significativa do lugar ocupado pelas mulheres na população ativa e, na Suécia, uma diminuição a partir de 1930.

**J** Á mencionamos a influência exercida pelas modificações da composição por idade sobre a evolução da taxa de atividade. As tendências reveladas na tabela X pelas flutuações do efetivo feminino em relação à totalidade da população ativa estão, de maneira geral, ao abrigo dessa influência e fornecem, em consequência, uma indicação interessante da evolução exercida nesse domínio. Por exemplo, na França, a taxa de atividade das mulheres passou de 30 por cento em 1872 a um máximo de 42 por cento em 1921, para em seguida tornar a descer até 30 por cento em 1954. As modificações da composição por idade da população feminina foram em grande parte a causa dessa evolução. Tendo em vista que a população masculina sofreu também, no conjunto, modificações um tanto paralelas, a amplitude do movimento próprio às mulheres que trabalham, consideradas como uma fração da população ativa, é muito menor.

TABELA I

*Estimativa da população e da mão-de-obra no Mundo, por Região <sup>(1)</sup>, por volta de 1950*

REGIÃO	População (em milhões)	MÃO-DE-OBRA	
		Número (em milhões)	Porcentagem sôbre a população
<b>Africa:</b>			
África do Norte	65	24	37
África tropical e meridional	132	65	49
<b>TOTAL</b>	<b>197</b>	<b>89</b>	<b>45</b>
<b>América:</b>			
América do Norte	166	66	40
América Central	51	18	35
América do Sul	110	41	38
<b>TOTAL</b>	<b>327</b>	<b>125</b>	<b>38</b>
<b>Ásia:</b>			
Ásia do Sudoeste	41	13	31
Ásia central e meridional	460	173	38
Ásia do Sudeste	170	65	38
Ásia oriental	698	277	40
<b>TOTAL</b>	<b>1 369</b>	<b>528</b>	<b>39</b>
<b>Europa:</b>			
Europa do Oeste	198	90	45
Europa meridional	128	58	45
Europa oriental	88	42	48
<b>TOTAL</b>	<b>414</b>	<b>190</b>	<b>46</b>
<b>Oceânia</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>42</b>
<b>U.R.S.S.</b>	<b>195</b>	<b>88</b>	<b>45</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2 515</b>	<b>1 025</b>	<b>41</b>

(<sup>1</sup>) África do Norte: Países mediterrâneos da África, África ocidental espanhola, Etiópia, Eritreia, Somália e Sudão

África tropical e meridional: Restante da África.

América do Norte: América ao norte do México

América do Sul: Continente sul-americano (ao sul do Panamá).

América Central: Restante da América (inclusive as ilhas de Caraíbas e do México).

Ásia do Sudoeste: Países da Ásia ao oeste do Afeganistão e do Paquistão.

Ásia central e meridional: Afeganistão, Índia, Paquistão e Ceilão.

Ásia oriental: China, Coréia, Japão, Mongólia

Ásia do Sudeste: Restante da Ásia

Europa meridional: Penínsulas ibérica e itálica, Iugoslávia, Grécia, Turquia

Europa oriental: República Democrática Alemã, Polónia, Hungria, România, Bulgária, Albânia.

Europa ocidental: Restante da Europa.

TABELA II

População e mão-de-obra segundo o sexo

PAÍS	Ano	População em milhões	MÃO-DE-OBRA					
			Total		Homens		Mulheres	
			Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população total	Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população masculina	Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população feminina
<b>África:</b>								
Egito	1947	18 967	6 729	35,5	5 819	62,0	910	9,5
União sul-africana:								
População branca	1951	2 642	983	37,2	769	58,1	215	16,3
Outras	1946	9 046	4 269	47,2	2 981	64,6	1 288	29,1
<b>América:</b>								
Argentina	1947	15 894	6 446	40,6	5 163	63,4	1 283	16,6
Brasil	1950	51 944	17 117	33,0	14 610	56,4	2 508	9,6
Canadá	1951	13 984	5 300	37,9	4 131	58,4	1 169	16,9
Estados Unidos	1950	150 697	60 054	39,9	43 553	58,2	16 601	21,8
México	1950	25 791	8 345	32,4	7 208	56,8	1 138	8,7
<b>Ásia:</b>								
Índia	1951	356 879	130 339 <sup>1</sup>	39,1	98 724 <sup>1</sup>	53,9	40 615 <sup>1</sup>	28,5
Japão	1954	88 300	40 580	46,0	23 820	55,7	16 760	36,8
Paquistão	1951	73 880	22 699	30,7	21 382	54,6	1 317	3,8
Tailândia	1947	17 443	8 993	51,6	4 682	53,7	4 311	49,4
<b>Europa:</b>								
Alemanha (República Federal)	1954	49 763	24 643	49,5	15 451	66,0	9 192	34,9
Áustria	1953	6 959	3 399	48,8	2 062	63,8	1 337	35,9
Bélgica	1947	8 512	3 481	40,9	2 660	63,3	831	19,0
Espanha	1950	27 977	10 793	38,6	9 084	67,4	1 709	11,8
França	1954	42 942	19 220	44,8	12 537	60,9	6 683	29,9
Itália	1947	48 399	21 342	44,1	14 920	63,1	6 422	25,9
Holanda	1950	9 625	3 866	40,2	2 923	61,0	944	19,5
Reino Unido	1951	51 596	23 817	46,2	16 490	69,5	7 326	27,3
Suécia	1950	7 042	3 105	44,1	2 286	65,2	819	23,2
Turquia	1950	20 947	12 718	60,7	7 071	67,2	5 648	54,2
<b>Oceânia:</b>								
Austrália	1947	7 579	3 238	42,7	2 479	65,3	759	20,1

(1) Inclusive os dependentes remunerados

TABELA III

Evolução da população e da mão-de-obra em dez países

PAÍS	Ano	População (em milhares)	MÃO-DE-OBRA					
			Total		Homens		Mulheres	
			Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população total	Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população masculina	Número (em milhares)	Porcentagem sobre a população feminina
França	1872	36 103	14 686	40,7	9 389	52,2	5 297	29,4
	1881	37 405	16 544	43,9	11 516	59,8	5 388	28,7
	1891	38 133	16 328	42,8	11 137	58,8	5 191	27,0
	1901	38 451	19 735	51,3	12 913	68,2	6 822	34,9
	1911	39 192	20 931	53,4	13 212	68,6	7 719	38,7
	1921	38 798	21 721	56,0	13 115	71,1	8 606	42,3
	1931	41 238	21 612	52,4	13 712	68,9	7 900	37,1
	1954	42 942	19 220	44,8	12 537	60,9	6 683	29,9
Alemanha (1)	1882	39 444	16 495	42,4	11 541	60,4	4 954	24,3
	1907	54 472	24 637	45,7	16 136	60,7	8 501	30,5
	1925	62 441	32 009	51,3	20 531	68,0	11 478	35,6
	1939	67 447	34 269	50,8	21 568	66,5	12 701	36,3
Alemanha (República Federal)	1929	36 500	17 877	49,0	11 513	65,1	6 364	33,8
	1939	39 352	20 065	51,0	12 716	65,7	7 349	36,7
	1954	49 763	24 643	49,5	15 451	66,0	9 192	34,9
Grã-Bretanha	1881	29 710	12 738	42,9	8 851	61,3	3 887	15,5
	1891	33 029	14 500	43,9	10 010	62,5	4 489	26,4
	1901	37 000	16 312	44,1	11 548	64,5	4 763	24,9
	1911	40 832	18 354	44,9	12 930	65,5	5 424	25,7
	1921	42 769	19 357	45,3	13 656	66,9	5 701	25,5
	1931	44 795	21 075	47,0	14 801	69,0	6 273	26,9
Estados Unidos da América	1870	39 818	12 925	32,5	11 008	54,7	1 917	9,7
	1880	50 156	17 392	34,7	14 745	57,8	2 647	10,7
	1890	62 622	23 318	37,2	19 313	60,2	4 006	13,1
	1900	75 995	29 073	38,3	23 754	61,2	5 319	14,3
	1910	91 972	37 371	40,6	29 926	63,2	7 445	16,7
	1920	105 711	42 434	40,1	33 797	62,7	8 637	16,7
	1930	122 775	47 404	38,6	37 008	59,6	10 396	17,1
	1940	131 669	52 966	40,2	39 959	60,5	13 007	19,8
Itália	1910	15 160	5 264	34,7	4 588	61,1	675	8,8
	1921	14 335	4 884	34,1	4 554	65,0	329	4,5
	1930	16 553	5 166	31,2	4 926	60,7	240	2,8
	1940	19 654	5 858	29,8	5 426	56,0	432	6,3
	1950	25 791	8 345	32,4	7 208	56,8	1138	8,7
Suécia	1910	5 522	2 199	39,8	1 587	58,7	612	21,7
	1920	5 904	2 601	44,0	1 827	63,0	774	25,7
	1930	6 142	2 893	47,1	1 997	66,1	896	28,7
	1940	6 371	3 000	47,1	2 190	69,3	810	25,2
	1950	7 042	3 105	44,1	2 286	65,2	819	23,2
Egito	1927	14 178	5 250	37,0	4 533	64,2	717	10,1
	1937	15 921	6 095	38,3	5 198	65,2	897	11,3
	1947	18 967	6 729	35,5	5 819	62,0	910	9,5
Índia	(1)1931	352 838	148 817	42,2	101 443	55,8	47 374	27,7
	1951	356 879	(2)139 339	39,1	(2) 98 724	53,9	(2) 40 615	28,5
Japão	1930	64 450	29 620	46,0	19 030	58,5	10 589	33,0
	1940	58 300	40 580	46,0	23 820	55,7	16 760	36,8

1 Englobando toda a península Indiana.

2 Inclusive os dependentes remunerados.

TABELA IV

Os trabalhadores adultos (de vinte a sessenta e quatro anos) na população ativa

PAÍS	Ano	TAXAS DE ATIVIDADE	
		Homens	Mulheres
<b>África:</b>			
Egito	1947	95,2	11,0
União sul-africana:			
População branca	1951	95,6	23,4
Outras	1946	98,5	34,0
<b>América:</b>			
Canadá	1951	94,0	24,9
Estados Unidos	1950	90,0	33,0
Brasil	1950	(1) 95,5	(1) 13,2
<b>Ásia:</b>			
Japão	1954	94,4	58,4
Filipinas	1948	91,1	56,7
<b>Europa:</b>			
Alemanha (República Federal)	1950	93,2	40,1
Áustria	1951	(2) 92,6	(2) 47,8
Bélgica	1947	90,3	24,7
França	1948	93,2	50,0
Grã-Bretanha	1951	96,8	36,0
Itália	1954	92,5	35,1
Holanda	1947	95,0	25,4
Suécia	1950	94,7	31,6
Turquia	1950	96,6	73,8
<b>Oceânia:</b>			
Austrália	1947	94,9	2,44

1 De 20 a 59 anos.

2 De 18 a 64 anos.

TABELA V

O lugar dos trabalhadores jovens (de quinze a dezenove anos) na população ativa

PAÍS	Ano	RAPAZES		MOÇAS	
		Número (em milhares)	Taxas de atividade	Número (em milhares)	Taxas de atividade
<b>África:</b>					
Egito	1947	779	79,1	128	14,0
União sul-africana:					
População branca	1951	57	52,5	43	41,1
Outras	1946	(1) 383	(1) 80,1	(1) 300	(1) 65,8
<b>América:</b>					
Canadá	1951	311	58,5	199	37,9
Estados Unidos	1950	2 399	44,9	1 398	26,3
Brasil	1950	2 132	80,6	669	23,4
<b>Ásia:</b>					
Japão	1954	(2) 2 500	(2) 49,9	(2) 2 290	(2) 45,2
Filipinas	1948	443	44,3	384	36,2
<b>Europa:</b>					
Alemanha	1950	1 498	84,7	1 322	77,5
Bélgica	1947	219	66,8	135	41,8
França	1946	1 198	75,6	946	58,6
Grã-Bretanha	1951	1 249	82,9	1 227	78,2
Itália	1954	(2) 1 884	(2) 72,8	(2) 1 152	(2) 45,5
Holanda	1947	(2) 330	(2) 66,0	(2) 235	(2) 48,7
Suécia	1950	157	74,4	112	54,3
Turquia	1950	1 112	87,6	820	73,3
<b>Oceânia:</b>					
Austrália	1947	239	81,1	190	66,4

1 Inclusive os aborígenes (Bantos) de 10 a 14 anos.

2 De 14 a 19 anos.

TABELA VI

*O lugar dos adolescentes (de quinze a dezenove anos) na população ativa*

PAÍS	Ano	TAXAS DE ATIVIDADE	
		Rapazes	Moças
Grã-Bretanha (1)	1891	91,2	68,6
	1901	91,8	65,9
	1911	91,7	68,8
	1921 (2)	83,8 (2)	64,0
	1931	88,3	75,0
	1951	82,9	78,2
Estados Unidos da América	1900 (2)	63,6 (2)	26,8
	1920 (2)	52,6 (2)	28,4
	1930 (2)	40,1 (2)	22,8
	1940 (2)	34,7 (2)	18,9
	1950 (2)	39,5 (2)	22,6
Egito	1937	91,1	16,3
	1947	79,1	14,0
França	1926	83,1	56,0
	1936	72,4	50,8
	1946	75,6	58,6
Alemanha (República Federal)	(3) 1933	86,1	63,7
	1950	84,7	77,5
Itália	1931	88,2	44,0
	1954 (2)	72,8 (2)	45,5
Japão	1930 (2)	78,5 (2)	61,8
	1954 (2)	49,9 (2)	45,2
Suécia	1930	82,3	63,4
	1950	74,4	54,3

<sup>1</sup> Antes de 1921, os dados se referem à Inglaterra e ao país de Gales<sup>2</sup> De 14 a 19 anos<sup>3</sup> Os dados se referem ao território nacional do "Reich" nessa data

TABELA VII

*Atividade econômica das pessoas idosas (sessenta e cinco anos no mínimo)*

PAÍS	Ano	HOMENS ATIVOS		MULHERES ATIVAS	
		Número (em milhares)	Taxas de atividade	Número (em milhares)	Taxas de atividade
<b>África</b>					
Egito	1947	224	82,5	31	9,7
União sul-africana:					
População branca	1951	36	44,1	3	4,1
Outras	1946	122	80,4	36	20,3
<b>América</b>					
Canadá	1951	212	38,6	27	5,1
Estados Unidos	1950	2 373	41,4	509	7,8
Brasil	1950 (1)	788 (1)	74,5 (1)	75 (1)	6,6
<b>Ásia:</b>					
Japão	1954	1 190	62,0	790	29,2
Filipinas	1948	185	60,4	79	26,2
<b>Europa:</b>					
Alemanha (República Federal)	1950	533	26,8	236	9,7
Áustria	1951	96	31,3	57	13,4
Bélgica	1947	101	24,7	27	5,4
França	1946	959	54,4	579	22,3
Grã-Bretanha	1951	695	32,0	166	5,3
Itália	1954	640	33,1	162	6,9
Holanda	1947	116	35,5	23	6,3
Suécia	1950	121	36,1	30	7,8
Turquia	1950	225	82,5	220	52,6
<b>Oceânia:</b>					
Austrália	1947	95	33,9	17	5,1

<sup>1</sup> Sessenta anos e mais

TABELA VIII

*Evolução da taxa de atividade das pessoas idosas (sessenta e cinco anos no mínimo)*

PAÍS	Ano	TAXAS DE ATIVIDADE	
		Homens (%)	Mulheres (%)
França	1911	65,6	27,7
	1921	67,4	31,3
	1931	59,4	23,5
	1946	54,4	22,3
Grã-Bretanha (1)	1891	64,8	16,0
	1901	60,6	13,2
	1911	56,0	11,5
	1921	58,9	10,0
	1931	47,9	8,2
	1951	32,0	5,3
Estados Unidos da América	1890	73,8	8,3
	1900	68,3	9,1
	1910	63,7	8,9
	1920	60,1	8,0
	1930	53,9	7,3
	1950	41,8	6,1
Egito	1937	89,7	14,1
	1947	82,5	9,7
Alemanha	1925	47,4	17,6
	1939	29,7	14,6
	(2) 1950	26,8	9,7
Itália	1931	72,6	8,9
	1954	33,1	6,9
Japão	1930	63,0	18,6
	1954	62,0	29,2
Suécia	1930	49,8	11,0
	1950	36,1	7,8

<sup>1</sup> Antes de 1921, os dados se referem à Inglaterra e ao país de Gales.

<sup>2</sup> Dados relativos à República Federativa Alemã

TABELA IX  
*Proporção das mulheres na população ativa*

PAÍS	Ano	Percentagem do efetivo feminino em relação ao conjunto da população ativa	PAÍS	Ano	Percentagem do efetivo feminino em relação ao conjunto da população ativa
África:			Europa:		
Egito	1947	13,5	Alemanha (Rep Fed)	1954	37,3
União sul-africana:			Áustria	1953	39,3
População branca	1951	21,8	Bélgica	1947	23,6
Outras	1946	30,2	Espanha	1950	15,8
América:			França	1954	34,8
Canadá	1951	22,1	Itália	1954	25,4
Estados Unidos	1950	27,5	Holanda	1947	24,4
Argentina	1947	19,9	Reino Unido	1951	30,8
Brasil	1950	14,6	Suécia	1950	26,4
México	1950	13,6	Turquia	1950	44,4
Ásia:			Oceania:		
Índia	1951 (1)	29,1	Austrália	1947	23,4
Japão	1954	41,3			
Paquistão	1951	5,8			
Tailândia	1947	47,9			

<sup>1</sup> Inclusive os dependentes remunerados.

TABELA X  
*Evolução do efetivo feminino em relação ao conjunto da população ativa*

PAÍS	Ano	Percentagem do efetivo feminino em relação ao conjunto da população ativa	PAÍS	Ano	Percentagem do efetivo feminino em relação ao conjunto da população ativa
França	1872	36,1	Estados Unidos da América	1930	21,9
	1881	32,6		1940	24,6
	1891	31,8		1950	27,5
	1901	34,6	Itália	1911	31,3
	1911	36,9		1921	28,7
	1921	39,6		1936	28,7
	1931	36,6		1954	30,1
1954	34,8	México	1910	12,8	
Alemanha (1)	1882		30,0	1921	6,7
	1907		34,5	1930	4,6
	1925		35,9	1940	7,4
	1939		37,1	1950	13,6
	1954	37,3	Egito.	1927	13,7
Grã-Bretanha	1881	30,5		1937	14,7
	1891	31,0		1947	12,9
	1901	29,2	Índia	1931 (2)	31,8
	1911	29,6		1951 (3)	29,1
	1921	29,5	Japão.	1930	35,8
1931	31,9	1954		41,3	
1951	30,8	Suécia	1930	31,0	
Estados Unidos da América	1870		14,8	1950	26,4
	1880		15,2		
	1890		17,2		
	1900		18,3		
	1910	19,9			
1920	20,4				

<sup>1</sup> Fronteiras de 1934, salvo para 1954 (República Federativa Alemã). <sup>2</sup> Englobando toda a península indiana <sup>3</sup> Inclusive os dependentes remunerados

# BIBLIOGRAFIA SÔBRE A EMIGRAÇÃO ITALIANA PARA O BRASIL

(Publicações editadas na Itália)

**A**PESAR da grande importância da emigração italiana para o Brasil, parece que até agora não foi efetuado, nem na Itália nem aqui, um trabalho sistemático de coleta de elementos bibliográficos sobre os fatores, as características, as influências e as vicissitudes dessa grande corrente migratória.

No curso dos meus estudos sobre a população do Brasil, muitas vezes senti a falta desse auxílio e me propus cooperar na execução de um trabalho que me parecia desejável no interesse das pesquisas históricas e sociais. Mas outras tarefas mais urgentes frustraram minhas boas intenções.

Somente neste ano, durante uma breve estada na Itália, destinada principalmente à preparação de elementos para outros estudos, tive a possibilidade de iniciar a realização da bibliografia, mercê da inteligente e dedicada contribuição do Dr. Antonino Occhiuto, apreciado autor de estudos estatísticos, e da Dra. Oslavia Vercillo, bibliotecária da "Banca d'Italia", o primeiro dos quais planejou e orientou o trabalho e a segunda o efetuou. Conforme minha intenção, a pesquisa bibliográfica devia ficar limitada às publicações editadas na Itália, devendo mais tarde encontrar um complemento na pesquisa paralela, que se fará aqui, para a compilação da bibliografia de publicações editadas no Brasil. Mas a diligência da Dra. Vercillo lhe sugeriu preparar também alguns elementos sobre publicações editadas no Brasil e em outros países, que serão aproveitados na compilação das partes 2ª e 3ª da bibliografia, para a qual espero contar com a colaboração de estudiosos brasileiros.

Em trabalhos como este, lacunas e exuberâncias são quase inevitáveis. Obras de alguma importância podem faltar nas bibliotecas às quais foi limitada a busca de elementos, e, de outro lado, alguns dos escritos citados podem ter importância desprezível para o assunto em foco. Por isso, o promotor e os autores da bibliografia acolherão com reconhecimento qualquer sugestão de adições ou de eliminações e toda outra observação que possa ser útil para melhorar o trabalho, do qual se apresenta agora a 1ª parte, referente às publicações editadas na Itália.

Rio, agosto de 1956

GIORGIO MORTARA

## Esclarecimentos

Esta Bibliografia divide-se em três seções, que abrangem, respectivamente, as publicações com indicação do nome do autor (pessoa ou entidade), as sem essa indicação e as atas oficiais. Na 1ª seção as citações estão dispostas segundo a ordem alfabética dos nomes dos autores e, para cada autor, segundo a ordem cronológica; nas 2ª e 3ª, segundo a ordem cronológica.

## PERIÓDICOS CONSULTADOS

(e abreviações usadas nas respectivas citações)

### MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI:

*Bollettino Consolare* ("B C") De 1861 a 1887

*Bollettino del Ministero degli Affari Esteri* ("B M E") De 1888 a 1935

*Bollettino dell'Emigrazione* ("B E") De 1902 a 1927

*Bollettino della Società Geografica Italiana* ("B S G") De 1867 a 1955

*Emigrazione e Lavoro* De 1917 a 1923

*Giornale degli Economisti* De 1886 a 1938.

*Informazioni ed Appunti Emigrazione* De 1953 a 1955

*Italica Gens* De 1914 a 1916

*La Nuova Antologia* De 1866 a 1930

*Le Vie d'Italia e dell'America Latina* ("V I A L") De 1924 a 1932

*L'Economista Italiano* De 1899 a 1906

*Rivista Coloniale* De 1915 a 1927

*Rivista delle Colonie* De 1914 a 1919

### SEÇÃO 1ª PUBLICAÇÕES COM ESPECIFICAÇÃO DO AUTOR \*

A B — Il coefficiente geografico nel proposto trattato di lavoro fra l'Italia e il Brasile. Em: "B S G", vol 45 (1908), p 1037-1050  
La scoperta del Brasile Em: "Corriere d'Italia", Roma 20 novembre 1924  
Il lavoro italiano all'estero: San Paolo del Brasile Em: "Commentari dell'Azione Fascista", Roma, 15 giugno e 1º luglio 1934  
Il problema immigratorio nello Stato di San Paolo Em: "B S G", vol 77 (1940), p 307-308

\* Inclusive as com simples indicação das iniciais ou de pseudônimo

- ACTON, Enrico — La città di Pelotas. Em: "B M E", 1890, I, p 157-166.
- AGNOLI, R — Gli Italiani nel Nord del Brasile Em: "B E", 1902, n 8, p 22-30
- ANCARINI, Umberto — La colonia italiana di Caxias, in Rio Grande do Sul Em: "B E", 1905, n 19, p 3-30
- ANNONI, Ant Marc — Bibliografia di libri e relazioni ufficiali sul Brasile Em: "L'Esplorazione Commerciale", ottobre 1912.
- ANTONELLI, Pietro — Lo Stato di Rio Grande do Sul e l'emigrazione italiana Em: "B M E", 1899, giugno, p 225-240  
Emigrazione a Rio de Janeiro negli anni 1898 e 1899 Em: "B M E", 1900, p 698-702
- ANTONIBON, P — Sull'emigrazione nel Brasile Roma, 1879.
- ARDEMAGNI, Mirko — L'emigrazione italiana nel Brasile Em: "Cremona Nuova", 27 dicembre 1924  
Il sabotaggio dell'emigrazione italiana Em: "Il Giornale di Genova", 3, 8 gennaio 1925  
Italia e Brasile Em: "Il Giornale di Genova", Genova 19 agosto 1927  
Italia e Brasile Em: "Il Popolo d'Italia", Milano, 22 settembre 1927  
Nelle terre brasiliane: La febbre dell'oro — La tragedia dei lebbrosi — L'angoscia di chi non può tornare Em: "Il Giornale di Genova", Genova, 1° 9, 19 febbraio 1928  
Il fiume degli incantesimi — I cercatori di diamanti Em: "Il Popolo d'Italia", Milano, 29 gennaio 1929
- ARENA, C — Italiani nel mondo Milano, 1927
- ASCARELLI, Tullio — Sguardo sul Brasile Milano, Giuffrè, 1949, p 218
- ATTOLICO, Bernardo — Variazioni sul tema della emigrazione e viaggio gratuito per il Brasile Em: "Rivista Coloniale", fasc 2°, anno VIII, vol 1°, 16-31 gennaio 1913
- AUDAX — L'emigrazione al Brasile Em: "Cooperazione Italiana", Milano, n 1632, 28 novembre 1924
- AXERIO, Emilio — Lo Stato di Goyaz Em: "B M E", 1911, gennaio, p 3-18
- AZZOLINI, O — Ricchezze mineralogiche brasiliane Le pietre preziose del Brasile Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 4, aprile 1932
- BALDI, P F. — La colonizzazione agricola del Brasile e l'opera della Companhia de Terras Norte do Paraná Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", Firenze, 1948, n 4-6, p 109-116
- BANCA NAZIONALE DEL LAVORO  
Brasile 1955, p 347
- BARBIERI, V — Uno sguardo alla colonizzazione italiana nello Stato di Rio Grande do Sul Em: "Le Missioni Italiane", Torino, n 1-2, marzo 1925
- BARTOLOTTI, Domenico — La verità sulla vita italiana nello Stato di San Paolo Em: "Il Veneto", Padova, 28 febbraio — 1° marzo 1925.  
In Brasile I grandi avvenimenti dell'ultimo triennio Per l'emigrazione e la colonizzazione in Brasile Genova, SIAG, 1926, p. 233
- Scorci di vita italiana nelle fazende paulistane Em: "Il Veneto", Padova, 25-26 febbraio 1926.
- Per la emigrazione e colonizzazione al Brasile Em: "Le Vie dell'Impero", Roma, n 7, dicembre 1926
- L'agricoltura nello Stato di San Paolo Em: "Le Vie dell'Impero", Roma, n 3, marzo 1927.
- L'oro verde del Brasile Em: "Colombo", Roma, n 7, 15 dicembre 1927
- Un viaggio nel Sud dello Stato di Minas Geraes Em: "Il Giornale d'Italia", Roma, 28 febbraio 1929
- I creatori italiani della ricchezza straniera Il cinquantenario della "Nuova Milano" in Brasile Em: "Il Giornale d'Italia", Roma, 9 agosto 1929
- Il Brasile meridionale La capitale federale, Rio de Janeiro, San Paolo, Minas Geraes, Espirito Santo, Paraná, Santa Caterina, Rio Grande del Sud Roma, Stock, 1930, p 515.
- Alcune verità sulla emigrazione italiana Per la soluzione del problema emigratorio Milano, Gastaldi, 1953, p 152
- BECCARIA INCISA, Luigi  
Veja-se: INCISA, Luigi
- BELLI, Natale — In Brasile Firenze, 1892
- BELLUCCI, A, PIERACCINI, Gaetano e GUZZINI, Dario — Emigrazione agricola al Brasile Relazione della Commissione italiana, 1912 Bologna, Berti e C, 1913 (2ª ed) Re-sumida em: "B E", 1913, n 10, p 95-137
- BELTRAMI-SCALIA, M — La deportazione Em: "Rivista Carceraria", novembre 1874
- BERNARDEZ, Manuel — Visioni dell'America Latina: Il nuovo Presidente del Brasile Il problema americano del popolamento Un programma di lavoro, di civiltà, di pace Em: "Emigrazione e Lavoro", 1923, n 12, p 1-8
- BERNARDI, Temistocles Filippo — Lo Stato di Minas Geraes Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p 19-166
- BERTARELLI, Ernesto — Il Brasile meridionale. Ricordi e impressioni Roma, Tip Editr. Naz, 1914, p VIII-254
- BERTIOLLA, Camillo — Rio de Janeiro Em: "Emigrazione e Colonie", 1893, p 132-146.
- BEVERINI, Giovanni Battista — Lo Stato di Espirito Santo Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p 390-406  
Nella zona coloniale agricola del Rio Grande del Sud Em: "B E", 1913, n 10, p 3-19  
Disoccupazione operaia nello Stato di Rio Grande do Sul Em: "B E", 1914, n 9, p 123  
Il porto e la barra di Rio Grande e la loro importanza commerciale Em: "B M E", 1915, n 11, p 369-374
- BIANCO, Francesco — L'Italia e il Brasile La lotta dei giganti nell'America del Sud e la fortuna del mercato italiano Milano, Treves, 1920, p 73  
Il paese dell'avvenire Mondadori, 1922  
La celebrazione del centenario brasiliano Una nuova collaborazione fra l'Italia e il Brasile Em: "Nuova Antologia", vol 303 (16 agosto 1922), p 348-356.

- Il legame spirituale fra l'Italia e il Brasile. Il problema della cultura italiana all'estero. Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n. 7, p. 1-8.
- BIANCONI, Alberto** — L'industria e l'esportazione delle carni congelate dal Brasile con particolare riguardo allo Stato di San Paolo. Em: "B. M. E.", 1916, n. 7, p. 179-213
- BOCCARDO, Gerolamo** — L'emigrazione e le colonie. Em: "Nuova Antologia", vol. 27 (1° nov. 1874), p. 621
- BODIO, Luigi** — Sul movimento dell'emigrazione dall'Italia e sulle cause e caratteri del medesimo. Roma, 1866  
Della protezione degli emigranti italiani in America. Em: "Nuova Antologia", vol. 55, serie III, 1895.  
Dell'emigrazione italiana e della legge 31 gennaio 1901 per la tutela degli emigranti. Em: "Nuova Antologia", vol. 183 (1° giugno 1902), p. 529  
Dell'emigrazione italiana e dell'applicazione della legge 31 gennaio 1901. Em: "B. E.", 1902, n. 8, p. 3-21.
- BONACCI, G.** — L'Italia vittoriosa e la sua espansione nel mondo I. Nel Brasile. Roma, Banca Italiana di Sconto, 1920
- BONARDELLI, Eugenio** — La crisi economica nel Brasile. Em: "Italice Gens", 1915, n. 7-9.  
La piccola proprietà nello Stato di San Paolo. Em: "Italice Gens", 1915, n. 7-9  
Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana. Torino, Bocca, 1916, p. 164  
Caffè brasiliano e monopolio italiano. Em: "Tribuna Coloniale", 8 febbraio 1919.  
La fazenda. Em: "Tribuna Coloniale", 15 e 22 febbraio 1919.  
Dove andava l'Italiano prima della guerra. Em: "Tribuna Coloniale", 4 ottobre 1919.
- BORGHETTI, E.** — Gli Italiani nel Brasile del Sud. Em: "Illustrazione Coloniale", Milano, n. 11, novembre 1924.
- BOSELLI, Paolo** — Per l'esposizione di Rio de Janeiro (Relazione al Senato). Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n. 4, p. 1-3
- BOSSI, B.** — Brasile. Il giornalismo e l'emigrazione. Genova, Tipografia Marittima, 1886, p. 18.
- BRENNA, Paulo G.** — L'emigrazione italiana nel periodo antebellico. Firenze, Bemporad, 1918, p. VIII-335.  
Storia dell'emigrazione italiana. Roma, Mantegazza, 1928, p. 310.
- BRUNIALTI, Attilio** — La rivoluzione del Brasile e l'opera di Don Pedro II. Em: "Nuova Antologia", vol. 109 (16 gennaio 1890), p. 351  
La morte di Don Pedro II e le difficoltà della Repubblica Brasiliana. Em: "Nuova Antologia", vol. 120 (16 dicembre 1891), p. 739  
Le colonie degli Italiani. Em: "Biblioteca di Scienze Politiche e Amministrative", vol. IX, serie II, Torino, UTET, 1897.
- BULHÕES-CARVALHO, G. L.** — Sviluppo e possibilità dell'emigrazione italiana nel Brasile. Em: "Il Corriere Diplomatico e Consolare", Roma, n. 106, 30 ottobre 1925
- B. Z.** — Quanti sono gli Italiani nel Brasile? Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 1, gennaio 1925
- C. A.** — Un'opera di civiltà e di italianità. Le missioni salesiane del Matto Grosso. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 7, luglio 1931.
- CALAMUS ASPER** — Italia e Brasile: un retroscena. Em: "Il Foglio dell'Emigrazione", Genova, n. 6, 8 febbraio 1925
- CAMERA DI COMMERCIO, INDUSTRIA E AGRICOLTURA DI BOLOGNA**  
Congresso nazionale per l'emigrazione. Bologna, 18-19-20 marzo 1949. Atti ufficiali. Bologna, 1949, p. 304
- CANELLA, Francesco** — Le condizioni degli Italiani nello Stato di San Paolo. Em: "L'Italia Coloniale", 1903, gennaio, p. 43-62 e febbraio, p. 155-181  
Il caffè nei suoi riguardi colla produzione del Brasile, col consumo mondiale, colla torrefazione razionale, colle falsificazioni e colle cooperative di consumo italiane. Milano, La Stampa Commerciale, 1908, p. 35.
- CANTALUPO, Roberto** — Brasile Euro-Americano. Milano, Istituto di studi di politica internazionale, 1941, p. 215
- CARERI, G.** — Quali sono i rapporti d'ordine economico da potersi stabilire fra il Brasile, l'Uruguay e la Repubblica Argentina in rapporto all'emigrazione italiana. Genova, 1894
- CARRI, Leone** — Dell'emigrazione italiana all'estero, nei suoi rapporti coll'agricoltura, coll'industria e col commercio. Firenze, Civelli, 1871, p. 305  
Delle colonie e dell'emigrazione d'Italiani all'estero sotto dell'industria, commercio, agricoltura e con trattazioni d'importanti questioni sociali. Milano, Tip. Editrice Lombarda, 1874, 4 volumes. (Vol. 2°, p. 126-129; Rio de Janeiro: Rapporto 25 gennaio 1872; p. 347-349; Santa Caterina: Rapporto 30 novembre 1868).  
Statistica illustrata della emigrazione all'estero del triennio 1874-76 nei suoi rapporti con i problemi economico-sociali. Roma, Tip. del "Popolo Romano", 1878.
- CARUSO MACDONALD, G.** — Le scuole italiane nel municipio di Urussanga (Stato di Santa Caterina). Em: "B. E.", 1905, n. 11, p. 46-47  
Lo Stato di Santa Caterina e la colonizzazione italiana. Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p. 213-270.
- CASTIGLIA, Tancredi** — Lo Stato del Paraná. Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p. 167-212.
- CAVALLO, Achille G.** — Nell'America del Sud: norme per gli emigranti. Casale, 1889, p. 16.
- CAZZOLA, P.** — L'Italia in Brasile. Em: "Rivista di Politica Economica", n. 4, 30 maggio 1926
- CECCHI, G. B.** — L'emigrazione italiana in Brasile. Lucca, 1910
- CENTURIONE, G. Lodovico** — L'immigrazione italiana nel Distretto Federale e nello Stato di Rio de Janeiro. Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p. 5-10
- CERRUTI, G. B.** — Sulla coltivazione del cotone nelle province settentrionali del Brasile. Em: "B. C.", vol. 1, p. 803-811.
- CERVI, Beniamino** — Aspetti, funzioni ed organizzazione della emigrazione italiana,

- vista anche nei paesi di immigrazione. Em: "Informazioni ed Appunti — Emigrazione", 1955, fasc. 3/4/5/6.
- CEYTE, P. Ludovico — Lettere dal Rio Grande del Sud. Em: "Italica Gens", novembre 1912.
- CHIARAVIGLIO GIOLITTI, Enrichetta — L'emigrazione al Brasile. Roma, 1909.
- CHIAROMONTE, Tommaso — Le sabbie monazitiche del Brasile. Em: "B M E", 1916, n. 6, p. 101-125.
- CHICCO, E — Emigrazione a San Paolo. Em: "B.M.E.", 1897, p. 220-224
- CIAPPELLI, Enrico — Emigrazione allo Stato di Rio Grande do Sul. Em: "B.M.E.", 1899, p. 48-54
- Lo Stato di Rio Grande do Sul. Em: "B M E", 1899, p. 394-400
- Lo Stato di Rio Grande do Sul nel Brasile e l'immigrazione italiana. Em: "B.M.E.", 1900, marzo, p. 215-235
- CIAPPELLI, Enrico — Lo Stato di Rio Grande del Sud e l'immigrazione italiana. Em: "B E", 1903, n. 4, p. 48-60.
- Lo Stato di Rio Grande del Sud. Em: "B E", 1905, n. 12, p. 3-83.
- COLBACCHINI — L'emigrazione italiana negli Stati Uniti del Brasile. Em: "Rassegna Nazionale", marzo 1895, p. 292-328
- COLETTI, Francesco — Dell'emigrazione italiana. Em: "Cinquanta Anni di Storia Italiana", vol. III, cap. II, p. 1-284. Milano, Hoepli, 1911
- Esame critico delle fonti statistiche dell'emigrazione italiana. Em: "Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica", 2° semestre 1912, p. 339-357
- COLETTI, Silvio — Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana. Em: "B E.", 1908, n. 14, p. 3-77, e n. 15, p. 3-101.
- L'emigrazione italiana nel Brasile. Em: "B E", 1908, n. 16, p. 3-16
- Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana. Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p. 360-389.
- COMMISSARIATO GENERALE DELL'EMIGRAZIONE  
Veja-se: Ministero degli Affari Esteri-Commissariato Generale dell'Emigrazione.
- COMPAGNONI MAREFOSCHI, Mario — Le colonie italiane nella provincia di Santa Caterina. Em: "Emigrazione e Colonie", 1893, p. 128-132
- COMPANS di BRICHANTEAU, Edoardo e MESIANO, Carlo — Pernambuco e il suo commercio durante l'anno 1887. La provincia di Ceará. Em: "B.M.E.", 1888, vol. II, p. 549-562
- Pernambuco. Em: "Emigrazione e Colonie", 1893, p. 103-107.
- Porto Alegre. Em: "Emigrazione e Colonie", 1893, p. 108-128.
- Immigrazione in San Paolo nel 1893. Em: "B.M.E.", 1894, p. 1046.
- CONFORTI, E. — Prima conferenza brasiliana di immigrazione e colonizzazione (Goiania, 30 aprile — 7 maggio 1949). Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", 44 (1950), n. 10-12, p. 276-283
- COPPELLOTTI, C. — I problemi dell'emigrazione. Italia e Brasile. Em: "L'Italia Coloniale", Milano, n. 9, settembre 1931.
- CORDOVA, A. — Gli aspetti presenti e futuri dell'emigrazione. Torino, Lattes, 1923
- CORGINI, O. — La tragedia della fazenda. Em: "Campane a Stormo", Roma, n. 1, 4 novembre 1924
- CORRADINI, E. — Emigrazione. Em: "Giornale d'Italia", Roma, 11 gennaio 1927.
- CORRENTI, Cesare — Annuario Statistico Italiano, anno I, 1857-1858, e segg. Torino-Milano, 1858 — .
- CORRIAS — L'Italia e le sue collettività all'estero. Genova, 1923
- CORRIDORE, Francesco — Una nuova era dell'emigrazione italiana.
- COSTANZO, Giulio — L'organizzazione economico-agraria del Brasile. Roma, Istituto Internazionale di Agricoltura, 1923.
- CROCE, Carlo — Notizie sull'industria nella provincia di San Paolo. Em: "B M E", 1888, vol. II, p. 925-929
- Lo Stato del Paraná nel Brasile. Em: "B M E", 1895, ottobre, p. 831-841
- CROCE, E. — Carta geografica dello Stato di San Paolo e cartina dei venti Stati Uniti del Brasile con cenni politici, agricoli, Pisa, Bartolucci-Ghelli, 1893, p. 20
- CROCE, Francesco — La crisi del caffè nel Brasile. Em: "B M E", 1902, dicembre, p. 907-927.
- CUOCO, Antonio — L'accordo commerciale tra l'Italia e il Brasile. Em: "Il Tevere", Roma, 10 dicembre 1931
- CURTI — Pagamento dei danni di guerra agli Italiani nel Brasile. Em: "B E", 1923, n. 1-2, p. 89-90
- CUSANO, Alfredo — Italia d'oltre mare. Impressioni e ricordi dei miei cinque anni di Brasile. Milano, 1911.
- Commercio ed emigrazione italiana al Brasile; a proposito del decreto Sangiuliano del 31 dicembre 1912. Milano, 1913, p. 31.
- DA PARMA, U. — Ospedali di Rio de Janeiro. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 5, maggio 1931.
- Le comunicazioni moderne nel Brasile. La ferrovia da S. Paolo a Santos. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", n. 6, giugno 1931.
- DALL'ASTE BRANDOLINI, Angiolo — Le opere pubbliche nello Stato di Espírito Santo. Em: "B M E", 1895, p. 958-964
- La produzione del caffè nel Brasile. Em: "B M E", 1896, p. 198-202.
- Emigrazione all'Espírito Santo. Em: "BME", 1896, p. 304-306.
- La colonizzazione nell'Espírito Santo. Em: "B M E", 1896, p. 526-529.
- La colonia italiana nello Stato di Rio Grande do Sul. Em: "B.M.E.", 1898, p. 174-177
- D'ATRI, Aless. — Colonizzazione nel Brasile. Napoli, De Angelis-Bellisario, 1888, p. 40.
- DE CAMPOS, D. — L'organizzazione economico-agraria del Brasile. Roma, Istituto Internazionale di Agricoltura, 1922
- DE GERVAIS, Alberto — La provincia del Paraná. Em: "B.S.G.", vol. 13, p. 218-221.

- Stati Uniti del Brasile. Milano, Carrara, 1908, p. 211.
- DE GUARINI, Cleto — In giro per il Brasile Curitiba di ieri e di oggi. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 10, ottobre 1932.
- DEL BONO, A — Bahia e Rio de Janeiro Em: "B S G", vol. 46 (1909), p. 1188-1190
- DELLA VALLE, Carlo — Studi italiani per l'emigrazione agricola in Brasile. Em: "B S G", serie VIII, vol V, fasc 3-4, maggio-agosto 1952, p 292-316
- DE LUCA, Paolo Emilio — Della emigrazione europea ed in particolare di quella italiana Torino, Bocca, 1909-1910, 4 volumes
- DEL VECCHIO, Giulio Salvatore — Sulla emigrazione permanente italiana nei paesi stranieri, avvenuta nel dodicennio 1876-87. Bologna, Civelli, 1892
- DE PASSERA, Gino — Condizioni di vita e di lavoro al Brasile. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 7, luglio 1927
- Città brasiliane: Santos Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 2, febbraio 1929
- Nel Brasile sconosciuto Un escursione nell'interno dello Stato di Bahia Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 9, settembre 1929.
- DE ROSSI, G — Le condizioni degli Italiani nella giurisdizione del R. Consolato in Juiz de Fora Em: "B E", 1906, n 11, p 3-12.
- DE SCHERZER, Carlo — La vita economica dei popoli Manuale di geografia commerciale Em: "Biblioteca dell'economista", Torino, UTET, IV serie, vol II, parte I, p 659 e 667
- DE STEFANO PATERNO, G — La mia missione nel Brasile dal novembre 1909 al luglio 1911 Catania, Barbagallo, 1914, p 41
- DE VELUTIS, Francesco — Lo Stato di Rio Grande del Sud e la crisi economica durante l'ultimo quinquennio Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p 283-359
- DE ZETTRY, A — I coloni italiani nello Stato di San Paolo Em: "Rassegna Nazionale", marzo 1893
- DIAS, Arthur — Il Brasile attuale Nivelles, 1907, p 632
- DIREZIONE GENERALE DELLA STATISTICA  
Statistica delle migrazioni da e per l'estero, Roma; annuale, 1876 a 1893; biennale, 1894-95 a 1916-17; triennale, 1918-20
- DORIA, Gino — I Gesuiti italiani nel Brasile e il profetico P Amodeo Em: "Rivista d'Italia e d'America", III, 15
- I soldati napoletani nelle guerre del Brasile Napoli, 1932
- Storia dell'America Latina (Argentina e Brasile) Milano, Hoepli, 1937, p 298
- DRAGE, Goffredo — La questione operaia nei principal Stati del continente europeo e d'America Em: "Biblioteca dell'Economista", Torino, UTET, quarta serie, vol. V, parte prima, p. 450-476
- Le migrazioni del lavoro Em: "Biblioteca dell'Economista", Torino, UTET, quarta serie, vol V, parte seconda, p. 947-948
- EBOLI, G — Il porto di Santos e l'emigrazione italiana Em: "B M E", 1901, aprile, p 377-383
- EGAS, Eugenio — Italia e Brasile Studio critico e di storia Roma, P Veratti, 1910, p 33
- EINAUDI, L — I fondatori della grande Italia transatlantica. Torino, 1901
- FABRICATORE, Carlo — Nel Brasile. Lo Stato di Minas Geraes La nuova capitale Genova, Tip Istituto Sordomuti, 1895, p 63
- FALABRINO, Luigi — Lineamenti della emigrazione italiana attuale Em: "Informazioni ed Appunti Emigrazione", 1955, n 7,8,9.
- FAVILLA NUNEZ, J F — La popolazione di Rio Janeiro, secondo una recente pubblicazione Em: "B S G", v 23 (1886), p 323
- FELICI, Os — Il Brasile com'è. Milano, Anonima Libreria Italiana, 1924.
- FERRARI FRANCESCHI, A — L'uomo irredento in São Paulo Bologna, Zanichelli
- FERRERO, A — Le condizioni degli Italiani al Brasile Em: "Il Piemonte", Torino, 14 gennaio 1925
- FERRI, V — L'Italia e il Brasile Em: "Il Sole", Milano, 29 giugno; 8, 13, 19 luglio; 5, 19, 24 agosto; 2, 26 settembre; 16 ottobre; 13, 14, 20, 22, 26 novembre 1924
- FLORENZANO, Giovanni — Della emigrazione italiana in America comparata alle altre emigrazioni europee Napoli, Giannini, 1874
- FORTUNATI, Nestore — Condizioni materiali e morali degli Italiani nello Stato di Paraná Em: "B E", 1913, n 10, p 71-83
- FOSSATI, E — Il cotone nel Brasile e nel Giubaland e l'emigrazione italiana Milano, Capriolo e Massimino, 1925
- FOSSINA, G T — Il colono italiano nel Rio Grande do Sul Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 5, maggio 1927
- FRANCESCHINI, Antonio — L'emigrazione italiana nell'America del Sud Studi sulla espansione coloniale transatlantica Roma, Forzani, 1908, p XXVII -- 1134
- La nazionalità delle colonie italiane nell'America del Sud Em: "Rassegna Contemporanea", giugno 1908
- FRANZOSA, Ferruccio — Condizioni intellettuali della colonia italiana nel Sud dello Stato di Santa Catarina Em: "B E", 1914, n 13, p 41-47
- FRANZOIA CALPI, Sofia — Considerazioni e problemi dell'emigrazione agricola italiana in Brasile Em: "Informazioni ed Appunti Emigrazione", 1955, n 2, p 28
- GAETANI, Onorato — Lo Stato di Spirito Santo nel Brasile Em: "B M E", 1914, n 17, p 559-576
- GALATERRI — Cenni sul commercio della piazza di Rio Janeiro durante l'anno 1861 Condizioni che si fanno ai coloni che immigrano nel Brasile Em: "B C", vol I, p 647-657
- GALLI, Aldo — Lettere brasiliane L'opera fascista nel Brasile Em: "La Tribuna", Roma, 12 luglio 1928
- GALLI, G — Cenni statistici sull'emigrazione e colonizzazione europea nelle due Americhe Em: "B C", vol. 4 (1867), p 303-357.

- GALVANI, Luigi** — Brasile moderno, "terra incantata". Milano, Cavallotti, 1948, p. XII-402
- GB** — Italia e Brasile Em: "Il Sole", Milano, 11 dicembre 1927
- GC** — La colonizzazione nel Brasile Em: "Rivista del Commercio Italo-brasiliano", Genova, N. 1, gennaio 1925
- GERACI, F.** — Italia e Brasile Em: "Il Popolo d'Italia", Milano, 27 novembre 1924.  
L'emigrazione italiana al Brasile Em: "L'Idea Coloniale", Roma, 14 febbraio 1925
- GHINASSI, P.** — Per le nostre colonie Em: "Italia Coloniale", n. 2, 1901
- GIGLIOLI, Enrico** — Il Brasile nel 1876 Em: "Nuova Antologia", vol. 34 (febr. 1877), p. 372
- GIGLIOLI, Italo** — Italiani e Tedeschi nel Brasile I Valdesi nell'Uruguay Economia più che economia. Em: "L'Agricoltura Coloniale", Firenze, 1917.
- GIOIA, L.** — Emigrazione a San Paolo Em: "B M E", 1897, p. 515-516; 1898, p. 432-433; 1899, p. 320-322  
I coloni italiani nello Stato di San Paolo Em: "B M E", 1898, luglio, p. 501-528; e 1899, p. 85-90.
- GIOVANNETTI, G.** — Il lavoro italiano nell'agricoltura brasiliana Em: "La Garfagnana", Castelnuovo di Garfagnana, 21 luglio 1927.
- GIURIATI, Giovanni** — La crociera italiana nell'America Latina. Roma, Arti Grafiche, 1925, p. 79
- GODIO, G.** — Nuovi orizzonti L'America nei suoi primi fattori: la colonizzazione e l'emigrazione Firenze, 1893
- GOFFREDO, Massimo** — La pastorizia, l'agricoltura e la nostra emigrazione nello Stato di Minas Geraes. Em: "B E", 1913, n. 10, p. 21-56.
- GONDRAND (Società di trasporti)**  
La rivalutazione nazionale del Brasile programmata dal Presidente Getulio Vargas all'inizio dell'anno 1952 Proposta di partecipazione di tecnici ed operai italiani trasferentisi definitivamente a far parte della popolazione e del patrimonio brasiliano Milano, 1952.
- GORRINI, Giacomo** — Un viaggiatore italiano nel Brasile: Baccio da Filicaja (1565-1609). Em: "Atti del Congresso internazionale di scienze storiche", vol. X Roma, Tip. del Lincei, 1904, p. 18
- GRAZIADEI, A.** — Cenni sulla morfologia e la geologia del Brasile Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", 45 (1951), n. 1-3, p. 18-31
- GREPPI, Antonio** — Alcune notizie intorno alle colonie italiane Conte d'Eu e Donna Isabella nel Brasile Em: "B C.", vol. XX, parte sonda, 1884, p. 595-612
- GRILLO, Franco** — La provincia del Paraná nel Brasile Em: "B S G", v. 23 (1886), p. 908-910
- GROSSI, Vincenzo** — Gli interessi italiani e la rivoluzione nello Stato brasiliano di Rio Grande del Sud. Milano, 1893, p. 34.  
Contribuzione allo studio della emigrazione italiana al Brasile Bocca, 1894, p. 31.  
Sull'acclimatazione degli Europei nel Nord del Brasile Roma, 1894
- Per un migliore indirizzo ed una più efficace tutela della emigrazione italiana, specialmente nel Brasile Em: "Rivista di Sociologia", 1894
- Per la conclusione di un trattato di amicizia, commercio e navigazione fra l'Italia e il Brasile. Roma, 1894, p. 11.
- L'America del Sud dal punto di vista dell'emigrazione europea Roma, 1895.
- L'emigrazione italiana in America Em: "Nuova Antologia", 1895.
- Gli Italiani a São Paulo. Em: "Nuova Antologia", vol. 149 (16 settembre 1896), p. 231-260
- Storia della colonizzazione europea al Brasile e della emigrazione italiana nello Stato di San Paolo Roma, Officina Poligrafica Italiana, 1905. Edizione riveduta, Milano, Albrighi e Segati, 1914, p. 558
- GUADAGNINI, Giuseppe** — In America: Repubblica del Brasile. Da Rio de Janeiro al paese delle Amazzoni Escursioni attraverso le provincie. Milano, Zanocchetti e Dumolard, 1892, p. 212
- GUARRERA, Giuseppe** — Il Brasile Genova, 1929  
Il Brasile ". immensa realtà economica". Em: "Commercio Italo-latino-americano", Genova, 20 aprile 1935
- GUERRA, P.** — L'emigrazione italiana e gli Stati Uniti dell'America Latina. Roma, 1910
- GUIDA, Giuseppe** — L'Italiano nel Brasile Manuale pratico dell'emigrante e del commerciante
- GUIDA, Ugo** — L'emigrazione italiana pel Brasile Realtà e prospettive Roma, Cartiere centrali, 1921, p. 73
- GUZZINI, Dario** — Veja-se BELLUCCI, PIERACCINI e GUZZINI
- HORTEIS, Fr.** — Le strade ferrate nel Brasile Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 5, maggio 1928  
La giovane capitale dello Stato di Minas Geraes, Bello Horizonte Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 6, giugno 1929
- I.L.** — Nei paesi del caffè Il Brasile e lo Stato di San Paolo Em: "L'Impero", Roma, 8 agosto 1928
- IMPERATORI, Ugo E.** — Disoccupazione ed emigrazione Em: "Minerva", 15 ottobre 1921.  
L'emigrazione italiana in Brasile Em: "Nuova Antologia", v. 299 (1° dic 1921), p. 275-281  
Il trattato di lavoro fra Italia e Brasile Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n. 1, p. 1-4.  
Il Brasile, complemento economico dell'Italia Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n. 8, p. 1-12  
Araldi d'italianità La prima stampa italiana in Brasile Em: "Il Messaggero", Roma, 14 giugno 1929
- INCISA, Luigi** — A proposito della ripresa di emigrazione italiana nel Brasile Em: "Il Piemonte", Torino, 23-24, ottobre 1924  
Nel paese della fazenda. Milano, Alpes, 1926, p. 277  
Campagna brasiliana Em: "Il Giornale di Genova", 24 gennaio 1927

- INTAGLIETA, Michele — Impressioni e visioni brasiliane: fazenda nel paese della sete. Em: "La Gazzetta del Popolo", Torino, 5 marzo 1931
- IRNERIO — Emigrazione — Prospettive brasiliane Em: "Il Secolo", Milano, 10 marzo 1928.
- ISTITUTO CENTRALE DI STATISTICA  
Provenienze e destinazioni delle correnti dell'emigrazione italiana per l'estero dal 1876 al 1930 Roma, 1932.  
Statistica delle migrazioni da e per l'estero Roma; biennale, 1926-27; annuale, 1928-30; biennale, 1931-32; annuale, 1933-37.  
Movimento della popolazione secondo gli atti dello stato civile, 1938 a 1941-42.  
Movimento migratorio da e per l'estero, 1946-50, Roma, 1953.  
Annuario statistico dell'emigrazione, 1955 Roma, 1955
- ISTITUTO NAZIONALE DI CREDITO PER IL LAVORO ITALIANO ALL'ESTERO  
Emigrazione e colonizzazione agricola al Brasile Relazioni e progetti della Missione italiana di assistenza tecnica Firenze, Vallecchi, 1952-1953, 3 volumes.
- JARACH, C — L'emigrazione transoceanica durante il 1912 Em: "Giornale degli Economisti e Rivista di Statistica", 1913-I, p. 55-59
- LA VALLE, Renato — Il problema dell'emigrazione italiana in Brasile Em: "Nuova Antologia", vol. 312 (16 gennaio 1924), p. 196-205.
- LEGRENZI, A. — Emigrazione a Rio Grande do Sul. Em: "B M E.", 1897, p. 113-114
- LUPMAN — Lo Stato di Minas Geraes Em: "L'Economista Italiano", n. 2, febbraio 1899, p. 10-11.
- LITTA MODIGNANI, F — Immigrazione italiana nello Stato di Minas Geraes Em: "B M E.", 1896, p. 603-607.  
La nuova capitale di Minas Geraes. Em: "B M E.", 1896, p. 882.
- L. M. — Gli Italiani a San Paolo. Em: "Corriere della Sera", Milano, 13 febbraio 1925
- LOCATELLI, Giulio — Nella jungla misteriosa del Matto Grosso Em: "Il Giornale d'Italia", Roma 13 novembre 1928
- LOMBROSO FERRERO, Gina — Nell'America Meridionale. Milano, Treves, 1908, p. 360.  
Un viaggio al Brasile. Em: "Nuova Antologia", vol. 219 (1° maggio 1908)
- LOMONACO, Alfonso — Al Brasile Milano, Valardi, 1889, p. 447
- LONGHITANO, Paolo — Proposte di tutela del colono italiano al Brasile Genova, Marsano, 1903, p. 50.
- LUIGGI, Luigi — L'emigrazione italiana verso l'America meridionale nel dopo guerra. Em: "Emigrazione e Lavoro", 1918, n. 8, ottobre-novembre, p. 125-127.
- LUIZ, Washington — Il problema emigratorio nel programma di governo. Em: "B.E.", 1926, n. 2, p. 25-26
- LUZZATTI, Luigi — Gli accordi commerciali dell'Italia con gli Stati delle Americhe. Em: "Italia Coloniale", 1900, n. 5.
- MACCHIORO, Gino — Gli Stati settentrionali del Brasile e l'emigrazione italiana. Em: "B M E.", 1907, novembre. p. 493-597.
- L'immigrazione italiana negli Stati settentrionali del Brasile Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p. 271-282
- MACOLA, Ferruccio — L'Europa alla conquista dell'America Latina Venezia, Ongania, 1894, p. 437.
- MAGALHÃES DE AZEREDO, Carlos — Società e cultura nell'Impero Brasiliano Il bilancio morale di un regno Em: "Nuova Antologia", vol. 308 (1° giugno 1923), p. 193-208.
- MAGENTA, Carlo — Importazione e navigazione italiana a Rio de Janeiro durante il biennio 1884-1885. Em: "B C.", vol. XII (1886), parte prima, p. 261-277.
- MAGRINI, Luciano — La fazenda; Attraverso le fazendas, Un sepolcro di vivi: Ribeirão Preto; L'assalto alla foresta; Il Brasile e gli emigranti; Gli industriali e l'emigrazione al Brasile; L'accordo emigratorio italo-paulistano; Gli Italiani a San Paolo; L'accordo emigratorio italo-brasiliano; Città paulistane; Colonizzazione brasiliana; Il tesoro nascosto; Santos; La lingua italiana in Brasile Em: "Corriere della Sera", Milano, 30 ottobre; 5, 8, 12, 14, 18, 20 novembre; 9, 14, 19, 31 dicembre 1924; 4, 7, 10 gennaio 1925  
In Brasile Torino, Gobetti, 1926
- MALDOTTI, P — Gli Italiani al Brasile Em: "Gli Italiani all'estero" Torino, Roux e Frassati, 1899, p. 41-55.
- MALESANI, Emilio — L'emigrazione italiana nel Brasile meridionale e i suoi problemi. Supplemento a "La Mercanzia", pubblicazione mensile della C C I A di Bologna, 1952, p. 39  
L'emigrazione italiana nel Brasile; Ancora delle migrazioni italiane nel Brasile; Emigrazione agricola italiana in Brasile. Em: "Informazioni ed Appunti Emigrazione", 1953, n. 2, p. 1 e n. 8/9, p. 11  
Lo Stato di Rio Grande do Sul Em: "Informazioni ed Appunti. Emigrazione", 1954, n. 3, p. 4-15
- MALNATE, N — Gli Italiani emigranti nell'America meridionale. Genova, Pellas, 1898?
- MANGANO, G. — La produzione del territorio nazionale non potrà mai soddisfare le esigenze di vita della popolazione italiana. Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", 42 (1928), n. 1-3, p. 1-7.
- MANZI, Alberto — Quello che ho veduto al Pará: colonizzazione ed emigrazione. Em: "Bollettino della Società Italiana d'Esplorazioni Geografiche e Commerciali", giugno-luglio-agosto-settembre 1899 Milano, Bellini, 1899, p. 42
- MARCHESINI, Nicola — Gli Italiani al Brasile Roma, Tip. Romana, 1877, p. 109
- MARCONI, Nicola — Gli italiani al Brasile Roma, Tip. Romana, 1877, p. 109.
- MARRO, Casimiro — Manuale pratico dell'emigrante all'Argentina, Uruguay e Brasile Genova, Tip. della Gioventù, 1889, p. XXXI-232.
- MARSIGLI — Quindici mesi al Brasile Em: "Italia Coloniale", 1911, n. 9, p. 22.
- MASI, C — Sacro lavoro italiano. Per il cinquantenario dell'emigrazione italiana nel Rio Grande do Sul. Em: "L'Idea Coloniale", n. 4, 30 gennaio 1926.

- Il cinquantenario della colonia italiana di S Gaetano Em: "L'Italia e il Mondo", Milano, n 9, settembre 1927
- MAUGINI, Armando — Per un migliore svolgimento dell'emigrazione agricola Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", vol 43 (1949), n 7-9, p 141-154 Partecipazione del lavoro italiano nelle Americhe Secondo Convegno Italo-Americano per gli scambi economici Napoli, 7-9 giugno 1954. Roma-Napoli, Camera di Commercio Italiana per le Americhe — Camera di Commercio, Industria e Agricoltura di Napoli, 1954, p 21
- MAULI, O — Dall'Italia al Paraguay Appunti di un viaggio di studi geografici attraverso il Brasile Centrale. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 8, agosto 1925
- MAZZINI, Ferdinando — Le condizioni di lavoro in Rio de Janeiro in riguardo alla nostra emigrazione Em: "B E", 1905, n 11, p 45-46  
Gli interessi sociali ed economici italiani nel distretto consolare di Rio de Janeiro. Condizioni dell'emigrazione italiana nel distretto consolare di Rio de Janeiro. Em: "B E", 1905, n 19, p 51-53
- MAZZOTTI, L — Una grave malattia che colpisce al Brasile gli emigranti italiani lavoratori nella coltivazione del caffè Em: "Rivista della Beneficenza Pubblica", 1902, p 469-476
- MAZZUCCONI — Le condizioni degli Italiani nello Stato di San Paolo. Em: "B E.", 1905, n 8, p 45-48.
- MEDICI DEL VASCHELLO, Luigi — L'emigrazione nel Sud America Em: "La Tribuna", Roma, 16, 17, 21 ottobre 1914
- MEG — Impressioni del Brasile Petropolis, la "Versailles brasiliana" Em: "Nuova Antologia", vol 315 (1° ottobre 1924), p 289.
- MERITANI, Giovanni — Un mese nel Brasile Note e impressioni di viaggio Em: "L'Adige", 10, 11 e 12 agosto 1888 Seconda edizione riveduta Verona, Civelli, 1888, p 21
- MESIANO, Carlo — Veja-se: COMPANS DI BRICHANTEAU e MESIANO
- MICHELE, Roberto — Cenni sulle migrazioni e sul movimento di popolazione durante la guerra europea Em: "La Riforma Sociale", gennaio-febbraio 1917 Torino, 1917
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI  
Emigrazione e Colonie, Rapporti di agenti diplomatici e consolari. Roma, Bertero, 1893.
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI — Commissariato Generale dell'Emigrazione  
Avvertenze per chi emigra nel Brasile. Roma, Bertero, 1904  
Emigrazione e Colonie, Rapporti di agenti diplomatici e consolari Vol. III, America, Parte I, Brasile Roma, 1908, p 414.  
Annuario statistico dell'emigrazione italiana dal 1876 al 1925 (con notizie sull'emigrazione negli anni 1869-1875) Roma, 1926, p 1740  
Statistica delle migrazione da e per l'estero. Roma; annuale, 1921-1926.
- L'emigrazione italiana dal 1910 al 1923, Roma 1926, 2 volumes  
L'emigrazione italiana. Legislazione, statistica, accordi internazionali, organi e servizi statali Roma, 1927.  
Censimento degli Italiani all'estero Roma, 1928.
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI — Direzione Generale dell'Emigrazione — e ISTITUTO AGRONOMICCO DI FIRENZE  
Indagini preliminari sul problema della emigrazione nell'America Latina (Brasile, Uruguay, Perù, Bolivia, Ecuador, Venezuela, Messico). Vol I — Brasile. Firenze, Vallecchi, 1951, p XLVII-478
- MONACO, Attilio — Emigrazione a Santos nel 1900. Em: "B M E", 1901, p 274-275.  
L'immigrazione italiana nello Stato di San Paolo del Brasile Em: "B E", 1902, n. 8, p 31-35
- MONTRESOR, L — Per la nostra emigrazione al Brasile Em: "Emigrazione e Lavoro", 1921, n 10/11, nov/dic, p 1-2.
- MOROSI, Antonio — Il Brasile. Lo Stato di San Paolo Supplemento a "L'Economista d'Italia" Roma, S T E R, 1909, p. 26
- MORTARA, Giorgio — L'immigrazione italiana nel Brasile e alcune caratteristiche del gruppo italiano di São Paulo. Em: "L'Industria", 1950, N° 3, p 22.  
Alcune caratteristiche demografiche del Brasile Em: "B S.G.", vol 90 (1953), p 533-534
- MOSCONI — Le classi sociali del Brasile e le loro funzioni Em: "La Riforma Sociale", 15 giugno 1897, fasc 6°, vol VII.
- MURRI, Romolo — Gli Italiani nell'America Latina Impressioni di viaggio. Em: "Nuova Antologia", vol 248 (1° aprile 1913), p 435-448
- MUSSO, Giovanni A. — Il mio soggiorno nel sertão Genova, Soc Editrice Internazionale, 1939.  
Gli Italiani del sertão (Brasile — S Paulo). Em: "B S G.", vol 78 (1941), p 518-531.
- NAGAR, Carlo — Cenni sull'importanza marittima, commerciale ed agricola di Pernambuco Em: "B C.", vol XXIII, 1887, parte seconda, p 659-703  
Lo Stato di Espirito Santo Em: "B M E", 1894, p 1448-1450  
Lo Stato di Espirito Santo e l'immigrazione italiana Em: "B M E", 1895, aprile, p. 245-279  
Immigrazione al Brasile durante l'anno 1895. Em: "B M E", 1896, p 608-612.
- NEGRI, E — Emigrazione a Minas Geraes. Em: "B M E", 1898, p 714-715.  
La capitale dello Stato di Minas Geraes nel Brasile Em: "B M E", 1899, p. 23-26.  
Lo Stato di Minas Geraes nel Brasile Em: "B M E", 1899, dicembre, p. 407-428.  
Lo Stato di Goyaz Em: "B M.E.", 1900, agosto, p 519-533  
Emigrazione a Minas Geraes Em: "B M E.", 1900, p 633-634
- NICCOLI — Agricoltura ed emigrazione nel Brasile del Sud. Firenze, 1911.
- NETTI, Francesco Saverio — L'emigrazione italiana e i suoi avversari. Torino, Roux, 1888.

- ORLANDO, Vittorio Emanuele — Impressioni di un viaggio nell'America del Sud Em: "Emigrazione e Lavoro", 1921, n 1/2, p 4-5  
 Gli Italiani nell'America del Sud Em: "B E", 1921, vol III, 1921, p 178-180
- PALERMO, A — L'emigrazione italiana al Brasile e il Governo italiano Em: "L'Illustrazione Coloniale", 1919, n 3
- PALERMO, P. — Il Brasile e l'emigrazione italiana Em: "L'Illustrazione Coloniale", Milano, n 2, febbraio 1925
- PALOMBA, Giuseppe — L'Italia e il Brasile Em: "Unione Sarda", 1904 e 1908 Cagliari, Tipografia Industriale, 1908, p 51.
- PANERAI, Giuseppe — Dati statistici sull'Impero del Brasile Em: "B M E", 1889, vol I, p 309-315
- PAOLETTI, Lamberto — L'emigrazione italiana negli ultimi trent'anni Roma, Mantegazza, 1908, p 138
- PAPALE, Alessio — Della emigrazione italiana Napoli, De Angelis, 1874
- PAPPALEFONE, F — Del prodotti commerciali del Brasile e della loro importanza relativamente ai nostri traffici Em: "B.C", vol 8, 1872, parte I (febbraio), p. 241-258
- PEDRAZZI, Orazio — Il lavoro degli Italiani nel mondo Em: "Italiani nel Mondo", Firenze, Sansoni, 1942, p 569-587
- PERASSI, Tommaso — La convenzione di lavoro ed emigrazione fra l'Italia e il Brasile Em: "B E", 1921, vol X, p 605-617.
- PERROD, Enrico — Le colonie brasiliane Conte d'Eu e Donna Isabella. Em: "B C", vol XIX, 1883, parte prima, p 297-320  
 Emigrazione e colonizzazione nella provincia brasiliana di San Paolo. Em: "B C", vol XX, 1884, parte seconda, p 613-627  
 La Provincia di San Paolo (Brasile) Roma, Ministero Affari Esteri, 1888, p. 253
- PERTILE, G — La rivoluzione nelle leggi dell'emigrazione Torino, Bocca, 1923
- PESCETTO, Uirico — La colonia italiana della Città di San Paolo Em: "B S G", vol 43 (1906), p 993-995
- PETROCCHI, Luigi — Le colonie italiane del distretto di Bento Gonçalves (Rio Grande del Sud) Em: "B E", 1904, n 13, p 11-19; 1904, n 18, p 3-13; 1905, n 8, p. 3-15; 1906, n 5, p 11-31  
 Le colonie italiane nel Nord dello Stato di Santa Caterina Em: "B E", 1914, n 6, p. 49-55  
 Le colonie italiane nello Stato di Espirito Santo Em: "B E", 1915, n 1, p 45-56
- PETTINATI, Francesco — Il contributo degli Italiani alla formazione del Brasile Padova, Cedam, 1941, p. 102
- PEVANI, Filippo — Due milioni d'Italiani in Brasile L'attuale problema italo-brasiliano Roma, Soc Editrice Romana, 1922, p 210.
- PICCAROLO, Antonio — Una rivoluzione economica La proprietà fondiaria degli Italiani nello Stato di S Paolo Alessandria, Tip Coop, 1908, p 69.
- PIERACCINI, Gaetano — Veja-se BELLUCCI, PIERACCINI e GUZZINI
- PIGLI, Mario — Le risorse economiche del Brasile Em: "L'Azione Coloniale", Roma, 9 agosto 1931.
- PIGORINI, Luciano — Impressioni sul Brasile Em: "La Provincia di Padova", Padova, 30, 31 gennaio 1926
- PIO DI SAVOIA, Gherardo — Lo Stato di Goyaz Em: "B M E", 1895, p 87-90  
 Colonizzazione nello Stato di Santa Caterina Em: "B M E", 1899, p 343-347  
 Gli Italiani nel Sud dello Stato di Santa Caterina Em "B M E", 1900, aprile, p 291-304  
 Il comune di Urussanga nello Stato di Santa Caterina Em: "B M E", 1900, p 781-782  
 L'agricoltura, l'industria e il commercio nello Stato di Santa Caterina Em: "B M E", 1901, p 3-21.  
 I commerci italiani nel Sud del Brasile Em: "B M E", 1901, aprile, p 355-373.  
 Gli Italiani nel Nord dello Stato di Santa Caterina Em: "B M E", 1901, settembre, p. 885-918  
 Lo Stato di Santa Caterina e l'emigrazione italiana Em: "B E.", 1902, n. 6, p 29-64  
 Condizioni economiche e commerciali dello Stato di Santa Caterina nel 1900 Em: "B M E", 1902, p 493-507  
 Lo Stato di San Paolo e l'emigrazione italiana Em "B E", 1905, n 3, p 3-119
- PIZZINELLI, Corrado — Il Brasile nasce oggi Milano, E L I, 1955, p XVIII-302
- PODESTÀ, Stefano — La provincia di Bahia. Em: "B M E", 1890, vol I, p. 121-154
- POMA, C — Colonie nello Stato di San Paolo. Em: "B M E", 1897, p 60-61
- PRATO, G — La tendenza associativa fra gli Italiani all'estero Torino, 1906
- PRATOLO, A — L'emigrazione italiana nello Stato di San Paolo Em: "Corriere d'Italia", Roma, 23 aprile 1925
- PREZIOSI, Giovanni — Il pericolo del Brasile per la nostra emigrazione Em: "La Vita Italiana", 15 marzo 1920
- PRINCIPI, P — I principali tipi pedologici del Brasile. Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", 42 (1948), n 1-3, p 47-55.
- PROVANA DEL SABBIONE, Luigi — Viaggi d'ispezione nel distretto consolare di Bello Horizonte Em: "B E", 1915, n 1, p 21-44
- P S — Le proprietà urbane degli stranieri nello Stato di San Paolo. Em: "B.S G", vol 48 (1911), p 1167.
- PUCCINI, Mario — Nel Brasile Roma, 1940, p 123
- R A — La situazione economica al Brasile. Em: "L'Azione Coloniale", Roma, 28 luglio 1932
- RAFFAELLI, G — Sulla convenzione per l'emigrazione col Brasile Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n 3, p 11-13
- RATTO, Lorenzo — Per un trattato di emigrazione al Brasile Roma, 1908, p 17
- RAVA, Maurizio — Due milioni di Italiani nel Brasile Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n 5, p 4-8
- RAZZETTI, E — Lo Stato di San Paolo nel Brasile e l'emigrazione italiana Milano, Stampa Commerciale, 1918, p 16
- R G — L'opera dei Salesiani nelle foreste vergini del Brasile Em: "Corriere d'Italia", Roma, 23 luglio 1929

- RIATTI, Giuseppe L — Mercati latini dell'America Meridionale Il Brasile Em: "Il Regime Fascista", Cremona, 9 aprile 1932
- RICCARDI, R — L'aumento della popolazione nel Brasile nell'ultimo ventennio Em: "B S G", vol 49 (1922), p 248-51
- RIZZETTO, R — Gli Stati settentrionali del Brasile e l'emigrazione italiana Em: "B M E", 1895, dicembre, p 991-1023  
Emigrazione a Pernambuco Em: "B M E", 1896, p 822  
Lo Stato del Pará Em: "B M E", 1900, febbraio, p 85-127  
L'immigrazione italiana nello Stato di Espírito Santo Em: "B E", 1903, n. 7, p 20-32  
Lo Stato di Espírito Santo Em: "B M E", 1904, aprile, p 473-571  
Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo Em: "B E", 1903, n 7, p 3-152
- ROCCA, Luciano Salvatore — Gli Italiani nello Stato di Bahia Em: "Emigrazione e Colonie", 1908, p 11-18
- ROSSI, Adolfo — Condizioni dei coloni italiani nello Stato di San Paolo Em: "B E", 1902, n 7, p 3-87
- ROSSI, Luigi — Relazione sui servizi dell'emigrazione per l'anno 1909-10, presentata al Ministro degli Affari Esteri Roma, Bertero, 1910, p VIII-582.  
Sull'emigrazione italiana nel Brasile Roma, 1913, p 28
- ROTELLINI, Vitaliano — Il Brasile e gli Italiani Firenze, 1906.
- ROTTI, Alberto — Lo Stato di Santa Caterina nel Brasile Em: "B M E", 1895, ottobre, p 771-828, e 1898, settembre p 599-622
- ROTOLO, Aurelio — Un grande mercato trascurato: Lo Stato di Santa Caterina e i rapporti con l'Italia Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n 2, p 11-13
- ROVERSI, Ezio G — La maggiore stazione termale dell'America Latina, Poços de Caldas Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 12, dicembre 1932
- ROZWADOWSKI, A L — San Paolo Em: "Emigrazione e Colonie", 1893, p 147-178.
- R R — Brasile e Italia Em: "L'Italia e il Mondo", Milano, n. 12, dicembre 1926
- R S — La capitale del caffè e il lavoro italiano Em: "Il Giornale d'Italia", Roma, 26 settembre 1929
- RUBIANI, Feruccio — Le scuole italiane in Brasile Em: "La Stampa", Torino, 25 luglio 1932
- RUSCHI, G — Piccoli centri italiani al Brasile: Santa Thereza. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 7, luglio 1929
- SABETTA, G — La colonizzazione e l'immigrazione italiana nel Paraná Em: "B E", 1903, n 10, p 3-18
- SALA, Umberto — Emigrazione italiana in Brasile Manuscrito de 251 páginas
- SALEMI PACE, B — Le imprese di colonizzazione nel Sud del Brasile e specialmente nello Stato di Paraná Em: "B E", 1905, n. 4, p 3-61.
- SALINIANI EMILIANI, Marina — Una nuova città industriale nel Brasile (Volta Redonda) Em: "B. S G", vol. 86 (1949), p 327-328
- SALVI, C — Le benemerienze dell'emigrazione italiana in Brasile Em: "Rivista Mensile del V° Corpo d'Armata", Trieste, N 3, 1° marzo 1925
- SALVINI, Carlo — Commercio e produzioni della provincia di Rio Grande del Nord. Em: "B M E", 1890, vol I, p 109-113
- SAMAN — I — L'emigrazione prima della guerra — II — L'emigrazione e la mobilitazione — III — L'emigrazione dopo la guerra, p 38
- SANDONÀ, A — La situazione e la politica finanziaria del Brasile Em: "B E", 1913, n 10, p. 85-93
- SANMINIATELLI, Donato — Disegni di colonizzazione italiano nell'America Meridionale Em: "Nuova Antologia", vol 194 (16 marzo 1904), p 278
- SARTORI — Un Municipio italiano nell'America Latina (Urussanga) Em: "Avanti", 4 settembre 1906
- SCALABRINI, A — L'emigrazione italiana in America Piacenza, 1887  
Osservazioni sull'emigrazione italiana in America Piacenza, 1887  
Sulla emigrazione e colonizzazione italiana specialmente nell'America del Sud Em: "B S G", vol 27 (1890), p 453-474.
- SCHIVAZAPPA, Enrico — Navigazione, agricoltura e commercio delle province del Gran Pará e delle Amazzoni Em: "B M E", 1889, vol. II, p 909-929
- SCOPONI, Riccardo — Italia e Brasile. Em: "Giornale d'Italia", Roma, 12 luglio 1928.
- SETTI, A — L'emigrazione al Brasile e le corrispondenze Magrini Em: "Il Caffaro", Genova, 11 novembre 1924
- SICILIANI, Vittore — Gli Italiani nel Sud dello Stato di Minas Geraes Em: "B E.", 1905, n 19, p 31-43
- SILVA, G — Lo Stato del Paraná e l'immigrazione italiana Em: "B E", 1903, n. 7, p 3-40
- SOCIETÀ GEOGRAFICA ITALIANA  
Indagini sulla emigrazione italiana all'estero, 1888-89 Roma, Civelli, 1890
- SOLERI, M — L'Italia in Brasile. Em: "L'Informazione Industriale", Torino, n 2, 13 gennaio 1927
- SORRENTINO, Lamberto — L'America Latina è un continente povero Milano, Corbaccio, p 252  
La collettività italiana di Rio de Janeiro. Em: "Il Popolo d'Italia", Milano, 5 febbraio 1931
- SORSAJA, Anita — Il Brasile e le sue ricchezze. Firenze, Le lingue estere, p 226
- SPAGNOLO — Un progetto di colonizzazione al Brasile Em: "Italia Coloniale", 1904, p 15-31
- TATTARA — La colonizzazione nel Paraná Em: "B E", 1904, n 13, p 3-10
- TEDESCHINI, Ugo — Le condizioni sanitarie degli immigranti italiani nello Stato di San Paolo Em: "B E.", 1907, n. 2, p. 3-58.

- TEGANI, Ulderico — Impressioni brasiliane Rio de Janeiro Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 10, ottobre 1928
- Su l'Alto Paraná verso l'Iguaçu Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 12, dicembre 1928
- Curitiba, la bella capitale del Paraná Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 7, luglio 1931
- In giro per il Brasile La fazenda italiana di Santa Isabella in Cafelandia Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n. 11, novembre 1931
- Dallo Stato di San Paolo allo Stato del Mato Grosso Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 4, aprile 1932.
- Rio Grande Em: "L'Illustrazione Coloniale", Milano, n 9, settembre 1935.
- TOMASONI, G — Sull'emigrazione Em: "Giornale degli Economisti", 1876, II, p 364-374
- TOMEZZOLI, Umberto — Notiziaro Lavori ferroviari nello Stato di San Paolo Em: "B E ", 1914, n 9, p 121.
- Disoccupazione operaia in San Paolo Em: "B E ", 1914, n 9, p 123
- La discesa dei salari agricoli nelle fazende del Brasile Em: "B E ", 1914, n 13, p 64
- Immigrazione in Brasile nell'anno 1913 Em: "B E ", 1914, n 13, p 65-66
- Sull'intervista concessa al "Jornal do Commercio" di Rio dal nuovo Ministro federale dell'agricoltura Pandiá Calogeras sull'emigrazione e la colonizzazione in Brasile Em: "B E ", 1915, n 1, p 57-60
- Reclutamento brasiliano di Italiani dimoranti nella Repubblica Argentina Em: "B E ", 1917, n 2, p 11-12
- TRIGOGNA, G. — La colonizzazione del Brasile meridionale in rapporto alla emigrazione agricola italiana Em: "Rivista di Economia Agraria", anno IV, fasc I, Roma, 1949
- Stato di Rio Grande do Sul Em: "Indagini preliminari sul problema della emigrazione agricola nell'America Latina, vol I, Brasile, Firenze, 1951, p 406-448
- Osservazioni sul problema delle abitazioni rurali per la colonizzazione contadina italiana nel Brasile Em: "Rivista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale", 46 (1952), n 1-3, p 30-41
- TUGNI, S — Immigrazione nel Brasile nei porti di Rio de Janeiro e di Santos durante l'anno 1892
- TUOZZI, Alberto — La tutela giuridica nello Stato di San Paolo Il patronato agricolo Em: "B E ", 1913, n 10, p 57-70
- UBALDI, Pietro — L'espansione coloniale e commerciale dell'Italia nel Brasile. Roma, Loescher, 1911, p VIII-266
- UMILTÁ, Carlo — Il Paraná e l'emigrazione italiana Em: "B E ", 1913, n 14, p 51-54
- Crisi al Paraná Em: "B E ", 1914, n 3, p 122
- USIGLIO, Carlo — L'emigrazione nel Brasile Em: "B E.", 1908, n 7, p. 11-33
- Notizie statistiche sui movimenti migratori. Em: "B E.", 1910, n. 5, p. 51-70
- VAIRO, G — Medici italiani all'estero (L'ospedale italiano di San Paolo) Em: "Il Piccolo Marittimo", Napoli, 14 ottobre 1928
- VANZOLINI, Camillo — Gli Italiani nel Brasile e nello Stato di San Paolo Pesaro, G Terenzi, 1908, p 53.
- VARANINI, Varo — Gli Italiani nel mondo. Em: "Cent'anni di vita italiana, 1848-1948", vol. I, Milano, Cavallotti, p 495-536
- VASILE, B — L'emigrazione in Brasile e il capitale italiano Em: "La Borsa", Milano, 27 aprile 1926.
- VIALE, G — L'emigrazione italiana nello Stato del Pará (Brasile) e la colonia di Oiteiro Em: "B S G ", vol 43 (1906), p. 1253-1255.
- VENEROSI PESCILOTTI, Ranieri — Le colonie italiane nel Brasile meridionale Stati di Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná Torino, Bocca, 1914, p 303
- VICARI, José — I connazionali per le vie del mondo San Paolo, gemma d'italianità Em: "La Provincia di Bolzano", 4 giugno 1932
- VILLARI, Pasquale — Scritti sulla emigrazione e sopra altri argomenti vari Bologna, Zanichelli, 1909, p 486
- VINCENTI, Pasquale — La verità sul Brasile resa in forma popolare ad uso del colono italiano Napoli, Tipografia Centrale, 1903, p 28
- VIRGILI, Filippo — Gli Italiani all'estero Em: "Nuova Antologia", vol 245 (1° ottobre 1912), p 466
- L'emigrazione agricola al Brasile Em: "Atti della R Accademia dei Georgofili", V Serie, vol X, 1913 Firenze, Ricci, 1913
- VIRGILIO, Jacopo — Della emigrazione Relazione alla Commissione degli istituti di previdenza Genova, 1874
- VITALONI, Gerolamo — Alcuni cenni statistici sulla provincia di San Pedro do Rio Grande do Sul e sulla condizione dei coloni che vi si dirigono ad invito e a spese del governo del Brasile Em: "B.C.", vol XIII, 1877, parte seconda, p 151-171
- WALLE, Paolo — Una visita allo Stato di S Paulo Em: "B S G ", v 46 (1909), p 1436-1438
- ZACCAGNINI — A proposito delle istituzioni italiane in Brasile: Una lettera del segretario generale della "Dante Alighieri". Em: "Emigrazione e Lavoro", 1922, n 8, p 13
- ZANI, Timoteo — Alto Brasile Missione e colonie dei Cappuccini lombardi Milano, 1911
- ZANOTTI BIANCO, Mario — Il Distretto del R Vice-consolato d'Italia in Ribeirão Preto Em: "B M E ", 1915, n 8, p 147-227.
- ZIMOLO, G — Migrazioni e colonie nel passato e nel presente Società di esplorazioni geografiche e commerciali, 1919
- ZOLI, C — America del Sud Roma, 1928
- ZUCULIN, B — Lo Stato di Paraíba. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", n 11, novembre 1924.
- Nelle fazende paulistane di caffè. Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", n 4, aprile 1926
- La condizione economica degli Italiani al Brasile Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", n 11, novembre 1926

- Il numero degli Italiani nel Brasile. Em: "Atti del X Congresso Geografico Italiano", Milano, 1927.
- SEÇÃO 2ª. PUBLICAÇÕES SEM ESPECIFICAÇÃO DO AUTOR
- Immigrazione in Brasile nel 1879 Em: "B S G", vol. 18 (1881), p 387
- Notizia della costituzione a San Paolo della Società italiana Em: "B S G.", vol 21 (1884), p 322
- Immigrazione al Brasile durante l'ultimo quinquennio (1882-1886) Em: "B S G", vol. 24 (1887), p 491-492
- Immigrazione nel Brasile Em: "B M E.", 1893, vol II, p 141
- Emigrazione allo Stato di San Paolo. Em: "B M E", 1893, vol II, p 249
- Emigrazione al Brasile. Em: "B M E", 1893, vol II, p 464
- Emigrazione allo Stato di San Paolo Em: "B M E", 1894, p 451-452
- Emigrazione al Brasile Em: "B M E", 1895, p 130-131, p 738-739
- Emigrazione a Bahia Em: "B M E", 1896, p 369-370, 600
- Emigrazione al Pará Em: "B M E", 1896, p 525-526
- Emigrazione al Brasile Em: "B M E", 1896, p 668, 820
- Emigrazione a Pernambuco Em: "B M E.", 1897, p 312
- Emigrazione all'Esprito Santo Em: "B M E.", 1897, p 353, 581.
- Emigrazione al Pará Em: "B M E", 1897, p 385-386
- Emigrazione allo Stato di San Paolo Em: "B M E", 1897, p 452-455, 582-583; 1898, p 112, 179-180
- Emigrazione a Ribeirão Preto Em: "B M E", 1898, p. 592-593.
- Emigrazione agli Stati settentrionali del Brasile Em: "B M E", 1898, p 777
- Risultati del censimento del 1890 nel Brasile Em: "B S G", vol 35 (1898), p 165
- Immigrazione nello Stato di San Paolo Em: "B S G", vol 35 (1898), p. 373-374
- Emigrazione italiana al Brasile Em: "B M E", 1899, p 137-138
- Gli Italiani al Brasile Em: "L'Economista Italiano", n. 12, dicembre 1899, p. 11-13
- Notizie sulle relazioni commerciali italo-brasiliane e su questioni economiche-finanziarie Em: "L'Economista Italiano", 1899, n 1, gennaio, p 6-8: Fra l'Italia e il Brasile, n. 4, aprile, p 3-4: Ancora la questione scottante (indennizzo agli Italiani danneggiati in Brasile) 1900: n 2/3, febbraio-marzo, p 7-9: Italia e Brasile La questione delle tariffe 1901: n 14, luglio, p 10: Il cambio brasiliano n 17, settembre, p. 7: Il commercio e il cambio brasiliano. n 22, novembre, p 6-7: Rapporti italo-brasiliani. n. 24, dicembre, p. 8-10: Accordo commerciale. Crisi bancaria al Brasile 1902: n. 5, marzo, p 1-3: Commercio n 6, marzo, p 2-3: Dogane. n. 7, aprile, p 3: Per l'emigrazione al Brasile. Convenzione commerciale. n. 8, aprile, p. 2-3: Vertenza commerciale n 9, maggio, p 3: Trattati di commercio n. 18, settembre, p 2-3: Trattati di commercio n 22, novembre, p 5-6: Proroga del trattato di commercio 1904: n 17, settembre, p 2-3: Proroga dell'accordo provvisorio n 17, settembre, p. 3-4: Il commercio col Brasile n 20, ottobre, p 1: Ribasso del dazio doganale sul caffè 1906: n 35, settembre, p 551-552: Un progetto per la colonizzazione commerciale italiana nell'America Latina
- Emigrazione agli Stati meridionali del Brasile Em: "B M E", 1900, p 211-212
- Emigrazione al Pará Em: "B M E", 1900, p 634-635
- Numero degli Italiani residenti nel Brasile. Em: "B E", 1904, n 15, p 70
- L'emigrazione nel Brasile (dal 1875 al 1901). Em: "B S G", vol 41 (1904), p 1098-1099.
- Movimento dei passeggeri nello Stato di San Paolo dal 1892 al 1904 Em: "B E", 1905, n 17, p 19-30
- Lo Stato di Esprito Santo (Brasile) Em: "B E", 1906, n 1, p 47-49.
- Legislazione sull'emigrazione e sull'immigrazione Stato di Rio de Janeiro Em: "B E", 1906, n 6, p 49-56
- Emigrazione per il Brasile nel 1905 Em: "B E", 1906, n. 7, p 29-30
- Tutela dell'emigrazione nell'America Meridionale: Em: "B E", 1906, n 7, p 100-111.
- Legislazione sull'emigrazione e sull'immigrazione Legge e regolamento sulle terre pubbliche dello Stato di Rio Grande del Sud. Em: "B E", 1906, n 11, p. 13-43
- Il Brasile e gli Italiani (Pubblicazione del "Fanfulla") Firenze, Bemporad, 1906, p 1187
- L'emigrazione italiana nel Brasile Em: "B E", 1907, n 11, p 55-73
- Ufficio di patronato degli emigranti in Rio de Janeiro Em: "B E", 1907, n 11, p 221-223
- Società di patronato per gli emigranti in San Paolo Em: "B E", 1907, n 11, p 224-225
- L'emigrazione italiana nel Brasile Em: "B S G.", vol 44 (1907), p. 720-721
- Legislazione sull'emigrazione e sull'immigrazione Stati Uniti del Brasile Em: "B E", 1908, n 6, p 62-106
- L'emigrazione italiana nel Brasile Em: "B E", 1908, n 9, p 77-9
- Gli Stati Uniti del Brasile Milano, Treves, 1908, p 68
- L'emigrazione italiana per il Brasile Em: "B E", 1909, n 9, p 74-84; 1910, n 18, p 130-155
- L'immigrazione nell'Argentina e nel Brasile nel 1912 Em: "B E", 1913, n 8, p. 75.
- Notiziario I — Avvertenze per i professionisti italiani che intendono stabilirsi nello Stato di Rio Grande do Sul. II — Movimento di entrata ed uscita di passeggeri di 3ª classe in Santos nel 1º quadrimestre dell'anno 1913 Em: "B E.", 1913, n 10, p 138-139
- Notiziario. Movimento migratorio nel porto di Santos durante l'anno 1913 Em: "B E.", 1914, n 4, p 75-77.
- Condizioni della colonia di Rio das Pedras (Paraná). Da un rapporto del R. Console in Curitiba. Em: "B.E.", 1914, n 6, p. 59.

- Ufficio di patronato per gli emigranti in S Paolo Relazione dei servizi prestati dall'Ufficio durante l'anno 1914 Em: "B E", 1915, n 5, p 68-73
- Immigrazione e colonizzazione nel Brasile durante il 1914 Em: "B S G", vol 52 (1915), p 1289
- L'emigrazione italiana e il Brasile Em: "Rivista Coloniale" 1915, p 211-212
- L'opera della "Dante Alighieri" di San Paolo Em: "Rivista Coloniale", 1916, p 247-248
- Movimento migratorio nel porto di Santos Em: "B E", 1919, n 2, p 47-50
- Note demografiche sulla capitale paulistana Em: "B E", 1919, n 2, p 51-53
- Il salariato agricolo nello Stato di San Paolo Em: "B E", 1919, n 2, p 54-55.
- Notizie sull'emigrazione e sul lavoro all'estero Brasile La colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo Em: "B.E.", 1919, n 3, p 45-46
- Il movimento immigratorio nello Stato di San Paolo durante il 1918 Em: "B E", 1919, n 6, p 82-83.
- Mercato di lavoro nell'Amazzonia Em: "B E", 1919, n 6, p 83
- Movimento immigratorio nello Stato di San Paolo nell'anno 1919 Em: "B E", 1920, n 7, p 316-317
- Emigrazione italiana al Brasile Em: "L'Economista", 8 agosto 1920
- La colonia italiana di Bello Horizonte. Em: "B.E.", 1921, n 2, p 97-98
- La colonia italiana di Wenceslau Braz Em: "B E", 1921, n 2, p 98
- Immigrazione nello Stato di San Paolo negli anni 1910-1919. Em: "B E", 1921, n 2, p 99
- Movimento nella "Hospedaria de Immigrantes" di San Paolo durante l'anno 1920 Em: "B E.", 1921, n. 4, p 243
- Movimento della emigrazione nel porto di Santos durante il 1920. Em: "B E", 1921, n 4, p. 243
- Circa le false voci di concessioni agli emigranti nel Brasile. Em: "B E", 1921, n 4, p 296.
- Gli stranieri ed il Codice civile brasiliano Em: "B.E", 1921, n 6/7, p 409-410.
- Popolazione del Brasile secondo i risultati del censimento della popolazione 1° settembre 1920. Em: "B E", 1921, n 8/9, p 520
- Contratti di lavoro per le fazende dello Stato di San Paolo. Em: "B.E.", 1921, n. 10, p. 659-662.
- Il censimento nel Brasile Em: "B E.", 1921, n 10, p. 662-663.
- Convenzione per l'emigrazione ed il lavoro fra l'Italia e gli Stati Uniti del Brasile. (Roma, 8 ottobre 1921). Em: "B E", 1921, n. 10, p 671-672.
- L'Istituto di Studi Medi di San Paolo", fondato nel 1913 dal Commissariato Generale dell'Emigrazione e dalla "Dante Alighieri" Em: "B E", 1921, n. 10, p. 673.
- Dati demografici ed economici dello Stato di Rio Grande do Sul. Em: "B.E.", 1922, n. 3, p. 201.
- L'analfabetismo nel Brasile Em: "B.E.", 1922, n 5, p. 344-345.
- L'immigrazione nel Brasile dal 1827 al 1921. Em: "B E.", 1922, n. 6, p. 439-440.
- Immigranti giunti nel porto di Rio Janeiro Em: "B E", 1922, n 7, p 523
- L'immigrazione nello Stato di San Paolo dal 1827 al 1921. Em: "B E", 1922, n 9, p. 686
- Situazione demografica della città di San Paolo Em: "B E.", 1922, n 10-12, p 782-784
- L'emigrazione italiana al Brasile Em: "Rivista Coloniale", 1922, p 238-240
- L'organizzazione economico-agraria del Brasile Em: "Bollettino Mensile delle Istituzioni Economiche e Sociali", XIII, n 10 Roma, Istituto Internazionale di Agricoltura, 1922, p 32.
- Entrata in vigore della convenzione di emigrazione e lavoro fra l'Italia e il Brasile Em: "B E", 1923, n 3, p. 30.
- Le condizioni sanitarie dello Stato del Pará e la colonia italiana. Em: "B E", 1923, n 6, p 34-35
- L'immigrazione nel 1923 Em: "B E", 1924, n 7-8, p 55
- Gli stranieri nel Brasile, secondo il censimento brasiliano del 1920 Em: "B E", 1924, n 11, p 38-41
- L'immigrazione straniera nello Stato di San Paolo Em: "B E", 1924, n 12, p. 16
- Il Governo fascista e l'emigrazione al Brasile Em: "La Giustizia", Milano, 18 novembre 1924
- L'emigrazione italiana e i "fazendeiros" Em: "La Giustizia", Milano, 23 novembre 1924.
- L'emigrazione in Brasile e il Governo Em: "Il Popolo", Roma, 27 novembre 1924
- A proposito della nostra emigrazione nel Brasile Em: "Finanza Italiana", Roma, n. 47, 29 novembre 1924.
- La verità intorno al Brasile Em: "Foglio dell'Emigrazione", Genova, n 22, 30 novembre 1924
- L'emigrazione italiana nel Brasile e l'opera del Commissariato Generale. Em: "B E", 1925, n 1, p 1-19.
- La coltivazione del caffè ed i coloni stranieri Em: "B E", 1925, n. 1, p. 29
- L'emigrazione italiana nel Brasile nei risultati di un'inchiesta della Camera di Commercio Italiana di San Paolo. Em: "B E.", 1925, n. 3, p. 1-30
- Il mercato del lavoro nello Stato di San Paolo Em: "B.E", 1925, n. 6, 51-52
- La politica d'immigrazione. Em: "B.E.", 1925, n. 7, p. 30-31.
- Gli stranieri al Brasile. Em: "B.E.", 1925, n 7, p. 31.
- I medici stranieri nello Stato di San Paolo Em: "B E", 1925, n 9, p 31.
- Mano d'opera per le "fazendas" di San Paolo Em: "B E", 1925, n 11, p. 39.
- S E Mussolini pel nucleo "Nuova Milano" (Rio Grande del Sud) Em: "B E", 1925, n 11, p 39-40.
- Negoziazioni fra l'Italia e il Brasile per la tutela della nostra emigrazione (alcune verità documentate e mal note). Em: "Rassegna Italiana", Roma, n 8, gennaio 1925
- La nostra emigrazione nel Brasile Em: "I Fasci Italiani all'Estero", n 6, 11 febbraio 1925; n. 9, 28 febbraio 1925

- L'eterno problema: il pensiero di un brasiliano Em: "L'Italo Sud-americano", Milano, 21 marzo 1925
- Economia e agricoltura nel Brasile. Em: "America", Genova, aprile 1925.
- L'immigrazione al Paraná Em: "B E", 1926, n 3, p 31.
- Le scuole italiane nello Stato del Paraná Em: "B E", 1926, n 4, p. 28.
- Brasile. Immigrazione e colonizzazione Em: "B E", 1926, n 6, p 85-86.
- Le attività della colonia italiana di Santos Em: "B E", 1926, n 7, p 25-27
- Un messaggio del Presidente dello Stato di San Paolo Em: "B E", 1926, n 8, p. 30-32
- Il problema dell'immigrazione alla Camera dei Deputati di San Paolo Em: "B E", 1926, n 9, p 24-27
- Modifiche alla legislazione statale paulista sulla immigrazione e colonizzazione Em: "B E", 1926, n 10, p 41-44.
- Brasile L'assimilazione degli emigrati Em: "B E", 1926, n 12, p 26-27
- Istituto Italo-Brasiliano per l'Alta Cultura, in San Paolo Em: "B E", 1927, n 1, p 66-67
- Una società italiana di cultura in San Paolo: "Muse Italiche" Em: "B E", 1927, n 1, p 67-68
- Gli Italiani nel mondo Brasile Em: "B E", 1927, n 2, p 64-66
- Leggi relative all'organizzazione dei servizi di immigrazione Em: "B E", 1927, n 4, p 33-34
- Mercato di lavoro Em: "B E", 1927, n 4, p 54
- La colonizzazione del Paraná Em: "B E", 1927, n. 5, p 32-33
- I venticinque anni della Camera di Commercio di San Paolo. Em: "B.E.", 1927, n. 5, p 66-67
- Inaugurazione a Bento Gonçalves (Rio Grande del Sud) dell'ospedale italiano. Em: "B E", 1927, n. 6, p 49.
- L'immigrazione nello Stato di San Paolo Em: "B E", n 8, p. 55.
- Nuovo giornale italiano "La Colonia" a Rio Claro. Em: "B.E.", 1927, n. 8, p. 89
- Il cinquantenario della colonia di San Caetano (San Paolo) Em: "B.E.", 1927, N. 8, p. 89
- Delusioni e sconforti dell'emigrazione intellettuale Em: "B.E.", 1927, n 8, p. 105.
- Inaugurazione della "Casa del Reduce" in San Paolo Em: "B E", 1927, n 9, 108-109.
- Minas Geraes Mercato di lavoro Em: "B E.", 1927, n 9, p 126
- Una visita di industriali e commercianti italiani al Brasile Em: "B E", 1927, n. 11, p. 92-93
- Santa Caterina Em: "B E.", 1927, n. 12, p 111
- Rio Grande del Sud. Em: "B.E.", 1927, n. 12, p 111-112
- Italia e Brasile Em: "Corriere Marittimo Siciliano", Palermo, 27 novembre 1927.
- Immigrati italiani nei porti del Brasile dal 1908 al 1924 Em: "Annuario del commercio italo-brasiliano", Genova, 1927.
- Popolamento e colonizzazione nel Rio Grande del Sud Em: "B.M.E.", 1928, p 162-163
- Contro gli "indesiderabili". Em: B.M.E", 1928, p. 253.
- L'immigrazione nello Stato di San Paolo durante l'anno 1926 Em: "B M E", 1928, p 253-254
- L'immigrazione nel 1927 Brasile Em: "B M E", 1928, p. 344, 1030
- Brasile Il Consiglio Nazionale del Lavoro Em: "B M E", 1928, p 960
- Lo Stato di San Paolo e l'energia del lavoro. Em: "Corriere d'Italia", Roma, 8 agosto 1928
- Antonio Jannuzzi, l'Italiano che ha costruito mezza Rio de Janeiro Em: "Le Vie d'Italia e dell'America Latina", Milano, n 11, novembre 1928
- Le imprese agricole Em: "B M E", 1929, p 331-332.
- Il credito agrario Em: "B M E", 1929, p 332
- I salari dei lavoratori agricoli in San Paolo Em: "B M E", 1929, p 500
- L'immigrazione Brasile. Em: "B M E", 1929, p 658
- L'applicazione del codice dei minorenni Em: "B.M.E", 1929, p. 807
- L'Italia in Brasile Em: "Il Sole", Milano, 6 aprile 1929
- L'importanza del porto di Bahia nel commercio internazionale Em: "Il Sole", Milano, 6 aprile 1929
- Il lavoro e le attività economiche e professionali degli Italiani di San Paolo del Brasile Em: "Il Sole", Milano, 12 giugno 1929
- Il consorzio italo-brasiliano delle industrie seriche in San Paolo. Em: "Il Sole", Milano, 11 luglio 1929
- Il commercio estero brasiliano, con speciale riguardo all'importazione dall'Italia Em: "Il Sole", Milano, 22 e 25 settembre 1929
- L'immigrazione nel Brasile Em: "B S G", vol 67 (1930), p 52
- Gli Italiani nel mondo Il contributo dei nostri coloni allo sviluppo agricolo ed economico del Brasile Em: "Il Popolo d'Italia", Milano, 15 febbraio 1931.
- Immigrazione nel Brasile Em: "B S G", vol 83 (1946), p 252-253.
- Naturalizzazione degli immigrati italiani in Brasile Em: "Informazioni ed Appunti Emigrazione", 1953, n 11/12, p 3.
- Guida per chi emigra in Brasile "Italiani nel Mondo". Roma, 1953.

SEÇÃO 3ª DISPOSIÇÕES LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS, CONVENÇÕES INTERNACIONAIS

- Atti del Ministero degli Affari Esteri e del Commissariato dell'Emigrazione Decreto del Ministro degli Affari Esteri, in data 2 febbraio, che limita l'uso dei biglietti di chiamata per il Brasile Em: "B E", 1906, n. 3, p 63-64
- Circolare n. 146, dell'8 febbraio 1906, ai Prefetti, Sottoprefetti e Sindaci del Regno sull'emigrazione per il Brasile. Em: "B.E.", 1906, n 3, p. 65.
- Decreto ministeriale prescrivente le norme per i coloni che vogliono emigrare al Brasile (Gazzetta Ufficiale, 14 febbraio 1906). Em: "B M.E.", 1906, p. 79-81.

- Proroga del trattato di commercio col Brasile (Gazzetta Ufficiale, 7 novembre 1906). Em: "B M E", 1906, p. 621
- Circolare n XX, in data novembre 1908, ai Prefetti, Sottoprefetti, Commissari distrettuali e Questori del Regno, concernente l'emigrazione al Brasile. Em: "B.E.", 1908, n 20, p 89-90.
- R Decreto n 837, che dà piena ed intera esecuzione alla convenzione fra l'Italia e il Brasile per lo scambio dei vaglia postali tra i due paesi (Gazzetta Ufficiale, 3 febbraio 1908) Em: "B M E", 1908, p 36
- Terza proroga dell'accordo commerciale italo-brasiliano del 5 luglio 1900 (Gazzetta Ufficiale, 9 dicembre 1908) Em: "B M E", 1908, p 542
- Proroga dell'accordo commerciale italo-brasiliano del 5 luglio 1900. (Gazzetta Ufficiale, 26 dicembre 1912) Em: "B M E", 1912, p. 601
- Proroga dell'accordo commerciale italo-brasiliano del 5 luglio 1900 (Gazetta Ufficiale, 21 agosto 1915) Em: "B M E.", 1915, parte amministrativa, n 459, agosto, p 29
- Convenzione italo-brasiliana per l'emigrazione ed il lavoro Em: "B E", 1921, n 11/12, p. 738
- Convenzione di emigrazione e lavoro tra il Brasile e l'Italia Em: "Emigrazione e Lavoro", 1921, n 9, p 12-13.
- Circolare 17 novembre 1922, n 41 Emigrazione al Brasile Em: "B E", 1922, n 10-12, p 865
- Circolare 21 dicembre 1922, n 45 Emigrazione al Brasile Em: "B E", 1922, n 10-12, p 866-867.
- Circolare 15 febbraio 1923, n 6, del Commissariato generale dell'Emigrazione, circa le attuali condizioni del Brasile, come paese di immigrazione Em: "B.E.", 1923, n 4, p 82-83
- Regio Decreto-Legge 11 marzo 1923, n 782, che dà piena ed intera esecuzione alla Convenzione di emigrazione e lavoro fra l'Italia e il Brasile (Gazzetta Ufficiale, 20 aprile 1923) Em: "B.S.", 1923, n. 5, p 60-62
- Circolare 29 marzo 1923, n 25 Richiesta dei reduci di guerra del passaporto per il Brasile Em: "B E", 1923, n. 6, p 91
- Circolare 30 marzo 1923, n. 26 Atti di chiamata per il Brasile Em: "B E.", 1923, n 6, p 91
- Circolare 25 maggio 1923, n 48 Passaporti per il Brasile Em "B E", 1923, n° 6, p 98
- Circolare 29 maggio 1923, n 52 Emigrazione intellettuale in Brasile. Em: "B E", 1923, n 7, p 99-100
- Circolare 14 ottobre 1923, n. 82. Circa rimpatri con biglietto consolare gratuito dal Brasile Em: "B E", 1923, n 10, p 61
- Circolare 13 luglio 1924, n. 42 Rilascio passaporto per il Brasile. Em: "B E", 1924 n 7-8, p 124
- reção do Prof FRANCESCO BRAMBILLA, da "Università Bocconi", de Milão
- SEÇÃO 1ª PUBLICAÇÕES COM ESPECIFICAÇÕES DO AUTOR \*
- AZZOLINI, O — Costanza ed operosità italiana: la fabbrica di sigarette "Sudan" in São Paulo Em "V I A L.", novembre 1927.
- BODIO, Luigi — Sulla emigrazione italiana e sul patronato degli emigranti. Genova, 1894
- BONARDELLI, Eugenio (E B.) — L'assistenza igienico-sanitaria degli emigrati nello Stato di San Paolo Em: "Italica Gens", marzo-agosto 1914
- Notizie da São Lourenço do Turvo, da Araras, da Cascaltho e da Silveira Martins. Em: "Italica Gens", marzo-agosto 1914
- Interessi commerciali e interessi d'emigrazione: la questione della linea diretta al Brasile. Em: "Italica Gens", settembre-dicembre 1914
- Il caffè nello Stato di San Paolo e la sua importanza finanziaria Em: "Italica Gens" settembre-dicembre 1914
- La "fazenda". Em "Italica Gens", settembre-dicembre 1914.
- La protezione dei coloni italiani nello Stato di San Paolo. Em "Italica Gens", gennaio-febbraio 1915
- Vita intellettuale, sociale e religiosa degli Italiani nello Stato di San Paolo Em "Italica Gens", marzo-giugno 1915
- BRAMBILLA, Ezio — Italiani eminenti nell'America Latina: il conte Francesco Matarazzo Em "V I A L.", luglio 1928
- Il guaraná Em "V I A L.", marzo 1930
- CHIARAPPA, G — Il "Circolo Italiano" di San Paolo. Em "V I A L.", febbraio 1927.
- COMMISSIONE PER L'ESPANSIONE ECONOMICA DEL BRASILE ALL'ESTERO
- Il Brasile: sue ricchezze naturali, sue industrie (Vol 1°) Milano, Treves, 1909
- CONSOLI, B — Belle case italiane in America: la villa Puglisi a San Paolo Em "V I A L.", agosto 1927
- COSTANZO, Giulio — La politique d'immigration et de colonisation dans les pays de l'Amérique Latine. Em "Revue Internationale d'Agriculture", juin 1944
- DA PARMA, U — La "Società Italiana di Beneficenza" a Rio de Janeiro. Em: "V I A L.", ottobre 1930
- DE PASSERA, Gino — (N.B Pseudônimo de ZUCULIN, Bruno) — Industrie italiane al Brasile: il cappellificio Ramenzoni Em "V I A L.", luglio 1926
- Santos Em "V.I A L.", febbraio 1929
- DI MARCO, A — Emigrazione siciliana all'estero Em "Annali della Facoltà di Economia e Commercio dell'Università di Palermo", 1949, n 2
- FASSINA, G T. — Il colono italiano del Rio Grande do Sul. Em "V.I A.L.", maggio 1927
- FIORENTINO, A — Emigrazione transoceanica Roma, USILA, 1931.

#### INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

Estas informações suplementares são devidas a pesquisas ulteriores da D.<sup>ra</sup> OSLAVIA VERCELLO e a uma revisão efetuada sob a di-

\* Inclusive as com simples indicação das iniciais ou de pseudônimo

- FRANCI, U — Città brasiliane poco note: Jaú. Em "V.I.A.L.", aprile 1929.
- FRANZONI, Ausonio — Impressioni di un Italiano che ritorna in America Em "V.I.A.L.", aprile 1924.
- FRESCURA, Bernardino — Verso gli Stati meridionali del Brasile Em "V.I.A.L.", giugno 1924
- G C — Tra i coloni italiani nello Stato di San Paolo Em "Italica Gens", marzo-giugno 1915
- GHIGLIONE, Cesare — Notizie da Brodowski. Em "Italica Gens", marzo-giugno 1915.
- GROSSI, Vincenzo — Gli Italiani in America Roma, Balbi, 1896.  
Politica dell'emigrazione e delle colonie Roma, Unione Cooperativa Editrice, 1902  
Tedeschi ed Italiani nel Brasile Meridionale Em "Rivista Marittima", giugno 1904.
- LIBRANDO, Gaetano — Il Brasile Publicação da revista "L'Esportatore Italiano".
- MANZINI, Amerigo — Il fumo e la nuvola: tra le sigaraie italiane al Brasile. Em "V.I.A.L.", febbraio 1932.
- MARROQUIM, Adalberto — "Terra das alagoas". Roma, Sansaini, 1923
- MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI — Commissariato Generale dell'Emigrazione  
L'emigrazione italiana negli anni 1924 e 1925 Roma, Colombo, 1926  
Rinsimento degli Italiani all'estero Roma, Libreria dello Stato, 1923
- MONDIN, Guido — Industrie italiane nel Rio Grande do Sul: i fratelli Rubbo. Em: "V.I.A.L.", agosto 1926.
- PASSERI, Giovanni — Dieci storie di emigrati. Em "Nuovi Argomenti", luglio-ottobre 1956.
- PENNONE, A — Per un'emigrazione di agricoltori italiani in Brasile. Em "L'Economicista", marzo 1945.
- PICCAROLO, Antonio — Una rivoluzione economica: la proprietà fondiaria degli Italiani nello Stato di San Paolo. Alessandria, Tipografia Cooperativa, 1908.
- PRATO, Giuseppe — Colonizzazione italiana nello Stato di San Paolo. Em "Riforma Sociale", 1904, vol. XIV, p. 486.
- RONCHI, Vittorio — Emigrazione e colonizzazione in Sud-America. Em "Atti dell'Accademia dei Georgofili", gennaio-giugno 1947.
- RUSCHI, C — Piccoli centri italiani al Brasile: Santa Teresa. Em "V.I.A.L.", luglio 1929
- SALETTI, Romolo — La "Camera Italiana di Commercio" di San Paolo Em "V.I.A.L.", settembre 1930
- SANTORO, Filinto — Le opere degli artisti italiani all'estero: il "Palacio da Aclamação" di Bahia. Em "V.I.A.L.", giugno 1924
- SPIGA, Carlo — Come s'inizia una colonia agricola ("Sol de Maio") in Brasile Em "V.I.A.L.", maggio 1930.  
Un grande "fazendeiro" italiano in Brasile: Geremia Lunardelli, re del caffè. Em "V.I.A.L.", agosto 1930.
- TEGANI, Ulderico — Il gigante italiano dell'industria brasiliana: Matarazzo. Em "V.I.A.L.", giugno 1930.  
La "fazenda" italiana di Santa Isabella in Cafelandia. Em "V.I.A.L.", novembre 1931.
- VALENTI, Marco — La colonizzazione italiana del Rio Grande do Sul. Em "V.I.A.L.", novembre 1930.
- VENEROSI PESCIOLINI, Ranieri — Per gli scambi commerciali colle colonie italiane del Brasile Meridionale. Em "Italica Gens", marzo-agosto 1914
- V F. — L'Istituto medio italo-brasiliano "Dante Alighieri" di San Paolo. Em "V.I.A.L.", gennaio 1927
- VICARI, José — Bozzetti paulistani. Em "V.I.A.L.", agosto 1930
- ZUCULIN, Bruno — L'Italia all'Esposizione Internazionale di Rio de Janeiro (1922) Em "V.I.A.L.", dicembre 1924  
La Venezia americana (Pernambuco). Em "V.I.A.L.", maggio 1925.  
Le grandi industrie italiane al Brasile: la "Tecelagem de Seda Italo-Brasileira". Em "V.I.A.L.", luglio 1925.  
L'ospedale italiano "Umberto I" a São Paulo. Em "V.I.A.L.", gennaio 1926

SEÇÃO 2.<sup>a</sup>. PUBLICAÇÕES SEM ESPECIFICAÇÕES DO AUTOR

- L' "Italica Gens" nello Stato di San Paolo del Brasile Em "Italica Gens", gennaio-febbraio 1914.
- Benemerenze italiane all'estero: la Banca Francese e Italiana per l'America del Sud. Em "V.I.A.L.", giugno 1924
- Arte italiana al Brasile: la basilica della Madonna di Nazareth nella città de Belém. Em "V.I.A.L.", gennaio 1927.
- Francesco Marengo, il Noé italiano del Brasile. Em "V.I.A.L.", aprile 1929
- Le terme brasiliane di Lindóia: lo stabilimento creato da un tenace italiano Em "V.I.A.L.", novembre 1929

RÊMULO COELHO

(do Laboratório de Estatística)

# DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS SOVIÉTICOS E BÁLTICOS PRESENTES NO BRASIL EM 1950

SEGUNDO os dados apurados pelo Serviço Nacional de Recenseamento, o número total dos naturais da União Soviética e dos Estados Bálticos nela incorporados de fato<sup>1</sup>, presentes no Brasil em 1º de julho de 1950, ascende a 48 669 (0,09% da população total), dos quais 44 060 (90,53%) estrangeiros e 4 609 (9,47%) brasileiros naturalizados (0,08% e 0,01%, respectivamente, da população).

Em 1º de setembro de 1940 o número dos nacionais e ex-nacionais da União Soviética e dos Estados Bálticos presentes no Brasil ascendia a 50 628 (dos quais 30 413 soviéticos, 15 935 lituanos e 4 280 estonianos e letões), constituindo 0,12% da população total do país. Estavam incluídos nesse número 4 202 brasileiros naturalizados, ou seja, 0,01% da população total.

Em 1º de setembro de 1920 os 28 941 nacionais e ex-nacionais da União Soviética, presentes no Brasil, constituíam 0,09% da população total. Estavam incluídos nesse número os brasileiros naturalizados, cujo total, entretanto, não consta da publicação oficial do censo de 1920. É preciso advertir que neste censo não foram discriminados à parte os nacionais e ex-nacionais dos Estados Bálticos, os quais foram incluídos no grupo dos "Outros países da Europa".

ENTRE os naturais da União Soviética e dos Estados Bálticos presentes no Brasil em 1950, pertenciam ao sexo masculino 25 279 (51,94%) e ao feminino 23 390 (48,06%)

<sup>1</sup> A discriminação dos países de nacionalidade dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, na apuração do censo demográfico de 1950, foi efetuada segundo a lista aplicada nas publicações das Nações Unidas, onde os Estados Bálticos — Estônia, Letônia e Lituânia — não figuram, porque já estavam incorporados à União Soviética quando se constituiu essa organização internacional.

Cumprir lembrar, entretanto, que essa incorporação forçada não foi reconhecida pelo Governo do Brasil, junto ao qual esses Estados ainda mantêm representações diplomáticas e consulares.

Em 1940, entre os nacionais e ex-nacionais da União Soviética e dos Estados Bálticos, o número dos homens era de 26 513 (52,37%) e o das mulheres de 24 115 (47,63%).

Entre os nacionais e ex-nacionais da União Soviética presentes em 1920, contavam-se 14 984 (51,77%) do sexo masculino e 13 957 (48,23%) do sexo feminino.

Persiste um moderado desequilíbrio numérico entre os dois sexos, com excedente masculino.

A proporção dos homens é mais elevada entre os naturalizados (65,16% em 1950, em comparação com 65,45% em 1940) do que entre os que mantêm a nacionalidade estrangeira (50,56% em 1950, em comparação com 51,19% em 1940).

A DISTRIBUIÇÃO territorial dos soviéticos e bálticos presentes em 1950, segundo as Unidades da Federação, consta da tabela I, cujos dados estão resumidos segundo as regiões fisiográficas na tabela A. Os correspondentes dados proporcionais a 100 000 estrangeiros e brasileiros naturalizados, constam da tabela II.

Tabela A

### BRASIL

Naturais da União Soviética e dos Estados Bálticos presentes em 1º-VII-1950, segundo as regiões fisiográficas

REGIÃO	Estrangeiros	Brasileiros naturalizados	Total
Norte	39	7	46
Nordeste	216	102	318
Leste	4 180	795	4 975
Sul	39 321	3 687	43 008
Centro-Oeste	304	18	322
<b>BRASIL</b>	<b>44 060</b>	<b>4 609</b>	<b>48 669</b>

É notável a concentração dos naturais da União Soviética e dos Estados Bálticos na região Sul, onde se acham 88,37% do total, assim subdivididos: 55,66% em São Paulo, 15,29% no Paraná, 14,24% no Rio Grande do Sul e 3,18% em Santa Catarina.

Núcleos de certa importância (10,22% do total) encontram-se na região Leste, principalmente no Distrito Federal com a quota de 7,59%

São bem menores os contingentes nas demais regiões, atingindo o do Centro-Oeste apenas 0,66% do total, o do Nordeste 0,65% e o do Norte 0,10%

**C**ONSTAM da tabela II as variações dos números de soviéticos e bálticos presentes nas diferentes Unidades da Federação, de 1940 a 1950, estando também especificada a distribuição proporcional desses imigrados entre as diversas Unidades, nas duas datas.

No total de soviéticos e bálticos presentes no Brasil, registrou-se uma diminuição de 3,87% entre o censo de 1940 e o de 1950

Entre as Unidades com maiores contingentes, duas apresentam diminuições, São Paulo (2,36%) e Rio Grande do Sul (22,34%), e duas, aumentos, Distrito Federal (2,27%) e Paraná (21,07%).

A distribuição proporcional por regiões não teve fortes variações, tendo passado de 89,12% para 88,37% a quota do Sul, de 9,46% para 10,22% a do Leste e de 1,42% para 1,41% a das demais regiões em conjunto.

**D**ADOS fornecidos pelo Instituto Nacional de Imigração e Colonização mostram que imigraram para o Brasil 642 soviéticos e bálticos (38 estonianos, 39 letões, 48 lituanos e 517 russos) no período 1950-55, com a entrada média anual de 107 imigrantes

Essa escassa afluência de novos imigrantes não foi decerto suficiente para compensar as diminuições dependentes das reemigrações e dos óbitos, de modo que o número atual dos soviéticos e bálticos no Brasil deve ser sensivelmente inferior ao que fôra apurado pelo censo de 1950

TABELA I

Naturais da União Soviética \* presentes em 1º-VII-1950, segundo as Unidades da Federação, por sexo

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Guaporé	3	—	1	—	4	—	4
Acre	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	6	4	—	—	6	4	10
Rio Branco	—	—	—	—	—	—	—
Pará	17	8	4	2	21	10	31
Amapá	—	1	—	—	—	1	1
Maranhão	7	—	1	—	8	—	8
Piauí	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	16	10	7	1	23	11	34
Rio Grande do Norte	1	—	2	—	3	—	3
Paraíba	7	4	1	—	8	4	12
Pernambuco	76	90	67	17	143	107	250
Alagoas	3	2	6	—	9	2	11
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	10	2	2	—	12	2	14
Bahia	76	49	28	9	104	58	162
Minas Gerais	236	157	41	21	277	178	455
(Serra dos Aimorés)**	—	—	—	—	—	—	—
Espírito Santo	15	8	8	2	22	10	32
Rio de Janeiro	277	278	46	17	323	295	618
Distrito Federal	1 418	1 654	450	172	1 838	1 826	3 694
São Paulo	13 020	12 801	868	400	13 888	13 201	27 089
Paraná	3 086	3 056	763	527	3 849	3 593	7 442
Santa Catarina	722	666	99	60	821	726	1 547
Rio Grande do Sul	3 106	2 854	594	376	3 700	3 230	6 930
Mato Grosso	71	37	11	1	82	38	120
Goiás	103	93	5	1	108	94	202
<b>BRASIL</b>	<b>22 276</b>	<b>21 784</b>	<b>3 003</b>	<b>1 606</b>	<b>25 279</b>	<b>23 390</b>	<b>48 669</b>

\* Inclusive os estrangeiros e brasileiros naturalizados naturais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.

\*\* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo

TABELA II

Distribuição dos naturais da União Soviética \*, segundo as Unidades da Federação em 1940 e em 1950

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	DADOS ABSOLUTOS		PROPORÇÕES POR 100 000	
	1940	1950	1940	1950
Açuporé ..	—	4	—	8
Acre	4	—	8	—
Amazonas	4	10	8	20
Alto Branco	—	—	—	—
Paraná	45	31	89	64
Amapá	—	1	—	2
Maranhão	12	8	24	16
Paraíba	2	—	4	—
Pernambuco	36	34	71	70
Pernambuco	38	3	75	6
Pernambuco	44	12	86	25
Pernambuco	282	250	557	514
Pernambuco	32	11	63	22
Pernambuco de Noronha	—	—	—	—
Pernambuco	26	14	51	29
Pernambuco	190	162	375	333
Minas Gerais	474	455	936	935
Serra dos Aimorés)**	—	—	—	—
Espírito Santo	39	32	77	66
Distrito Federal	448	618	885	1 270
Distrito Federal	3 612	3 694	7 135	7 590
São Paulo	27 745	27 089	54 802	55 660
Paraná	6 147	7 442	12 142	15 291
Santa Catarina	2 303	1 547	4 549	3 179
Rio Grande do Sul	8 923	6 930	17 625	14 239
Mato Grosso	189	120	373	246
Goias	33	202	65	415
<b>BRASIL</b>	<b>50 628</b>	<b>48 669</b>	<b>100 000</b>	<b>100 000</b>

\* Inclusive os nacionais e ex-nacionais da Estônia, da Letônia e da Lituânia.

\*\* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

#### APÊNDICE

##### Distribuição territorial das várias nacionalidades em 1940

Não sendo possível apresentar dados separados sobre a distribuição dos naturais dos Estados Bálticos em 1950, acha-se interessante discriminar nas tabelas III, IV e V os nacionais e ex-nacionais desses países e da União Soviética segundo o censo de 1940<sup>2</sup>. De acordo com o agrupamento feito na apuração deste censo, apresentam-se dados:

na tabela III para os soviéticos,

na tabela IV para os lituanos,

na tabela V para os estonianos e os letões em conjunto.

A grande maioria, 85,42%, dos soviéticos presentes no Brasil em 1940 se encontrava

na região Sul, cabendo ao Estado de São Paulo a parcela de 33,44%, ao Rio Grande do Sul a de 26,59%, ao Paraná a de 18,32% e a Santa Catarina a de 7,07%.

Núcleo de certa importância (12,57% do total) encontravam-se na região Leste, principalmente no Distrito Federal (9,51%).

Era ainda maior a concentração dos lituanos na região Sul (96,10% do total), principalmente no Estado de São Paulo (88,70%) e secundariamente nos Estados do Rio Grande do Sul (3,86%), do Paraná (3,15%) e de Santa Catarina (0,39%).

A região Leste contribuía com 3,46% para o total, cabendo ao Distrito Federal a quota de 2,69%.

Os estonianos e letões concentravam-se, também, principalmente na região Sul (89,39% do total), contribuindo São Paulo com a parcela de 80,40% e o Rio Grande do Sul com a de 5,14%.

A região Leste contribuía com 9,65% para o total, sendo de 5,14% a quota do Distrito Federal.

<sup>2</sup> Em 1940 não constavam oriundos da União Soviética, da Lituânia, da Estônia e da Letônia na Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

**TABELA III**  
*Nacionais e ex-nacionais da União Soviética, segundo as Unidades da Federação, em 1.º-IX-1940*

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Acre	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	1	3	—	—	1	3	4
Pará	14	9	8	2	22	11	33
Maranhão	4	3	3	—	7	3	10
Piauí	1	—	1	—	2	—	2
Ceará	14	10	7	—	21	10	31
Rio Grande do Norte	12	13	9	2	21	15	36
Paraíba	19	7	11	3	30	10	40
Pernambuco	100	100	53	13	153	113	266
Alagoas	11	12	2	4	13	16	29
Sergipe	3	5	11	7	14	12	26
Bahia	86	46	31	11	117	57	174
Minas Gerais	181	126	36	16	217	142	359
Espírito Santo	15	10	7	1	22	11	33
Rio de Janeiro	155	147	31	8	186	155	341
Distrito Federal	1 140	1 322	318	111	1 458	1 433	2 891
São Paulo	4 929	4 620	442	179	5 371	4 799	10 170
Paraná	2 316	2 333	546	375	2 862	2 708	5 570
Santa Catarina	997	954	129	70	1 126	1 024	2 150
Rio Grande do Sul	3 653	3 496	560	379	4 213	3 875	8 088
Mato Grosso	77	42	13	5	90	47	137
Goiás	12	3	8	—	20	3	23
<b>BRASIL</b>	<b>13 740</b>	<b>13 261</b>	<b>2 226</b>	<b>1 186</b>	<b>15 966</b>	<b>14 447</b>	<b>30 413</b>

**TABELA IV**  
*Naturais e ex-naturais da Lituânia, segundo as Unidades da Federação, em 1.º-IX-1940*

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Acre	2	1	—	—	2	1	3
Amazonas	—	—	—	—	—	—	—
Pará	3	3	—	—	3	3	6
Maranhão	1	1	—	—	1	1	2
Piauí	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	2	—	—	2	2	2	4
Rio Grande do Norte	—	—	—	—	—	—	—
Paraíba	—	1	—	—	—	1	1
Pernambuco	5	3	1	—	6	3	9
Alagoas	2	1	—	—	2	1	3
Sergipe	—	—	—	—	—	—	—
Bahia	2	2	—	—	2	2	4
Minas Gerais	27	17	1	3	28	20	48
Espírito Santo	2	2	—	—	2	2	4
Rio de Janeiro	45	19	4	—	49	19	68
Distrito Federal	233	169	10	16	243	185	428
São Paulo	7 141	6 637	231	125	7 372	6 762	14 134
Paraná	248	198	40	17	288	215	503
Santa Catarina	35	15	7	5	42	20	62
Rio Grande do Sul	317	215	59	24	376	239	615
Mato Grosso	30	6	1	—	31	6	37
Goiás	2	—	2	—	4	—	4
<b>BRASIL</b>	<b>8 097</b>	<b>7 290</b>	<b>356</b>	<b>192</b>	<b>8 453</b>	<b>7 482</b>	<b>15 935</b>

TABELA V

*Nacionais e ex-nacionais da Estônia e da Letônia, segundo as Unidades da Federação, em 1.º-IX-1940*

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS		BRASILEIROS NATURALIZADOS		TOTAL		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens e mulheres
Acre	—	1	—	—	—	—	—
Amazonas	—	—	—	—	—	—	—
Pará	1	4	1	—	2	4	6
Maranhão	—	—	—	—	—	—	—
Piauí	—	—	—	—	—	—	—
Ceará	1	—	—	—	1	—	1
Rio Grande do Norte	—	1	1	—	1	1	2
Paraíba	2	1	—	—	2	1	3
Pernambuco	4	3	—	—	4	3	7
Alagoas	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	—	—	—	—	—	—	—
Bahia	6	4	1	1	7	5	12
Minas Gerais	36	21	7	3	43	24	67
Espírito Santo	—	1	1	—	1	1	2
Rio de Janeiro	21	17	1	—	22	17	39
Distrito Federal	156	119	13	5	169	124	293
São Paulo	1 517	1 797	93	34	1 610	1 831	3 441
Paraná	38	27	8	1	46	28	74
Santa Catarina	22	29	16	24	38	53	91
Rio Grande do Sul	109	82	23	6	132	88	220
Mato Grosso	10	3	2	—	12	3	15
Goiás	3	2	1	—	4	2	6
<b>BRASIL</b>	<b>1 926</b>	<b>2 112</b>	<b>168</b>	<b>74</b>	<b>2 094</b>	<b>2 186</b>	<b>4 280</b>

# IMPÔSTO ÚNICO SÔBRE ENERGIA ELÉTRICA

LEI N.º 2 944 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

*Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art 1.º Da parcela do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cinco sextos caberão aos Estados e Distrito Federal e a sexta parte restante aos Municípios

§ 1.º A distribuição das quotas aos Estados e Distrito Federal far-se-á:

a) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente às respectivas populações, estimadas para 1.º de julho do ano a que concernirem as quotas;

b) 45% (quarenta e cinco por cento) proporcionalmente aos respectivos consumos de energia elétrica, avaliados de acordo com a arrecadação do imposto único feita no ano imediatamente anterior ao da distribuição;

c) 4% (quatro por cento) proporcionalmente às respectivas áreas territoriais;

d) 1% (um por cento) proporcionalmente às respectivas produções efetivas de energia elétrica, calculada por medidores, ou, na falta destes, pelas potências legalmente instaladas, com fator de carga de 35% (trinta e cinco por cento) e admitida a perda de 10% (dez por cento)

§ 2.º As quotas pertencentes aos Municípios serão por eles diretamente recebidas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de acordo com ordens dadas pelo C. N. A. E. E., que se incumbirá de obter dos Estados os elementos necessários ao cálculo da distribuição, conforme critério estabelecido no parágrafo anterior

Art 2.º A distribuição das quotas apuradas na forma desta lei será feita aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em quatro parcelas trimestrais: a primeira, até 30 de setembro; a segunda, até 31 de dezembro; a terceira, até 31 de março, e a quarta, até 30 de junho do ano seguinte.

§ 1.º A entrega das quotas aos governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será determinada, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ao qual caberá verificar a produção e o consumo da energia elétrica, dentro em 4 (quatro) meses a contar do último dia do trimestre vencido.

§ 2.º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá fazer antecipações mensais das entregas aos governos dos Estados e do Distrito Federal equivalentes a 80% (oitenta por cento) da quota média mensal do último trimestre apurado.

Art 3.º Fica o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica incumbido de efetuar os cálculos para distribuição da receita do imposto único sobre energia elétrica, devendo para isso apurar regularmente a produção e o consumo de energia elétrica em todo o território nacional, de forma a possibilitar a distribuição das quotas, de acordo com o disposto nos arts 1.º e 2.º desta lei.

§ 1.º Para custeio desse serviço poderão ser aplicados anualmente até 0,5% (cinco décimos por cento) da arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, cabendo 40% (quarenta por cento) do encargo financeiro à União, 50% (cinquenta por cento) aos Estados e Distrito Federal e 10% (dez por cento) aos Municípios, proporcionalmente às respectivas quotas

§ 2.º Fica o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica autorizado a admitir pessoal contratado e a assinar convênio com a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de cumprir a obrigação deste artigo, não podendo, nessas despesas, ultrapassar o limite máximo estabelecido no § 1.º

Art 4.º Serão aplicadas na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, observadas as prescrições desta lei, as quotas pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios

§ 1.º A aplicação poderá consistir:

a) no custeio direto de estudos, projetos, obras e serviços realizados ou mantidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para suprimento público de energia elétrica, incluindo as linhas de distribuição local, mas excluindo o custeio dos serviços de iluminação pública;

b) no pagamento de juros e amortizações de empréstimos realizados e obtidos com este objetivo;

c) na tomada de ações de empresas concessionárias de suprimento público de energia elétrica, nacionais, desde que a maioria das ações pertença ou com a tomada das ações fique pertencendo a pessoa de direito público que controle sua administração;

d) em financiamentos a empresas nacionais, em plena atividade, desde que se destinem exclusivamente a produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica, mediante contratos, amortizações e juros aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e que não excedam de 33% (trinta e três por cento) do valor das garantias reais oferecidas pela financiada

§ 2.º Conquanto a aplicação possa processar-se fora dos limites da Unidade da Federação ou do Município a que pertencer a quota, realizar-se-á, salvo exceções previstas nesta lei, em obras e serviços que se destinem, direta ou indiretamente, ao seu suprimento de energia elétrica, ainda que não imediato

§ 3.º A fim de poderem receber as suas quotas a partir de 24 (vinte e quatro) meses da publicação desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ter previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica os respectivos planos de suprimento de energia elétrica elaborados em articulação com o Plano Nacional de Eletrificação e de acordo com as instruções que o Conselho baixará dentro em 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei

§ 4.º Após a aprovação dos planos referidos no parágrafo anterior, os Estados, Distrito Federal e Municípios só poderão aplicar suas quotas em estudos, projetos, obras e serviços referentes aos planos, que poderão sofrer revisões devidamente aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

Art 5.º A observância do disposto no artigo anterior, comprovada perante o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, é condição essencial para a entrega das quotas do imposto único sobre energia elétrica aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º Incumbe ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nos termos do regulamento desta lei, julgar da observância, ou não, do disposto no artigo anterior.

§ 2º Fica facultado ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a liberação de até três quotas trimestrais pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto não for ultimada a entrega da documentação comprovante da aplicação das quotas anteriormente recebidas, de acordo com as disposições desta lei.

§ 3º A aplicação indevida da quota ou parte de quota, a juízo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, implicará na retenção das quotas subsequentes a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal ou ao Município faltoso, até que o referido organismo reponha, por sua conta, as quantias julgadas devidas dos fins que a lei estabelece.

§ 4º Não constitui inobservância do disposto no artigo anterior o depósito em banco de quota ou parte de quota recebida e ainda não aplicada.

Art 6º Ao planejarem ou programarem empreendimentos públicos de âmbito regional,

pertinentes à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, os Estados poderão regular, com observância do disposto no art 4º e obtida a concordância do Município interessado, a aplicação das quotas pertencentes ao Município das zonas a serem beneficiadas por esses empreendimentos.

Art. 7º Até que seja regulada em lei a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação criado pela lei nº 2.308, de 31 de agosto de 1954, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico poderá tomar, à conta daquele Fundo, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, ações e obrigações de sociedades de economia mista, controladas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, transferindo-as, posteriormente, à empresa que for criada pelo Governo Federal para execução dos empreendimentos públicos de interesse nacional no campo da energia elétrica.

Art 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956;  
135º da Independência e 68ª da República

JUSCELINO KUBITSCHEK  
José Maria Alkémim  
Mário Meneghetti

Publicado no "Diário Oficial", edição de 10-XI-1956

## FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

DECRETO Nº 40 499, DE 6 DE DEZEMBRO  
DE 1956

*Dispõe sobre a distribuição e a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre a energia elétrica, substituindo, em obediência à Lei nº 2 944, de 8 de novembro de 1956, o disposto no Decreto nº 40 007, de 20 de setembro de 1956*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição,

Considerando o que dispõe a Lei nº 2 944, de 8 de novembro de 1956, que regula a distribuição e aplicação do imposto único sobre a energia elétrica, pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios,

Considerando a conveniência de substituir o Decreto nº 40 007, de 20 de setembro de 1956, por outro compatível com essa Lei nº 2 944, decreta:

Art 1º O Fundo Federal de Eletrificação instituído pela Lei nº 2 308, de 31 de agosto de 1954, destina-se a prover e financiar instalações de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como o desenvolvimento da indústria de material elétrico.

Art 2º O Fundo Federal de Eletrificação é constituído:

a) Da parcela pertencente à União do imposto único sobre energia elétrica;

b) De 2/10 (dois décimos) da importância do produto da arrecadação da taxa de que trata o artigo 1º da Lei nº 156, de 27 de novembro de 1947, que é elevada para 10% (dez por cento), mantidas as isenções do art 3º da mencionada Lei número 156, em todas as suas alíneas, e do artigo 11 da Lei nº 1 807, de 7 de janeiro de 1953;

c) De dotações consignadas no orçamento geral da União;

d) De rendimentos de depósitos e de aplicações do próprio Fundo.

Art 3º A energia elétrica entregue ao consumidor é sujeita ao imposto único, cobrado pela União sob a forma de imposto de consumo, pago por quem a utilizar.

§ 1º O imposto único é arrecadado sob as seguintes bases:

I — Cr\$ 0,20 (vinte centavos) por kwh de luz;

II — Cr\$ 0,10 (dez centavos) por kwh de força;

III — 5% (cinco por cento) sobre o preço do consumo a *forfait*.

§ 2º A definição da natureza do consumo resultará, em princípio, da conta expedida pela Empresa ou entidade, de acordo com as tarifas vigentes e demais atos baixados pela autoridade competente.

Art 4º A União, nos termos da Lei número 2 308, deve consignar no seu orçamento geral durante 10 (dez) exercícios financeiros consecutivos, a partir de 1954, a dotação global anual de equivalência nunca inferior a 4% (quatro por cento) da arrecadação do imposto de consumo no exercício anterior, para o Fundo Federal de Eletrificação.

Art 5º O produto do imposto único sobre energia elétrica será escriturado, como depósito, pelas estações arrecadadoras e, deduzido 0,5% (meio por cento), correspondente às despesas de arrecadação e fiscalização, será depositado pelo Tesouro Nacional, mensalmente, em conta especial, no Banco do Desenvolvimento Econômico, para ser aplicado na forma estabelecida neste decreto.

Art 6º Do total da arrecadação do imposto único, 40% (quarenta por cento) pertencerão à União, 60% (sessenta por cento) aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art 7º O Fundo Federal de Eletrificação será empregado na realização de estudos, pro-

jeto, construção e operação de sistemas geradores, de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como na fabricação de material elétrico e na unificação da frequência da corrente elétrica para abastecimento público

§ 1º Até que seja regulada em lei a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação, criado pela Lei n.º 2 308, de 31 de agosto de 1954, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá tomar, à conta daquele Fundo e devidamente autorizado pelo Presidente da República, ações e obrigações de sociedades de economia mista, concessionárias de serviços de energia elétrica controladas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, transferindo-as, posteriormente, à empresa que for criada pelo Governo Federal para execução dos empreendimentos de interesse nacional no campo da energia elétrica

§ 2º A diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico encaminhará ao Presidente da República a proposta de aplicação dos recursos do Fundo na forma do parágrafo anterior, acompanhada de justificativa técnica e econômica do projeto a ser realizado

§ 3º Somente serão autorizadas aplicações na forma do § 1º para financiamento de projetos previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE).

Art 8º Fica o CNAEE com o encargo de autorizar os empreendimentos federais, constantes do art 7º, a serem programados anualmente, enquanto lei especial não determinar em contrário

Art 9º Da parcela do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios, 5/6 (cinco sextos) caberão aos Estados e Distrito Federal e 1/6 (um sexto) aos Municípios

Parágrafo único A distribuição das quotas aos Estados, Distrito Federal e Municípios far-se-á:

a) 1% (um por cento) proporcionalmente às respectivas produções efetivas de energia elétrica, obtidas no ano imediatamente anterior ao da distribuição, por medidores, ou na falta desses, pelas potências legalmente instaladas, com um fator de carga de 35% (trinta e cinco por cento), e perdas de 10% (dez por cento), ou, ainda, na falta de demanda máxima, para o cálculo da produção, admitindo 2 500 horas anuais de utilização da potência legalmente instalada, para as centrais termelétricas e 4 000 horas, para as hidrelétricas

b) 4% (quatro por cento) proporcionalmente às respectivas áreas territoriais;

c) 45% (quarenta e cinco por cento) proporcionalmente aos respectivos consumos tributados de energia elétrica (kwh de luz e força), constantes das contas expedidas pelas empresas ou entidades fornecedoras, no ano imediatamente anterior ao da distribuição;

d) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente às respectivas populações, estimadas para 1º de julho do ano a que se referirem as quotas

Art 10 Fica o CNAEE, incumbido de efetuar os cálculos para distribuição da receita do imposto único sobre energia elétrica, devendo para isso apurar regularmente a produção e o consumo de energia elétrica em todo o território nacional de forma a possibilitar a distribuição das quotas

§ 1º Para custeio desse serviço poderá ser aplicado, anualmente, até 0,5% (meio por cento) da arrecadação do imposto único sobre energia elétrica

§ 2º Fica o CNAEE autorizado a admitir pessoal contratado e assinar convênios com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outras entidades governamentais ou não, a fim de cumprir com a obrigação deste artigo, não podendo, nessas despesas ultrapassar o limite máximo estabelecido no § 1º.

Art 11 A distribuição das quotas aos governos dos Estados, Distrito Federal e Municípios, será feita em quatro parcelas trimestrais, a correspondente ao 1º trimestre, até o dia 30 de setembro do mesmo ano, a correspondente ao 2º trimestre até o dia 31 de dezembro, a do 3º trimestre até 31 de março e a do 4º trimestre até 30 de junho do ano seguinte

§ 1º A entrega dessas quotas será determinada ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico pelo CNAEE, dentro do prazo de 4 (quatro) meses a contar do último dia do trimestre vencido, no ano da distribuição, logo que fixadas as proporcionalidades referidas no art 9º

§ 2º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá fazer antecipações mensais das entregas aos governos dos Estados e do Distrito Federal, equivalentes a 80% (oitenta por cento) da quota média mensal do último trimestre definitivamente apurado

Art 12 As quotas pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios serão aplicadas na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, observadas as prescrições deste artigo

§ 1º A aplicação poderá consistir:

a) No custeio direto de estudos, projetos, obras e serviços realizados ou mantidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para suprimento público de energia elétrica, incluindo as linhas de distribuição local, mas excluindo o custeio dos serviços de iluminação pública;

b) No pagamento de juros e amortizações de empréstimos realizados com essa finalidade;

c) Na tomada de ações de empresas concessionárias de suprimento público de energia elétrica, nacionais, desde que a maioria das ações pertença, ou com a tomada de ações fi que pertencendo, a pessoa de direito público que controle sua administração;

d) Em financiamentos a empresas nacionais em plena atividade, desde que se destinem exclusivamente à produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica, mediante contratos, amortizações e juros aprovados pelo CNAEE e que não excedam de 1/3 (um terço) do valor das garantias reais oferecidas pela financiada

§ 2º Conquanto a aplicação possa processar-se fora dos limites da Unidade da Federação ou do Município a que pertencer a quota, realize-se-a, salvo exceções previstas nesta lei, em obras e serviços que se destinem, direta ou indiretamente, ao seu suprimento de energia elétrica, ainda que não imediato

Art 13 A fim de poderem receber as suas quotas a partir da distribuição correspondente ao 1º trimestre de 1953, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ter previamente aprovados pelo CNAEE os respectivos planos anuais de suprimento de energia elétrica, elaborados em articulação com o Plano Nacional de Eletrificação e de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Conselho

§ 1º Para os fins deste artigo, os planos de eletrificação deverão ser submetidos ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica até 31 de dezembro de 1957

§ 2º Na elaboração dos planos anuais, a que se refere este artigo, os Governos dos Estados deverão colaborar com os respectivos Governos dos Municípios, promovendo a ordenação dos planos municipais com os planos estadual e nacional de eletrificação

§ 3º Após a aprovação dos planos referidos neste artigo, os Estados, Distrito Federal e Municípios só poderão aplicar suas quotas em estudos, projetos, obras e serviços referentes aos planos, que poderão sofrer revisões, devidamente aprovadas pelo CNAEE

Art 14 A observância do disposto nos artigos 12 e 13, comprovada perante o CNAEE, é condição essencial para a entrega das quotas do imposto único sobre energia elétrica aos Estados, Distrito Federal e Municípios

§ 1º Ao CNAEE incumbe a fiscalização da aplicação das disposições deste decreto, nos termos das instruções a serem pelo mesmo expedidas, sendo-lhe facultada a liberação de até três quotas trimestrais, pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, enquan-

to não fôr ultimada a entrega da documentação comprovante da aplicação das quotas anteriormente recebidas, de acordo com os preceitos deste decreto

§ 2º Para exercer a fiscalização de que trata este artigo, o CNAEE poderá, quando julgar necessário, delegar poderes especiais a outros órgãos governamentais, mediante convênio

§ 3º A aplicação indevida da quota, ou parte da quota, a juízo do CNAEE, implicará na retenção das quotas subsequentes a serem entregues ao Estado, ao Distrito Federal, ou ao Município faltoso, até que o referido organismo reponha, por sua conta, as quantias julgadas desviadas dos fins que a lei estabelece Não constitui inobservância o depósito em Banco, de quota, ou parte de quota, recebida e ainda não aplicada

Art 15 Os Estados, ao planejarem ou programarem empreendimentos públicos de âmbito regional, pertinentes à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, poderão regular, com observância do disposto nos arts 12 e 13 e obtida a concordância dos Municípios interessados, a aplicação das quotas pertencentes aos mesmos Municípios, nas zonas a serem beneficiadas por esses empreendimentos

Art 16 O Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no prazo de sessenta (60) dias, a contar da data da publicação da Lei n.º 2.944, de 8 de novembro de 1956, baixará instruções reguladoras das presentes disposições

Art 17 Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação

Art 18 Fica revogado o Decreto n.º 40.007, de 20 de setembro de 1956

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1956;  
135º da Independência e 68º da República  
— Juscelino Kubitschek — Máio Meneghetti  
— José Maria Alkmim

## RESOLUÇÕES DA JEC

### RESOLUÇÃO N.º 514, DE 24 DE OUTUBRO DE 1956

*Ratifica a Resolução n.º 483, de 24-8-56, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia e dá outras providências*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando a conveniência de serem os assuntos relevantes, de interesse comum ao Conselho Nacional de Estatística e ao Conselho Nacional de Geografia, por eles conjuntamente deliberados;

considerando a necessidade de serem efetuadas, para este fim, reuniões conjuntas desses órgãos, segundo normas a serem por eles aprovadas,

RESOLVE:

Art 1º — Fica ratificada, nos termos desta Resolução, *ad referendum* da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, a Resolução n.º 483, de 24 de agosto de 1956, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Art 2º — Para atender às finalidades desta Resolução, serão efetuadas reuniões conjuntas da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística e do Diretório Central

do Conselho Nacional de Geografia, a serem convocadas pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, quando relevante interesse comum aos dois Conselhos justificar sua realização.

Art 3º — As reuniões, a que se refere o artigo anterior, obedecerão a regimento especial, cujo projeto será elaborado pelos Secretários-Gerais, do CNE e do CNG, sob a presidência do Presidente do IBGE, e submetido à aprovação de cada um dos Conselhos.

Art. 4º — Revogam-se as disposições em contrário

### RESOLUÇÃO N.º 515, DE 24 DE OUTUBRO DE 1956

*Autoriza a emissão de Selos de Estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o disposto no art. 9º, letra a do Decreto-lei n.º 4.181, de 16-5-942;

considerando o que consta dos Prots. 19.920/55 e 1.171/56, da Secretaria-Geral do Conselho,

RESOLVE:

Art 1º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho autorizada a emitir no Serviço Gráfico

do IBGE Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros) de "Selos de Estatística" da taxa de Cr\$ 1,00, no valor total de Cr\$ 20 000 000,00 (vinte milhões de cruzeiros)

Art 2º — As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta da dotação própria do orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 — do vigente exercício

**RESOLUÇÃO N.º 516, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Altera as tabelas explicativas do Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística no exercício de 1956*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Decreto n.º 39 603, de 14 de julho de 1956, determina a aplicação da Lei n.º 2 745, de 12 de março de 1956, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que os recursos orçamentários do Conselho Nacional de Estatística, no corrente exercício, não são suficientes para atender ao acréscimo da despesa, em consequência da aplicação da Lei citada;

considerando que a Presidência do Instituto já se dirigiu aos órgãos competentes do Poder

Executivo, através dos ofícios P SEF/2 313, de 23 de julho deste ano, e P SEF/2 396, de 30 do mesmo mês e ano, propondo as providências necessárias à abertura do crédito, suplementando o auxílio concedido pela União ao Instituto, neste exercício, e solicitando ao Ministério da Fazenda, um adiantamento, por antecipação do referido crédito;

considerando que o Ministério da Fazenda, com o Aviso n.º 229, de 26 de setembro findo, colocou à disposição do Instituto, a título de adiantamento, a importância de cento e oitenta milhões, cento e oitenta mil, cento e seis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 180 180 106,40), para ocorrer ao aumento do pessoal do Instituto,

**RESOLVE:**

Art 1.º — A estimativa da Receita e o limite da Despesa do Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística, no exercício de 1956, aprovado pela Resolução n.º 492, de 28 de dezembro de 1955, ficam ampliados em mais duzentos e vinte e sete milhões, cento e trinta mil, oitocentos e vinte cruzeiros . . . (Cr\$ 227 130 820,00).

Art. 2.º — A Receita será realizada mediante o recebimento do "auxílio" a ser concedido pelo Governo da União, conforme solicitação feita pelo Instituto

**1 — RECEITA ORDINÁRIA**

11 — Receita de Auxílios e Subvenções

Cr\$  
227 130 820,00

Art 3.º — A Despesa será realizada, na forma do Anexo n.º 2 e subanexos 01 a 51 com a satisfação dos encargos e manutenção dos serviços do Conselho Nacional de Estatística, atendidos o desdobramento e a distribuição seguintes:

**2 — DESPESA ORDINÁRIA**

21 — Secretaria-Geral

56 416 680,00

22 — Inspetorias Regionais de Estatística Municipal

221 — Sedes:

Rondônia	417 960,00	
Acre	480 720,00	
Amazonas	1 119 600,00	
Rio Branco	238 600,00	
Pará	2 055 920,00	
Amapá	371 320,00	
Maranhão	1 985 360,00	
Piauí	1 478 840,00	
Ceará	2 774 120,00	
Rio Grande do Norte	1 370 800,00	
Paraíba	1 981 960,00	
Pernambuco	3 158 240,00	
Alagoas	1 508 680,00	
Sergipe	1 241 120,00	
Bahia	3 143 800,00	
Minas Gerais	5 858 800,00	
Espírito Santo	1 476 700,00	
Rio de Janeiro	2 922 760,00	
São Paulo	10 638 040,00	
Paraná	2 656 880,00	
Santa Catarina	2 016 280,00	
Rio Grande do Sul	3 250 280,00	
Mato Grosso	1 289 320,00	
Goiás	2 062 360,00	55 548 460,00

222 — Agências:

Rondônia	75 540,00	
Acre	465 420,00	
Amazonas	1 127 480,00	
Rio Branco	23 840,00	
Pará	2 872 400,00	
Amapá	147 000,00	
Maranhão	3 501 280,00	
Piauí	2 720 280,00	
Ceará	4 654 440,00	
Rio Grande do Norte	2 437 200,00	
Paraíba	2 580 120,00	
Pernambuco	5 285 480,00	
Alagoas	1 987 680,00	
Sergipe	2 244 840,00	
Bahia	7 921 640,00	
Minas Gerais	21 145 040,00	
Espírito Santo	2 096 200,00	
Rio de Janeiro	4 395 480,00	
São Paulo	23 744 040,00	
Paraná	4 903 480,00	
Santa Catarina	3 591 600,00	
Rio Grande do Sul	7 974 120,00	
Mato Grosso	2 360 080,00	
Goiás	4 208 000,00	112 462 680,00

24 — Escola Nacional de Ciências Estatísticas

168 011 140,00

Total da Despesa

2 703 000,00

227 130 820,00

**RESOLUÇÃO N.º 517, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Abre o crédito de Cr\$ 3 171 000,00 e altera as tabelas explicativas do Orçamento do Núcleo de Planejamento Censitário, constantes da Resolução JEC-501, de 21-11-1956*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Decreto n.º 39 603, de 14 de julho de 1956, determina a aplicação da Lei n.º 2 745, de 12 de março de 1956, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

considerando que o custeio das despesas do Núcleo de Planejamento Censitário, neste exercício, vem sendo atendido pelo crédito especial a que se refere a Resolução n.º 501, de 23 de março de 1956, desta Junta;

considerando que os recursos consignados pela referida Resolução não são suficientes para atender ao acréscimo da despesa em consequência da aplicação da Lei n.º 2 745/56;

considerando que o Ministério da Fazenda com o Aviso n.º 229, de 26 de setembro findo, colocou à disposição do Instituto, a título de adiantamento, a importância de cento e oitenta milhões, cento e oitenta mil e cento e seis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 180 180 106,40)

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aberto no Orçamento do Conselho Nacional de Estatística — Anexo 2 — Secretaria-Geral, o crédito especial de três milhões, cento e setenta e um mil cruzeiros ... (Cr\$ 3 171 000,00), destinado a reforçar o crédito especial anterior, de Cr\$ 4 821 000,00, de que trata a Resolução JEC-501, de 21-3-56;

Art. 2.º — Os recursos necessários ao crédito a que se refere o artigo 1.º, serão obtidos mediante o "auxílio" a ser concedido pelo Governo da União conforme solicitação feita pelo Instituto

Art. 3.º — A aplicação dos recursos decorrentes desta Resolução, somente será permitida nas rubricas em que tenha ocorrido acréscimo por força da Lei n.º 2 745/56

**RESOLUÇÃO N.º 518, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Abre crédito suplementar de Cr\$ 1 988 400,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — Subanexo 2 01 — Secretaria-Geral*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que consta do Processo n.º 00 028/56, da Secretaria-Geral,

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aberto no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2 01 — nas dotações destinadas à Secretaria-Geral, o crédito de um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 1 988 400,00) suplementar à seguinte verba:  
Verba 3 — Serviços de Encargos  
Cr\$ 1 988 400,00

Art. 2.º — Para atender às despesas resultantes da abertura do crédito de que trata o artigo anterior é anulada na verba 1 — Pessoal — na dotação da mesma Secretaria-Geral — a importância de um milhão, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 1 988 400,00)

**RESOLUÇÃO N.º 519, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Abre o crédito especial de Cr\$ 38 935,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2 01 — Secretaria-Geral*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando o que consta do expediente protocolado na Secretaria-Geral, sob o número

12 318/55, referente a faturas emitidas pelo Serviço Gráfico, contra a Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

considerando que, de acordo com a Resolução n.º 497, de 20 de maio de 1955, esta Junta abriu crédito especial no Orçamento da Secretaria-Geral para custear as despesas com a impressão, no exercício de 1954, de apostilas, súmulas e material de expediente destinado à Escola Nacional de Ciências Estatísticas;

considerando que o montante dos recursos do crédito especial, aberto pela referida Resolução 497/55, não foi suficiente para cobrir todos os encargos da Escola, em virtude do fornecimento de material feito pelo Serviço Gráfico;

considerando que ainda perdura um débito de Cr\$ 38 935,00, da Escola, a favor do Serviço Gráfico e que o citado débito corresponde a parte das faturas emitidas em 1954, ainda não liquidadas,

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aberto no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2 01 — Secretaria-Geral, o crédito especial de Cr\$ 38 935,00, para liquidação de faturas emitidas pelo Serviço Gráfico, no exercício de 1954, contra a Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

Art. 2.º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque das disponibilidades financeiras da Caixa Nacional de Estatística Municipal.

**RESOLUÇÃO N.º 520, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Abre crédito suplementar de Cr\$ 150 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — Subanexo 2 01 — Secretaria-Geral*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que se tornou tradicional a participação do Conselho nas festividades natalinas em que se verifica o conagraçamento da "família ibgeana";

considerando que todos os anos as despesas decorrentes dessas festividades vêm sendo custeadas pelos recursos orçamentários específicos;

considerando que no exercício corrente a dotação orçamentária própria da Secretaria-Geral já não dispõe de meios para atender às despesas em referência, como se verifica do Processo n.º 00 026/55,

**RESOLVE:**

Art. 1.º — Fica aberto no orçamento vigente do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2.01 —, nas dotações destinadas à Secretaria-Geral, o crédito de cento e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 150 000,00), suplementar à seguinte verba:

Verba 3 — Serviços e Encargos — Cr\$ 150 000,00

Art. 2.º — Para atender às despesas resultantes da abertura do crédito de que trata o artigo anterior é anulada na verba 1 — Pessoal, na dotação da mesma Secretaria-Geral, a importância de cento e cinquenta mil cruzeiros

**RESOLUÇÃO N.º 521, DE 31 DE OUTUBRO DE 1956**

*Aprova os resultados definitivos dos Censos Comercial e dos Serviços de 1950*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que, nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 651, de 13 de março de 1949, a Junta Executiva Central organizou os planos de operação e aprovou os instrumentos

de coleta e as instruções correspondentes aos Censos Comercial e dos Serviços de 1950;

considerando que a Junta acompanhou a execução dos referidos levantamentos, em tôdas suas fases, havendo aprovado os planos de apresentação tabular do Censo Comercial (Comércio de Mercadorias — 20 de fevereiro de 1953; Mercado de Crédito — 15 de junho de 1953; Seguros e Capitalização — 30 de agosto de 1953; Comércio de Imóveis e Valores Mobiliários — 17 de abril de 1953; Atividades Auxiliares do Comércio — 27 de março de 1953), e do Censo dos Serviços (Alojamento e Alimentação — 6 de março de 1953; Confeção e Reparação — 15 de maio de 1953; Higiene Pessoal — 27 de março de 1953; Diversões e Radiodifusão — 10 de abril de 1953);

considerando que a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística vem divulgando, por intermédio dos órgãos competentes, os resultados definitivos dos Censos Comercial e dos Serviços, para cada Unidade da Federação, constantes do plano sistemático de apresentação dos dados censitários;

considerando que as apurações referentes às Unidades da Federação, já ultimadas, fornecem, para o conjunto do Brasil, os resultados concernentes às características gerais de organização e movimento das empresas e estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços investigados em 1950,

#### RESOLVE:

Art 1º — Ficam aprovados, para efeito de serem submetidos à ratificação do Governo, nos termos do artigo 9º do Decreto-lei nº 969, de 21 de dezembro de 1938, combinado com o artigo 2º da Lei nº 651, de 13 de março de 1949, os resultados definitivos dos Censos Comercial e dos Serviços de 1950, constantes dos quadros sinóticos anexos:

#### A — CENSO COMERCIAL

##### a) Comércio de Mercadorias (Varejo)

I — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos varejistas, segundo a constituição jurídica, o tipo de estabelecimento e o gênero de comércio;

II — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos varejistas, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### b) Comércio de Mercadorias (Atacado)

III — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos atacadistas, segundo a constituição jurídica, o tipo de estabelecimento e o gênero de comércio;

IV — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos atacadistas, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### c) Mercado de Crédito

V — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e saldos em 31-XII-1949, dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica e o gênero de atividade;

VI — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, e saldos em 31-XII-1949, dos estabelecimentos, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### d) Seguros e Capitalização

VII — Capital realizado, reservas, capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, das empresas, segundo a constituição jurídica, a nacionalidade e o gênero de atividade;

VIII — Capital realizado, reservas, capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, das empresas, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### e) Comércio de Imóveis e Valores Mobiliários

IX — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica e o gênero de comércio;

X — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, dos estabelecimentos, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação

##### f) Atividades Auxiliares do Comércio

XI — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica, o gênero e o grupo de atividade;

XII — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita, no ano de 1949, dos estabelecimentos, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

#### B — CENSOS DOS SERVIÇOS

##### a) Alojamento e Alimentação

XIII — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, empregados, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos, segundo a constituição jurídica e o gênero de serviços;

XIV — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, empregados, despesa e receita, no ano de 1949, e estoques em 31-XII-1949, dos estabelecimentos, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### b) Confeção e Reparação

XV — Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz, em 1º-I-1950, e salários, despesas de consumo, importância paga a trabalhadores em domicílio e receita, dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo a constituição jurídica e o gênero de serviços.

XVI — Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz, em 1º-I-1950, e salários, despesas de consumo, importância paga a trabalhadores em domicílio e receita, dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### c) Higiene Pessoal

XVII — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo a constituição jurídica e o gênero de serviços;

XVIII — Capitais aplicados e pessoal ocupado, em 1º-I-1950, despesa e receita dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação;

##### d) Diversões e Radiodifusão

XIX — Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz, em 1º-I-1950, despesa e receita dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo a constituição jurídica e o gênero de serviços;

XX — Capitais aplicados, pessoal ocupado e força motriz, em 1º-I-1950, despesa e receita dos estabelecimentos, no ano de 1949, segundo as Regiões Fisiográficas e as Unidades da Federação

#### RESOLUÇÃO N.º 522, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1956

*Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Território de Rondônia com a Convenção Nacional de Estatística*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Junta Executiva Regional do Território de Rondônia, organizada pelo Decreto nº 324, de 25 de junho de 1956, está constituída de acordo com as normas que regulam o assunto, conforme consta do processo 901 00/56 da Secretaria-Geral,

#### RESOLVE:

Art 1º — Para os fins previstos na Resolução AG-608, de 9 de julho de 1954, e nos termos da Resolução JEC-495, de 28 de dezembro de

1955, fica declarada a concordância da organização vigente da Junta Executiva Regional de Estatística do Território de Rondônia com o disposto na cláusula primeira, item X da Convenção Nacional de Estatística.

Art 2º — Esta Resolução produzirá seus efeitos a partir de 25 de junho do corrente ano

#### RESOLUÇÃO N° 523, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1956

*Modificação do plano nacional de apuração e apresentação da estatística do ensino primário geral*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, através de constantes visitas de seus delegados, aos Estados onde mais se fez sentir a necessidade de assistência técnica aos órgãos executores do Convênio de 20 de dezembro de 1931, observou considerável atraso nos trabalhos de apuração da Estatística do Ensino Primário Geral;

considerando que o atraso observado, conforme depoimento dos órgãos responsáveis pelos trabalhos de apuração é devido, em grande parte, à complexidade do plano de tabulação, cuja Parte Especial obriga a excessivos desdobramentos da apuração;

considerando que se tornou evidente o desinteresse dos governos regionais pelo plano de tabulação ora em vigor, devido à insuficiência dos resultados numéricos com discriminação municipal;

considerando que, afora o interesse da divulgação dos resultados globais de cada Estado nos anuários estatísticos do Brasil e nas publicações especiais do Serviço de Estatística da Educação e Cultura, há de ser levada em conta a necessidade que tem cada governo regional de possuir dados estatísticos tão completos quanto possível, em relação a cada um de seus municípios;

considerando que o plano de apresentação da Estatística do Ensino Primário Geral pode ser enriquecido com a tabulação, por municípios, de grande parte dos resultados que ora são apresentados, em sínteses, das capitais e do interior de cada uma das Unidades da Federação;

considerando que o enriquecimento de repertório estatístico, assim obtido, não acarretará maior volume de trabalho, mas, ao contrário, simplificará de muito a tarefa dos órgãos apuradores;

considerando, finalmente, que as repartições regionais responsáveis pela execução do Convênio de 1931, oportunamente consultadas sobre o assunto, nada objetaram quanto às alterações propostas pelo SEEC,

#### RESOLVE:

Art. 1º — Ficam adotados, para a coleta, apuração e apresentação da Estatística do Ensino Primário Geral do Brasil, os boletins Q-2 ME, Q-2 FS, Q-2 CT e Q-2 MI, as fichas de apuração F 1-P P A, F 2-P P T, F 3-P G, F 4-P G, F 5-P E., e F 6-P E. e os modelos de tabulação P P 1 a P P 8, P G 1 a P G 15 e P E 1 a P E 3, elaborados pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único — Os modelos a que se refere este artigo são parte integrante desta Resolução

Art 2º — Os impressos a que se refere esta Resolução serão fornecidos, pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura, a todos os órgãos executores do Convênio de 1931, nos Estados, Distrito Federal e Territórios, e as fichas de apuração somente às repartições que fazem apuração manual

Art 3º — As despesas decorrentes da impressão e implantação do plano de que trata esta Resolução correrão à conta de verba própria do Conselho Nacional de Estatística, nos termos do preceituado no artigo 6º da Resolução n° 610, de 9 de julho de 1954, da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística.

#### RESOLUÇÃO N° 524, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1956

*Abre crédito especial de Cr\$ 100 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — subanexo 2 01 — Secretaria-Geral*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística usando das suas atribuições, e

considerando que é tradicional a participação do Conselho nas festividades natalinas que vêm tornando cada vez maior o espírito de conagração que domina a "família ibgeana";

considerando que esse conagração não deve faltar também entre os que servem ao Serviço Gráfico, órgão integrante do Conselho; considerando o pedido formulado pelo Superintendente do referido Serviço, em promoção protocolada na Secretaria-Geral sob o número 18 866/56;

considerando, finalmente, a inexistência de recursos específicos no orçamento daquele órgão para atendimento do que é pedido,

#### RESOLVE:

Art 1º — E' aberto no Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o crédito especial de Cr\$ 100 000,00 para atender ao custeio das despesas com o conagração da "família ibgeana" no Serviço Gráfico

Art 2º — Os recursos necessários ao crédito de que trata o artigo precedente serão obtidos mediante destaque de resíduos orçamentários de exercícios anteriores

#### RESOLUÇÃO N° 525, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

*Abre o crédito suplementar de Cr\$ 6 660 000,00 e altera as tabelas explicativas do Orçamento do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o exercício financeiro de 1956*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que a Lei n° 27 555 e o Decreto-lei n° 29 604/A, de 16 de abril e 14 de julho, respectivamente, deste ano, majoraram as contribuições de previdência social e os níveis para o salário-mínimo;

considerando que em face de acórdão celebrado entre os Sindicatos dos Empregados e Empregadores Gráficos e homologado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, vigente a partir de 16 de novembro deste ano, nova majoração se verificou nas contribuições da previdência social;

considerando o que consta do expediente protocolado na Secretaria-Geral do Conselho, sob o n° 19 957/56,

#### RESOLVE:

Art 1º — A estimativa da Receita e o limite da Despesa do Orçamento do Serviço Gráfico, no exercício de 1956, aprovado pela Resolução n° 493, de 28 de dezembro de 1955, ficam ampliados em mais seis milhões, seiscentos e sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 6 660 000,00) para atender na parte da Despesa as seguintes majorações:

Custeio	Cr\$
Despesas Industriais	6 140 000,00
Despesas Administrativas e Comerciais	520 000,00
Total	6 660 000,00

Art. 2º — A majoração da Receita em igual importância será realizada com o resultado da produção das oficinas gráficas do Serviço Gráfico no decurso deste exercício

Art 3º — O limite dos adiantamentos por antecipação da Receita de que trata o art. 4º da Resolução JEC-493, citada, fica ampliado para três milhões, duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 3 250 000,00) mensais a partir de 16 de novembro do corrente ano.

**RESOLUÇÃO N.º 526, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1956**

*Aprova o Orçamento do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o exercício de 1957*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando de suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art 1.º — Fica aprovado, para o exercício financeiro de 1957, o Orçamento do Serviço Grá-

fico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante a distribuição constante nos artigos subseqüentes.

Art 2.º — A Receita, estimada em sessenta e cinco milhões, cento e vinte três mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 65 123 700,00) será realizada com os recursos provenientes da exploração industrial das oficinas gráficas e de outras contribuições específicas (anexo 1), sob os seguintes grupos:

**1 — RECEITA**

	Cr\$	Cr\$
11 — RECEITAS INDUSTRIAIS		
111 — Produção das Oficinas Gráficas		63 123 700,00
12 — RECEITAS DIVERSAS		
121 — Receitas patrimoniais	520 000,00	
122 — Receitas extraordinárias	1 480 000,00	2 000 000,00
	<hr/>	<hr/>
Total da Receita		65 123 700,00

Art 3.º — A Despesa fixada em sessenta e cinco milhões, cento e vinte três mil e setecentos cruzeiros (Cr\$ 65 123 700,00) será realizada com o custeio dos serviços industriais e de administração geral, e com as inversões

constantes no plano de aplicação, mediante a distribuição especificada na respectiva tabela explicativa (anexo 2), como a seguir se menciona:

**2 — DESPESA**

**21 — CUSTEIO**

	Cr\$	Cr\$
211 — Despesas Industriais		
1 — Pessoal	35 761 381,80	
2 — Material	19 559 540,30	
3 — Diversos	2 347 135,50	57 668 057,60
	<hr/>	<hr/>
212 — Despesas Administrativas e Comerciais		
1 — Pessoal	4 118 318,20	
2 — Material	620 459,70	
3 — Diversos	1 216 864,50	5 955 642,40
	<hr/>	<hr/>
Total do Custeio		63 623 700,00

**22 — INVERSÕES**

221 — Bens Móveis	1 250 000,00	
222 — Bens Imóveis	250 000,00	
	<hr/>	
Total das Inversões		1 500 000,00
		<hr/>
TOTAL GERAL		65 123 700,00

Art 4.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística autorizada a efetuar adiantamentos mensais até o limite de três milhões duzentos e cinquenta mil cruzeiros (Cr\$ 3 250 000,00), por antecipação da Receita

Parágrafo único — O adiantamento de que trata a presente artigo destina-se a atender às despesas de pessoal e outras de caráter

urgente, de acôrdo com as normas a serem baixadas pela Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística

Art 5.º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do Orçamento sem ultrapassar cada um dos grupos de Despesa

**RESOLUÇÃO N° 527, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1956**

*Aprova o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística do IBGE para o exercício financeiro de 1957*

A Junta Executiva do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições,

**RESOLVE:**

Art 1° — O Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística — IBGE — para o exercício financeiro de 1957, discriminado pelos

**1 — RECEITA ORDINÁRIA**

11 — Receita de Auxílios e Subvenções			427 607 820
12 — Receita da Caixa Nacional de Estatística Municipal			
121 — Sedes:			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Rondônia	148 500		
Acre	142 080		
Amazonas	990 360		
Rio Branco	107 640		
Pará	2 473 500		
Amapá	106 140		
Maranhão	746 430		
Piauí	404 700		
Ceará	2 353 440		
Rio Grande do Norte	1 206 720		
Paraíba	850 920		
Pernambuco	7 907 700		
Alagoas	860 400		
Sergipe	969 240		
Bahia	6 335 640		
Minas Gerais	10 243 020		
Espírito Santo	1 467 360		
Rio de Janeiro	4 290 000		
Distrito Federal	74 647 920		
São Paulo	76 156 200		
Paraná	5 893 920		
Santa Catarina	874 200		
Rio Grande do Sul	13 256 520		
Mato Grosso	190 500		
Goiás	1 379 100	214 002 150	
122 — Agências:			
Rondônia	36 696		
Acre	16 902		
Amazonas	50 340		
Rio Branco	6		
Pará	230 544		
Amapá	2 604		
Maranhão	270 216		
Piauí	305 304		
Ceará	790 452		
Rio Grande do Norte	341 430		
Paraíba	1 124 640		
Pernambuco	1 711 440		
Alagoas	598 908		
Sergipe	329 724		
Bahia	3 561 420		
Minas Gerais	16 328 580		
Espírito Santo	1 448 640		
Rio de Janeiro	11 965 560		
São Paulo	27 566 996		
Paraná	6 592 560		
Santa Catarina	3 425 604		
Rio Grande do Sul	10 476 900		
Mato Grosso	1 556 274		
Goiás	1 792 944	90 523 874	304 526 024
13 — Receita Patrimonial			1 971 382
14 — Receitas Diversas			3 675 058
Total			737 780 284

Art. 3° — A Despesa será realizada, na forma do Anexo n° 2 e subanexos 01 a 52 com a satisfação dos encargos e manutenção dos serviços do Conselho Nacional de Estatística, atendidos o desdobramento e a distribuição seguinte:

**2 — DESPESA ORDINÁRIA**

21 — Secretaria-Geral			192 604 736
22 — Inspetorias Regionais de Estatística Municipal			
221 — Sedes:			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Rondônia	1 701 000		
Acre	2 228 700		
Amazonas	4 623 400		
Rio Branco	1 590 200		
Pará	7 364 800		
Amapá	1 855 600		
Maranhão	7 707 996		
Piauí	5 585 500		
Ceará	9 887 400		

Rio Grande do Norte	5 075 200		
Paraíba . . . . .	7 017 200		
Pernambuco	10 673 700		
Alagoas	5 770 400		
Sergipe	5 033 300		
Bahia	11 737 596		
Minas Gerais	20 106 396		
Espírito Santo	5 565 000		
Rio de Janeiro	9 358 700		
São Paulo	35 781 700		
Paraná	9 343 000		
Santa Catarina	7 428 700		
Rio Grande do Sul	12 718 100		
Mato Grosso	5 056 400		
Goiás	7 123 400	200 333 388	
<b>222 — Agências:</b>			
Rondônia	179 400		
Acre	1 352 700		
Amazonas	3 338 600		
Rio Branco	146 500		
Pará	8 661 600		
Amapá	408 760		
Maranhão	9 950 600		
Piauí	7 738 600		
Ceará	13 120 300		
Rio Grande do Norte	6 944 200		
Paraíba	6 872 300		
Pernambuco	15 532 700		
Alagoas	5 965 500		
Sergipe	6 378 800		
Bahia	23 372 500		
Minas Gerais	63 096 800		
Espírito Santo	5 796 100		
Rio de Janeiro	13 294 700		
São Paulo	71 927 800		
Paraná	14 412 000		
Santa Catarina	10 826 600		
Rio Grande do Sul	25 377 000		
Mato Grosso	6 792 600		
Goiás	12 355 500	333 842 160	534 175 548
<b>23 — Núcleo de Planejamento Censitário</b>			
Total			11 000 000
			737 780 284

Art 4º — O auxílio financeiro destinado aos Departamentos Estaduais de Estatística e Serviços de Geografia e Estatística, no total de doze milhões e quatrocentos mil cruzeiros (Cr\$ 12 400 000,00), será distribuído de acordo com o disposto na Resolução JEC-496 e na sua aplicação obedecido o disposto na Resolução JEC-495 e AG 672

Art 5º — Fica o Presidente do Instituto autorizado a proceder, sempre que necessário, às alterações nas tabelas explicativas do orçamento, sem ultrapassar cada uma das verbas consignadas para o órgão respectivo

**RESOLUÇÃO N° 528, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1956**

*Destaca do Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística do corrente exercício — Subanexo 2 01 para o das Inspetorias Regionais de Estatística a importância de Cr\$ 1 557 000,00*

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, usando das suas atribuições, e

considerando que se faz necessária a ampliação das disponibilidades orçamentárias nas Inspetorias Regionais de Estatística para reforçar a dotação específica da discriminação constante da presente Resolução;

considerando que a referida dotação no orçamento vigente da Secretaria-Geral do Conselho dispõe de recursos suficientes para cobertura do aludido valor,

**RESOLVE:**

Artigo único — É transferida do Orçamento da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística — 1956 — Subanexo 2 01 a importância de Cr\$ 1 557 000,00 a ser destacada da Verba 1 — consignação 1 — Pessoal Permanente — subconsignação 01 — Vencimentos, para

o das Inspetorias Regionais nas verbas, consignações e subconsignações a seguir relacionadas: Inspetorias Regionais de Estatística Municipal

<i>Sedes</i>			
Acre	2 1—03		10 000,00
	3 2—01	60 000,00	
Amazonas	3 2—08	15 000,00	75 000,00
	1 5—01	60 000,00	
Rio Branco	3 1—07	50 000,00	110 000,00
Pará	3 2—08		35 000,00
Maranhão	3 2—08		20 000,00
Piauí	3 2—08		5 000,00
Ceará	1 5—01		120 000,00
Rio Grande do Norte	3 2—08		5 000,00
Paraíba	3 2—08		20 000,00
Alagoas	3 2—08		10 000,00
Sergipe	3 2—08		12 000,00
Minas Gerais	2 1—03	50 000,00	
	3 2—21	150 000,00	200 000,00
Espírito Santo	3 1—10	40 000,00	
	3 1—11	25 000,00	65 000,00
Rio de Janeiro	3 2—08		10 000,00
São Paulo	2 1—03	400 000,00	
	2 2—01	80 000,00	
	2 2—07	50 000,00	
	3 1—09	70 000,00	600 000,00
Santa Catarina	3 2—01		60 000,00
Rio Grande do Sul	1 5—01		30 000,00
<b>TOTAL</b>			<b>1 387 000,00</b>
<hr/>			
<i>Agências</i>			
Rondônia	1 1—01		120 000,00
Acre	1 1—01		50 000,00
<b>TOTAL</b>			<b>170 000,00</b>
<hr/>			
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1 557 000,00</b>

## MULHERES DIPLOMADAS

Nossos avós viveram vida exclusiva do lar, ocupando-se por inteiro dos afazeres domésticos e da educação da prole quase sempre numerosa. Há cinqüenta anos, contavam-se como exceções as mulheres que exerciam atividades profissionais. A esse tempo, uma única carreira lhes parecia aberta: a do magistério primário. A evolução dos costumes, as imposições econômicas da vida moderna trouxeram rápida transformação: as mulheres foram ocupando, um a um, setores de atividades que se constituíam em privilégio masculino. Hoje, assinala-se a presença da mulher por toda parte; nas fábricas e nos escritórios, na burocracia e nos balcões, nos hospitais e no fôro, na diplomacia e na política. Não há, atualmente, atividade que lhe seja inteiramente defesa.

E diga-se, sem nenhum intuito de lisonja, que em todos os setores a mulher tem demonstrado capacidade de trabalho, senso de responsabilidade e espírito de iniciativa.

A estatística registra essa rápida evolução. Recentemente, divulgou o Serviço Nacional de Recenseamento dados curiosos sobre a proporção de mulheres portadoras de diplomas de cursos superiores.

Assim, o número de doutoras, de 6 187 em 1940, subiu, dez anos depois, para 13 837, correspondendo a um crescimento relativo de 224%. Proporcionalmente, enquanto, em 1940, a cada

mulher que concluía o curso superior correspondiam 15 homens, em 1950 a proporção era de uma mulher para 10 homens.

Organizou o referido serviço um quadro pelo qual se pode apreciar melhor a evolução do fenômeno, acompanhando através das idades a variação da proporção entre homens e mulheres diplomados. Entre pessoas de 60 anos ou mais, a proporção, em 1950, se fixa em 31 homens para cada mulher. Proporção que aumentaria se levada em conta a maior mortalidade dos homens.

Essa relação baixa rápida e uniformizante para 20, 15, 12 homens para cada mulher diplomada por idades de 50 a 59 anos, 40 a 49 e 30 a 39. Nas pessoas de menos de 30 anos, e que, por conseguinte, teriam concluído o curso no decênio intercensitário, a proporção é apenas de 4 homens para uma mulher.

Esses dados confirmam a observação diária: o acesso da mulher a numerosos postos na vida profissional e na vida pública tem-se acelerado muito nos últimos anos. Por espírito de independência, para manter-se, para auxiliar o marido, a mulher deixou o recesso do lar e, por toda parte e em todos os setores, luta ao lado do homem, sem privilégios e com eficiência.

Brasília Machado Neto

Publicado no "Jornal do Brasil", do Rio, edição de 28-11-56

## "CENSO DEMOGRÁFICO — BRASIL"

O CONSELHO Nacional de Estatística acaba de editar o volume *Censo Demográfico — Brasil*, constante da publicação sistemática do Recenseamento Geral do Brasil de 1950. A publicação em apêndice totaliza 107 tabelas, contendo dados para o conjunto do País e de cada Unidade da Federação, referentes à população, a famílias e domicílios. Contém ainda o volume informações acerca dos Municípios e Distritos, e das Cidades e Vilas. Os resultados demográficos correspondentes ao Território de Fernando de Noronha estão condensados em apêndice ao referido volume.

O último Censo Demográfico do Brasil foi realizado em 1º de julho de 1950. Os resultados preliminares do Censo tiveram divulgação em março de 1951 (*Sinopse Preliminar do Censo Demográfico*).

A partir de setembro de 1951 o Serviço Nacional de Recenseamento passou a publicar a série *Seleção dos Principais Dados do Censo Demográfico*, reunindo resultados definitivos do levantamento demográfico. Em maio de 1953, com a publicação do volume referente ao Bra-

sil, completava-se o plano previsto para a série, ficando conhecidas as características fundamentais da população brasileira, tais como sexo, idade, cor, estado conjugal, religião, nacionalidade, instrução, atividade etc. Decorridos 34 meses da coleta censitária, o Serviço Nacional de Recenseamento havia apresentado, por intermédio das *Seleções*, constituídas de 23 volumes com o total de 346 000 exemplares, o retrato demográfico do Brasil.

O volume agora editado faz parte do plano final de divulgação do Recenseamento Geral de 1950, que compreende 50 tomos. Além do Censo Demográfico, a publicação final reúne resultados dos Censos Agrícola, Industrial, Comercial, dos Serviços e dos Transportes e Comunicações. Daquele total, 28 tomos estão impressos, encontrando-se 11 outros em impressão. O Núcleo de Planejamento Censitário que ficou com a incumbência de ultimar as publicações do Recenseamento, ativa no momento, a conclusão dos 11 tomos restantes.

Publicado no "Jornal do Brasil" do dia 2-6-1956

# IV SESSÃO DA COINS

**R**EALIZOU-SE em Washington, de 22 de outubro a 2 de novembro, a IV Sessão da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS), órgão do Instituto Interamericano de Estatística, e ao qual está afeta a planificação geral do Censo das Américas de 1960. À reunião compareceram 71 técnicos das nações americanas, além de representantes da ONU, OEA, do Bureau Sanitário Pan-Americano e da Organização Mundial de Saúde.

Para representar o Brasil foram designados os Srs Luiz de Abreu Moreira, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e Armando Rabello, Diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, que viajaram para Washington no dia 17 de outubro.

Os trabalhos da IV COINS obedeceram à seguinte Agenda:

1 *Aspectos gerais*: a) Informe das atividades do Subcomitê da COINS para Censos desde a III Sessão da Comissão; b) Informe da Junta Coordenadora sobre a organização do trabalho desta sessão 2 *Censo de População*: a) Determinação do seu alcance; b) Consideração dos conceitos e definições propostos; c) Consideração das tabulações propostas 3 *Censo de Habitação*: a) Determinação do seu alcance; b) Consideração dos conceitos e definições propostos; c) Consideração das tabulações propostas 4 *Considerações de assuntos relacionados com a planificação, organização e administração censitária* 5 *Consideração da necessidade de treinamento de pessoal para censos e de consultas técnicas que proporcionará ou coordenará o IASI na preparação dos programas censitários nacionais* 6 *Outros assuntos*: a) Próxima sessão da Comissão: lugar e data; b) Outros

*Presidência e Comissões* — Para a presidência da IV COINS foi eleito o Sr Raymond T Bowman (Estados Unidos), e para a vice-presidência, o Sr Luiz de Abreu Moreira. Foram organizados os seguintes Grupos de Trabalho, para apreciar os vários assuntos da Agenda: I *Censo de População*, presidido pelo Sr Omer A Lemieux (Canadá); e dividido em dois sub-grupos: a) Características Gerais; b) Características Econômicas II *Censo de Habitação*, presidido pelo Sr Willburg Jiménez Castro (Costa Rica), e III *Aspectos de planificação censitária e assistência técnica*

*Contribuição do Brasil* — O Brasil contribuiu ativamente para o êxito dos trabalhos da IV COINS, não só pela participação dos seus delegados nos debates, como pela apresentação de estudos sobre os assuntos incluídos na Agen-

da, e que abrangiam os seguintes pontos: Censos de população — sexo, idade, estado civil, lugar de nascimento, nacionalidade legal, alfabetização, nível de educação, população economicamente ativa e não economicamente ativa, ocupação, ramo de atividade, categoria de ocupação, família censitária, população urbana e rural, população dependente da agricultura, emprego e desemprego, idioma, assistência escolar e fecundidade Censo de Habitação — conceitos, definições e tabulações

*Junta Coordenadora da COINS* — Durante a realização da IV COINS foram eleitos os membros da Junta Coordenadora da COINS e do Subcomitê para Censos. A Junta é integrada por cinco membros principais e cinco suplentes, eleitos pelos delegados da COINS, e atua como grupo consultivo da Secretaria-Geral do IASI no interregno das reuniões da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais. Os novos membros da Junta Coordenadora da COINS, para o exercício de 1956-57 são os seguintes:

*Membros principais*: Raymond T Bowman (U S A) — Presidente, Luiz de Abreu Moreira (Brasil) — Vice-presidente, Herbert Marshall (Canadá), Luis Cárcamo Cantín (Chile), Vicente Cecaíra (Guatemala).

*Membros suplentes, na ordem em que foram eleitos*: Jorge Sáenz Olarte (Colômbia), Willburg Jiménez Castro (Costa Rica), Carmen A Miró (Panamá), Rodolfo Flores Talavera (México), Juvenal Utrera Velásquez (Venezuela)

**A**INDA na mesma reunião, procedeu-se à eleição dos membros do Subcomitê da COINS para Censos. O Diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, Armando Rabello, foi reeleito membro do Subcomitê, sendo ainda reeleitos Calvert L Dedrick, dos Estados Unidos e John T. Marshall, do Canadá. O representante dos Estados Unidos foi reconduzido à Presidência do Subcomitê, resultando na seguinte composição:

*Membros principais*: Calvert L Dedrick (U S A) — Presidente, Armando Duarte Rabello (Brasil), John T Marshall (Canadá), Willburg Jiménez Castro (Costa Rica), Jorge Arias B (Guatemala).

*Membros suplentes, na ordem em que foram eleitos*: Abelardo E. Achécar (República Dominicana), Bernardo Ruiz Martínez (Colômbia), Rodolfo Flores Talavera (México), Luisa E Quezada (Panamá), Juvenal Utrera Velásquez (Venezuela).

## RECOMENDAÇÕES DA IV COINS

Como resultado dos seus trabalhos, a IV COINS aprovou um conjunto de recomendações de caráter provisório, relativas aos censos de 1960, sobre habitação, população, administração censitária e assistência e cooperação técnica, sugerindo aos países americanos que tenham em vista ditas recomendações nos trabalhos de preparação dos censos a serem levantados em torno do ano de 1960

Quanto ao Censo de População, essas recomendações podem ser assim resumidas:

*População total:* O conceito de população total deverá corresponder à soma da população recenseada, seja sob a base de *jure* ou de *fato* e estimada (caso de grupos afastados da estrutura sócio-econômica do país), fazendo-se referência especial à inclusão ou exclusão dos seguintes grupos: (a) — Habitantes aborígenes e tribos nômades; (b) — pessoal militar, naval e diplomático e suas famílias, que se encontrem no estrangeiro; (c) — marinheiros mercantes, residentes no país, que se encontrem a bordo em alto mar na data do censo; (d) — outros civis do país que se encontrem temporariamente no estrangeiro, na data do censo; (e) — pessoal militar, naval e diplomático estrangeiro, e suas famílias, que se encontrem no país; (f) — outros civis estrangeiros que se encontrem temporariamente no país na data do censo; (g) — população omitida no processo do recenseamento. Foi recomendada a divulgação em separado dos grupos acima enumerados desde que sejam expressivos em face do número de indivíduos deles integrantes. A diferença dessas recomendações em relação ao critério adotado pelo Brasil no último censo, resultou de não haverem sido considerados os grupos (d), (f) e (g)

*Idade:* A informação referente à idade poderá ser obtida diretamente, mediante anotação da data do nascimento ou do número de anos completados até a data do censo. Para os menores de um ano foi sugerido que a idade fosse expressada em meses. O Brasil adotou, no último censo, as duas modalidades recomendadas e sugeriu que esse fosse o critério a ser seguido pelos demais países. Quanto aos menores de um ano, a Delegação do Brasil julgou desnecessário e inconveniente a anotação da idade em meses, justificando o seu ponto de vista com o fato de haver, no censo de 1950, obtido resultados plenamente satisfatórios com a inclusão do seguinte esclarecimento no "boletim de família" e no "boletim individual": "Se a idade fôr inferior a 1 ano, declarar menos de 1".

*Estado Civil:* Foram recomendados os quatro grupos característicos do estado civil: solteiros, casados, viúvos e divorciados. Quanto aos "casados", foi aprovada a seguinte conceitualização: "Casados, todas as pessoas unidas legalmente seja que vivam com seus cônjuges ou não, incluindo as uniões consensuais". Foi recomendado ainda que, nas tabulações, o grupo

das pessoas unidas consensualmente fôsse divulgado em separado. Na fase da discussão, a Delegação do Brasil opôs-se às conclusões aprovadas, alegando que, em face de preconceitos religiosos, hábitos e costumes da população brasileira, não seria possível dar destaque às uniões consensuais nas tabulações divulgadas. Em face dessa intervenção, o plenário emendou o que havia deliberado o grupo de trabalho, declarando opcional o destaque, nas tabulações, do grupo das pessoas unidas consensualmente

*Lugar de Nascimento e Nacionalidade Legal:* Relativamente ao "Lugar de Nascimento" a população deverá ser discriminada em nascidos no país e nascidos no estrangeiro. Para os nascidos no país, deve indicar-se a divisão territorial maior, tal como estado, departamento, província, etc. Para os nascidos no estrangeiro, ao investigar-se o respectivo país de nascimento, pode usar-se um dos seguintes critérios: (a) — País que declare o recenseado; (b) — País, de acordo com as fronteiras nacionais na data do censo; (c) — País, de acordo com as fronteiras nacionais na data do nascimento do recenseado. O Brasil, em relação aos nascidos no estrangeiro, adotou o critério previsto em (a). Quanto à "Nacionalidade legal", a discriminação abrangerá apenas os nacionais e estrangeiros, distinguindo-se os nacionais por nascimento, dos nacionais por naturalização. Não foi feita nenhuma recomendação sobre pesquisa da cidadania por reconhecer-se tratar-se de tarefa difícil, principalmente tendo-se em conta as alterações de soberania que se verificaram a partir da primeira Grande Guerra Mundial. Em face dessas mesmas dificuldades, o Brasil não enumerou em 1950 os estrangeiros segundo os países de que eram cidadãos

*Alfabetismo:* Foi mantido o conceito adotado por COTA-1950, definindo-se alfabetismo como a habilidade para ler e escrever um parágrafo simples numa língua qualquer. O Brasil adotou essa definição no último censo

*Nível educacional:* A discriminação da população segundo o nível educacional deverá compreender apenas os três grandes grupos: *primário, secundário e superior* (ou universitário). Reconheceu-se ser difícil obter a comparabilidade quanto ao tipo de ensino em face da diversidade de duração dos currículos escolares nos vários países. Foi reconhecido, entretanto, o interesse em que a Secretaria-Geral do IASI estude e formule propostas concretas que permitam recomendações relativas à pesquisa da "classe", tipo ou "espécie" de ensino dentro dos três ciclos educacionais básicos acima enumerados

*População economicamente ativa e não economicamente ativa:* Cada país escolherá o conceito que entender, isto é, "trabalhador remunerado" ou "força do trabalho" devendo, contudo, a aplicação de ambos obedecer às recomendações de COTA-1950. O Brasil, no último censo, afastou-se de ambos os conceitos, aproximando-se mais, entretanto, do de "trabalhador remunerado". Indagou apenas a "ocupação habitual" na data do censo, sem pesquisar a

O Sr. Luiz de Abreu Moreira, Secretário-Geral do CNE, em visita à IBM, em New York.

duração mínima do trabalho durante o ano terminado na data do censo. Quanto aos membros ocupados de estabelecimentos ou comunidades religiosas, recomendou COTA-1950 que os mesmos não fôsem computados na população economicamente ativa. A delegação do Brasil fez objeções a êsse critério, entendendo que se o estabelecimento dedicar-se a uma atividade econômica objeto do censo, as pessoas nêle empregadas devem ser consideradas integrantes do grupo das pessoas economicamente ativas. Quanto às pessoas não economicamente ativas, foi recomendado que os países que o considerem apropriado, também adotem a classificação opcional da população de acôrdo com os seguintes grupos: (a) Pessoas que cuidam do lar; (b) Pessoas que recebem rendas; (c) Estudantes; (d) Reclusos de instituições penais, mentais, etc.; (e) Outros. O Brasil adotou essa discriminação em seu último censo. Adiou-se para outra reunião da COINS a decisão sôbre a comparabilidade interamericana da população economicamente ativa, recomendando-se aos países que, em seus censos experimentais, consideram a possibilidade de incluir a informação sôbre a duração total da atividade do recenseado em tôdas as ocupações remuneradas que haja exercido durante o ano terminado no dia do censo, ao mesmo tempo que investiguem as características econômicas da população ativa segundo o conceito de "fôrça do trabalho".

**Ocupação:** A ocupação foi definida como sendo a profissão, o ofício ou classe de trabalho exercido pelo indivíduo, sem levar em conta o ramo de atividade econômica em que se encontra ou sua posição na ocupação. Para assegurar a comparabilidade interamericana da informação sôbre ocupações, os países, ao desenvolverem suas classificações de ocupação, o devem fazer tendo em conta sua convertibilidade à classificação que se adote sob o Programa do Censo das Américas de 1960, a qual será conversível à da "Classificación Internacional Uniforme de Ocupaciones" (CIUO). Foi recomendado ainda aos países: (a) que continuem fazendo estudos sôbre suas classificações de ocupações com o fim de dispor de material adequado para facilitar a revisão da classificação ocupacional de COTA-1950, a qual se manterá até que se aprove a classificação que está sendo preparada pela Organização Internacional do Trabalho; (b) que os países preparem com a base dos últimos censos e dos censos experimentais um índice alfabético de ocupações com suas respectivas posições na classificação nacional e nas chaves de conversão da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações e enviem dito índice à Secretaria do IASI para sua posterior utilização na preparação de um índice alfabético interamericano de ocupações:

**Ramo de atividade econômica:** Reconheceu-se que para fins de comparabilidade inter-



americana conviria desenvolver uma classificação de ramos de atividade econômica, que sendo conversível à CIUO, ofereça mais detalhes que o que êste contém ao nível do primeiro dígito, porém menos a que corresponda ao nível de dois dígitos. Foi recomendado aos países, que, como contribuição para melhoria da classificação das atividades econômicas, nos censos realizados ou nos experimentais que venham a realizar, elaborem índices alfabéticos de tôdas as atividades econômicas, com as respectivas posições na classificação nacional e as chaves de conversão à classificação internacional (CIUO).

**Posição na ocupação:** Admitiu-se que ainda não estão suficientemente esclarecidos os objetivos visados na investigação da "Posição na ocupação". Foi sugerido, por isso, aos países americanos que, nos censos experimentais que venham a realizar, usem em matéria de posição na ocupação o mínimo censitário interamericano de 1950 ou uma das duas classificações propostas pelas Nações Unidas, a saber:

**Classificação A:** Empregadores — Trabalhadores por própria conta — Empregados por sôldo ou salário — Trabalhadores familiares não remunerados — Membros de cooperativas de produção — Pessoas não classificadas.

**Classificação B:** 1. População economicamente ativa dedicada à agricultura: Produtores

agrícolas (proprietários) — Produtores agrícolas arrendatários ou parceiros) — Trabalhadores agrícolas por ordenado ou salário — Trabalhadores agrícolas membros da família não remunerados — Membros de cooperativas de produção — Outras pessoas não classificadas — 2. População economicamente ativa dedicada a atividades não agrícolas: (a mesma classificação A).

*Família censitária e grupo não familiar:* Foi definida a família censitária como sendo a constituída por todos os ocupantes de um domicílio particular ou privado, este último tal como seja definido censo de habitação. Por sua vez as recomendações sobre "Censo de Habitação" definiram o domicílio como sendo todo local ou recinto estruturalmente separado ou independente que haja sido construído, feito, convertido ou disposto para fins de alojamento permanente ou temporário de pessoas. COTA-1950 havia dado dois conceitos diferentes para o censo dos domicílios. A deliberação agora adotada estabeleceu uma só definição que, por sua vez, define a família censitária. O Brasil, em seu censo de 1950, adotou o critério que agora vem de ser recomendado por COINS

O grupo não familiar foi definido como representando todos os ocupantes de um domicílio coletivo, segundo fique definido no "Censo de Habitação". Esta definição é de que o domicílio coletivo representa um conjunto de quartos, ou um quarto, localizados em um edifício ou outra estrutura qualquer que, por seu arranjo estrutural e facilidades disponíveis é usado ou está destinado a ser usado como lugar de alojamento especial por um conjunto de pessoas usualmente sem vínculos familiares e que fazem vida em comum por razões de disciplina, de saúde, de ensino, de vida religiosa, militar, etc. Todavia ficou pendente de decisão o critério a adotar para considerar como domicílio coletivo um domicílio particular segundo o número de hóspedes abrigados pelo chefe da família censitária.

*População urbana e rural:* A definição desse conceito ficou dependendo de futuros estudos a serem realizados pelo IASI e outros organismos internacionais.

*População dependente da agricultura:* Não foi formulada nenhuma recomendação específica. Em vista das dificuldades conceituais e operacionais que até o momento se apresentaram na identificação dos grupos da população dependente dos grandes setores de atividade econômica, foi sugerido que o IASI prepare um documento que resuma as experiências dos países em relação aos censos efetuados e aos que em caráter experimental possam realizar para que, em consulta com o Departamento de Estatística das Nações Unidas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e os países americanos se possa formular um conjunto de recomendações para ser submetido na próxima reunião da COINS. A Delegação do Brasil, ao discutir o assunto, firmou seu ponto de vista a respeito da desnecessidade de uma recomendação sobre o tópico

de vez que, mediante indagação específica no questionário de coleta a respeito da dependência econômica das pessoas não economicamente ativas, a tabulação dos resultados, por ramo de atividade, permitiria conhecer, não só o grupo da população total dependente da agricultura, como, igualmente, de outros grandes setores de atividade econômica.

*Emprego e desemprego:* O tópico não foi considerado como mínimo interamericano. Não obstante, foi recomendado aos países que investiguem o conceito de desemprego e que apliquem a definição adotada pela Oitava Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho, segundo a qual as pessoas compreendidas no desemprego serão todas aquelas que tenham mais de certa idade especificada e que, em um determinado dia ou semana se achem nas seguintes categorias: (a) Os trabalhadores disponíveis para o emprego cujo contrato de trabalho haja terminado ou esteja suspenso temporariamente, que estejam sem emprego e procurando trabalho remunerado durante um breve período especificado, com preferência uma semana; (b) as pessoas que nunca hajam estado empregadas e aquelas cuja categoria de ocupação mais recente seja distinta da de assalariado (isto é, antigos empregadores, etc.) juntamente com as que se acham aposentadas e estejam disponíveis para o trabalho, no curso do período especificado e estejam procurando trabalho remunerado; (c) as pessoas sem emprego no período referido e que se achem disponíveis para trabalhar e hajam obtido um novo emprego que deva começar em uma data subsequente ao período mencionado; (d) as pessoas que hajam sido suspensas temporariamente ou indefinidamente, sem perceber remuneração. Não se consideram desempregadas as pessoas compreendidas nas seguintes categorias: (a) as que tenham o propósito de estabelecer por sua conta um negócio qualquer ou exploração agrícola, porém que não hajam tomado medidas nesse sentido e que não estejam procurando trabalho remunerado; (b) os antigos trabalhadores familiares não remunerados que não estejam trabalhando nem procurando trabalho remunerado.

*Idioma, assistência escolar e fecundidade:* Não foi feita nenhuma recomendação específica a respeito do tópico, o qual não foi considerado como mínimo interamericano. A Delegação do Brasil, opinou contrariamente a decisão sobre fecundidade, por considerar do mais alto interesse a investigação, principalmente para estudos demográficos, reportando-se, à guisa de justificação, às análises e estudos levados a efeito pelo Laboratório de Estatística do Conselho Nacional de Estatística.

**R**ELATIVAMENTE às tabulações do "Censo Demográfico", foram recomendadas as seguintes:

*População total:* A população recenseada será tabulada por sexo, segundo divisões territoriais principais e divisões territoriais menores. A população da capital do país e das cidades principais também deverá ser tabulada por

sexo Quando o dado se refira à população de uma "área metropolitana", é conveniente apresentar, separadamente, o dado da população correspondente a cada uma das cidades e das outras áreas compreendidas na "área metropolitana"

*Idade:* A população recenseada deverá ser discriminada em urbana e rural, por sexo e anos simples de idade, até 100

*Estado civil:* A tabulação, segundo o estado civil, será feita por sexo e pelos seguintes grupos de idade: Menores de 15 anos, 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54, 55-59, 60-64, 65-69, 70-74, 75 e mais anos e idade não declarada Sempre que seja possível, os países divulgarão com destaque, em relação aos casados, as uniões consensuais

*Lugar de nascimento:* Quanto à população nascida no país, deve ser tabulada por sexo, segundo as divisões territoriais principais de nascimento A população constituída de naturais do país e de estrangeiros será tabulada por sexo e pelos seguintes grupos de idade: Menores de 1 ano; 1-4, 5-9, 10-14, 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54, 55-59, 60-64, 65-69, 70-74 e 75 e mais anos e idade não declarada

*Nacionalidade legal:* A tabulação deve ser feita por nacionalidade legal e sexo Os países que o considerem de interesse poderão tabular opcionalmente a nacionalidade legal pelos seguintes grupos de idade: Menores de 5 anos, 5-14, 15-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-74 e 75 anos e mais e idade não declarada

*Alfabetismo:* Foi recomendada a tabulação da população de 15 anos e mais, distribuída em urbana e rural, por sexo e os seguintes grupos de idade: 15-19, 20-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-74 e 75 anos e mais e idade não declarada

*Nível de educação:* Recomendou-se a tabulação da população de 15 anos e mais, segundo os seguintes grupos de idade, por sexo: 15-19, 20-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-74, e 75 anos e mais e idade não declarada

*População economicamente ativa e não economicamente ativa:* A distribuição da população deverá ser feita, pela situação no domicílio (urbana e rural), segundo os seguintes grupos de idade: Menores de 15 anos, 15-19, 20-24, 25-29, 30-34, 35-39, 40-44, 45-49, 50-54, 55-59, 60-64, 65-69, 70-74, 75 anos e mais e idade não declarada

*Ocupação:* A população economicamente ativa deve ser tabulada por grupo de ocupação, sexo e grupo de idade A classificação segundo a ocupação deve ser conversível aos grupos principais da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações que esteja disponível para os censos de 1960.

*Ramos de atividade econômica:* A população economicamente ativa será ainda tabulada por ramo de atividade econômica, sexo e grupos de idade A classificação segundo ramos de ati-

vidade econômica deve ser conversível às divisões da Classificação Industrial Internacional Uniforme de todas as Atividades Econômicas, que esteja disponível para os Censos de 1960. A classificação segundo grupos de idade deve ser a seguinte: Menores de 15 anos, 15-19, 20-24, 25-34, 35-44, 45-54, 55-64, 65-74, 75 anos e mais de idade não declarada

*Posição da ocupação:* Foi adiada a decisão sobre as tabulações do tópico

*Família censitária e grupo não familiar:* Foi adiada, igualmente, a decisão a respeito das tabulações relativas ao tópico

*População urbana e rural:* Recomendada a tabulação do tópico distribuída segundo a situação no domicílio (urbana e rural), por sexo e anos simples de idade, recomendando-se uma outra tabulação por sexo segundo os seguintes grupos de magnitude das localidades: 500 000 habitantes ou mais: 100 000-500 000; 25 000-100 000; 10 000-25 000; 5 000-10 000, 2 000-5 000; 1 000-2 000; 500-1 000; menos de 500 habitantes; áreas não classificadas

*População dependente da agricultura:* Não foi feita recomendação alguma, já que a proposta no programa provisório revisado pelas Nações Unidas não foi discutida por ser de segunda prioridade (opcional)

No que diz respeito ao "Censo de Habitação", foi adotada a seguinte lista de temas para o mínimo interamericano: *Dados do prédio ou edifício:* 1 Localização (estado, província, distrito, cidade, rua, número, etc.); 2 Domicílios particulares ou privados — (Número) *Dados do Domicílio:* 1 Quartos (número); 2 Ocupantes (número); 3 Forma de ocupação; 4 Água; 5 Serviço Higiénico; 6 Iluminação e 7 Tipo do domicílio] Quanto às tabulações, foi recomendado aos países americanos que elaborem tabulações cruzadas e que sempre que seja possível as apresentem separadamente, pelo menos, para as áreas urbanas e rurais Foram sugeridas as seguintes tabulações: 1 Número de domicílios por tipo segundo o total de ocupantes; 2 Classificação dos domicílios particulares segundo o número deles nos edifícios respectivos, compreendendo: 1 só domicílio; 2-9, 10-19, 20-29, 30 e mais e não declarado. 3 Domicílios particulares ocupados pela forma de ocupação (ocupados por proprietários, por inquilinos e sob outra forma), segundo o número de quartos (1 quarto; 2, 3, 4, 5, 6, 7 e mais e não declarado) 4 Domicílios particulares ocupados segundo o número de ocupantes, com indicação dos que dispõem ou não de água corrente, serviço higiénico e iluminação [Número de ocupantes: 1 ocupante; 2, 3, 4, 5, 6, 7 e mais e não declarados; Água corrente: água corrente dentro do domicílio; água corrente fora do domicílio e dentro do edifício; água corrente fora do edifício e sem água corrente Serviço higiénico: Com inodoro de uso privado; com inodoro de uso comum ou coletivo; com outro tipo de serviço higiénico e sem serviço higiénico de nenhum tipo Iluminação — (Com iluminação

elétrica, sem iluminação elétrica) 5 Domicílios particulares ocupados classificados pela forma de ocupação segundo a média de ocupantes por quarto

No âmbito da "Administração censitária", dentre as recomendações e sugestões feitas pela IV COINS, destacou-se a proposta da Secretaria do IASI no sentido de preparar uma série de documentos que tratem de aspectos específicos relacionados com a administração censitária, incluindo principalmente aqueles que se refiram à organização e planificação destinada a fornecer aos países contribuição que lhes permita adotar decisões que melhor atendam às necessidades nacionais. Para isso, foi aprovada a seguinte lista de tópicos: 1 Plano censitário — 2 Legislação censitária — 3 Métodos de elaboração e controle de orçamentos censitários — 4 Organização censitária — 5 Aspectos geográficos — 6 Data e periodicidade do censo — 7 Seleção, capacitação e treinamento do pessoal censitário — 8. Material censitário, excluindo o destinado à coleta de informações — 9 Boletim censitário e instruções para os recenseadores — 10 Métodos de recenseamento — 11 Elaboração dos dados censitários: crítica e codificação, tabulação e divulgação dos resultados censitários — 12 Relações públicas em matéria censitária — 13 Avaliação e análise dos dados censitários — 14 Técnicas de censos experimentais — 15 Uso de amostragem nos censos

**E**M FACE do desenvolvimento do programa do Censo das Américas de 1960, a IV Sessão da COINS decidiu ainda fazer algumas outras recomendações importantes, dentre elas se destacando a que estabelece que as III e IV Sessões do Subcomitê da COINS para censos se realizem em fevereiro e outubro de 1957, respectivamente, e que a V Sessão da COINS se celebre em novembro do mesmo ano e da respectiva agenda conste como um dos tópicos principais a discussão e aprovação dos conceitos e tabulações mínimas do Censo Agropecuário de 1960, tomando em consideração as recomendações mundiais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação e o ponto de vista interamericano formulado pelo Subcomitê para Censos com base na consulta regional

*Encerramento dos trabalhos* — No dia 2 de novembro, realizou-se na sede da Organização dos Estados Americanos a sessão de encerramento dos trabalhos da IV COINS. Coube ao delegado do Brasil, Sr. Luiz de Abreu Moreira, proferir o discurso de encerramento, em nome das delegações presentes. Foram as seguintes as palavras do Secretário-Geral do CNE:

"Por extrema gentileza dos dedicados companheiros desta reunião interamericana e no momento em que nos preparamos a fim de voltar ao recesso do nosso lar e às nossas lutas cotidianas, fui honrado com a incumbência de interpretar as manifestações de agradecimento de todos nós pela simpática e fraternal acolhida que nos foi dispensada durante os trabalhos que vimos de realizar. Procurarei fazê-lo, embora da forma mais resumida e singela. De nossa parte, seria faltar ao cumprimento de um tão grato dever se a palavra do Brasil não se fizesse ouvir, por sua delegação, neste ple-

nário que, por aclamação nos distinguiu e nos elevou à vice-presidência do conclave, elegendo ainda a nossa representação para a vice-presidência da Junta Coordenadora e o Subcomitê de Censo. Eis, porque, inteiramente à vontade, tomarei um pouco de vossa atenção para estas breves palavras

As sessões da COINS, se não bastassem para expressar-lhes o alto significado da valiosa contribuição que trazem as Américas para que se conheçam a si mesmas, teriam a enaltecê-lhe o mérito o fato de contribuírem para a maior aproximação dos que habitam neste hemisfério

Aqui reunidos e simbolizados, povos de todas as latitudes e longitudes do Novo Mundo, que, perfeitamente irmanados nesta IV Sessão da COINS entrelaçaram seus pensamentos e suas ações, em busca do rumo comum, que tem sido a tão decantada comparabilidade da estatística interamericana

Por força deste contacto, temos tido ocasião de sentir em que estamos defasados e em que estamos sincrônicos, constituindo essa afeição de pensamento e atitude um estímulo à unidade do nosso mundo

É ao IASI que cabe essa esplêndida colaboração para a maior comunicabilidade dos povos americanos, alcançando no terreno da técnica o que representa um verdadeiro anseio permanente de nossos países. Não fora a coordenação desse extraordinário órgão técnico, não teríamos, muitos de nós, a possibilidade de tão estreitamente conviver, aqui vindo aprender na experiência alheia e aqui vindo oferecer um contingente a ser difundido no exercício da técnica estatística

Por todas essas razões e por outras que nos escapam neste momento, rendemos nossa homenagem à entidade que é o IASI, que preside essa tarefa sob tão alta e cívica inspiração.

Aos que aqui nos acolheram, os irmãos dos Estados Unidos da América do Norte, não poderíamos deixar de agradecer-lhes a carinhosa acolhida e a constante assistência que dispensaram a todos nós

Devemos-lhes gratidão ainda pelos evidentes esforços que fizeram desenvolver, sob a égide da confraternização continental, para que, em condições ideais, tivéssemos o nosso convívio e cumpríssemos a tarefa comum

Foi no salão de conferências do Departamento de Estado do Governo desta grande nação irmã que se desenvolveram os nossos trabalhos, ou seja, no mesmo recinto onde conclaves do maior interesse econômico, financeiro e estratégico, deste hemisfério e do mundo em geral, se fizeram realizar. Eis aí o testemunho da melhor acolhida que nos poderia ter sido dada

A par de nos haverem proporcionado excelentes meios de ordem material, aqueles que nos hospedam fizeram colocar à nossa disposição todos os recursos da sua avançada técnica e da sua robusta experiência, objetivando facilitar-nos os encargos que temos sob a nossa responsabilidade, além de oferecer-nos a sua assistência técnica e bem assim a oportunidade do indispensável e profícuo treinamento especializado de pessoal

Queremos, igualmente, registrar o nosso reconhecimento e a nossa sincera admiração pelo excepcional trabalho realizado pelo "staff" do IASI na elaboração dos magníficos documentos que serviram de base para a discussão dos vários assuntos debatidos e ainda pelo excelente padrão dos trabalhos de coordenação realizados pela sua Secretaria-Geral e pela constante preocupação de todos os seus funcionários em proporcionar-nos melhores condições possíveis para o desempenho de nossas atividades

Ao Senhor Secretário-Geral do IASI, nosso estimado companheiro Tulo Hostilino Montenegro, rendemos a nossa homenagem do maior apreço e admiração, pelo descortínio, inteligência e brilhantismo com que se houve durante a Conferência que ora se encerra

Ao finalizar, esperando haver podido expressar de forma singela o pensamento de todos os meus caros companheiros, a eles ora me dirijo, manifestando, nesta oportunidade, o quanto nos honrou o seu convívio, formulando, em nome do Brasil, os mais ardentes votos pela unidade cada vez mais intensa da fraternidade interamericana"

Finda a sessão de encerramento, realizou-se no mesmo local uma recepção oferecida pelo IASI aos membros das delegações à IV COINS

*Visitas a órgãos técnicos* — Durante a Sessão, e de acordo com o programa elaborado pelo IASI, os delegados visitaram o "Bureau of the Census", do Governo Americano, que percorreram demoradamente; e o "Bureau of Labor Statistics", que lhes ofereceu uma recepção.

Tendo em vista os problemas relacionados com o planejamento e execução do Recenseamento Geral de 1960, o Sr Luiz de Abreu Moreira realizou entendimentos no sentido de assegurar maior assistência técnica ao CNE, sobretudo no campo da amostragem.

O assunto foi debatido com os Srs Raymond T Bowmann, diretor-assistente do "Statistical

Standards Bureau of the Budget" e Calvert L Dedrick, Coordenador Internacional do "Bureau of the Census" e ainda o Sr H S. Phillip, Conselheiro de Administração Pública para a América Latina.

Dos entendimentos havidos ficou assentada, em princípio, a designação de um técnico norte-americano em amostragem para, durante dois anos, servir junto ao Núcleo de Planejamento Censitário, colaborando, na qualidade de consultor para assuntos relacionados com a amostragem estatística, e prestando ainda ajuda no treinamento de pessoal. Também ficou assentado, em princípio, o treinamento, no "Bureau of the Census", de técnicos brasileiros em assuntos censitários, até o número de 6, sendo 3 em técnica de amostragem e 3 em assuntos relacionados com a administração e técnica censitária

## I REUNIÃO DOS INSPETORES REGIONAIS

COM o objetivo de debater problemas específicos das respectivas Inspetorias, bem como examinar questões técnicas e de rotina pertinentes aos levantamentos estatísticos em execução ou já planejados, reuniram-se nesta Capital, em novembro, os Inspetores Regionais de Estatística, convocados pela Secretaria-Geral do CNE.

Para maior eficiência dos trabalhos, foram as Inspetorias Regionais divididas em três grupos, que se reuniram em datas diferentes.

A agenda dos trabalhos compreendia os seguintes assuntos: I. Divisão Territorial; II. Tábuas Itinerárias Brasileiras; III. Dicionário dos Municípios; IV. Documentação Municipal; V. Resenhas Informativas Mensais; VI. Inquéritos Econômicos; VII. Registro Industrial; VIII. Campanhas Estatísticas.

O primeiro grupo de Inspetores reuniu-se de 5 a 9 de novembro, e dele fizeram parte os srs. Artur Ferreira (Bahia), Hildebrando Martins da Silva (Minas Gerais), Francisco de Paula Lima Steele (Rio de Janeiro), Vlademir Pereira (São Paulo), Raimundo Nobre Passos (Paraná) e Aroldo Caldeira (Santa Catarina).

A reunião do segundo grupo prolongou-se do dia 12 ao 16, participando dos trabalhos os srs. Enio Alvim de Moura (Rio Grande do Sul), Raul Figueiredo Rocha (Ceará), João Alfredo Freire (Rio Grande do Norte), José Franklin Casado de Lima (Alagoas), Francisco Junqueira (Sergipe), Adolfo Frejat (Espírito Santo), Joffre Borges de Albuquerque (Paraíba), João Alfredo Freire (Pernambuco).

O terceiro e último grupo reuniu-se, finalmente, dos dias 19 a 23, e dele faziam parte os srs. Cid Craveiro Costa (Mato Grosso), Célio Fonseca (Goiás), Francisco Valadares Filho (Amazonas), Francisco Cronje da Silveira (Pará), Artur Dias de Paiva (Maranhão) e Benedito Afonso de Lima (Piauí).

Os trabalhos da I Reunião de Inspetores Regionais foram presididos pelo Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, e tiveram a direção geral do Secretário-Geral, substituído do CNE, sr. Valdemar Cavalcanti.

Foram tomadas, durante a I Reunião, numerosas medidas relacionadas com melhor sistematização dos processos de trabalhos e a coordenação de esforços para a realização de várias tarefas programadas pela direção do IBGE.

Aspecto de uma das mesas-redondas com os Inspetores Regionais





Outra mesa-redonda, presidida pelo Prof. Jurandyr Pires Ferreira, presidente do IBGE

## ATIVIDADES DA JEC

★ 3 de outubro, sessão ordinária — O Sr. Presidente comunicou que deveriam seguir brevemente para os Estados Unidos os Srs. Luiz de Abreu Moreira e Armando Rabelo, respectivamente Secretário-Geral do CNE e diretor do Núcleo de Planejamento Censitário, que iam representar o Brasil na IV Sessão da COINS.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com o "Journal do Commercio", pelo transcurso do aniversário de sua fundação; b) aprovou o projeto do Quadro de Apresentação dos Inquiritos Espe-

ciais sobre Transportes e Comunicações, do Censo de 1950; c) determinou que a Secretaria-Geral apresentasse projeto de Resolução ratificando a Resolução n.º 483, da Assembléa-Geral do CNG; d) concedeu isenção da taxa de Estatística a espetáculos beneficentes que preenchiam as condições mínimas exigidas.

Publicações distribuídas: *Aspectos da economia agropecuária, 1940/1950* — do Núcleo de Planejamento Censitário; *Estudos demográficos n.º 181: Distribuição territorial dos estrangeiros e brasileiros naturalizados no Brasil em 1950* —

Outro grupo de Inspectores Regionais, reunidos em mesa-redonda, na Secretaria-Geral





**NO BRASIL UMA DEMÓGRAFA NORTE-AMERICANA** — Em reunião especial, realizada no dia 7 de dezembro, a Junta Executiva Central do CNE recebeu a visita da Sra. Irene Teauber, Diretora do Departamento de Estudos Demográficos da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos. Saudaram a a ilustre visitante os Srs. Germano Jardim, do Ministério da Educação e Cultura, e o Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE. Ao agradecer, a Sra. Irene Teauber declarou-se impressionada com o progresso do sistema estatístico brasileiro e mostrou-se sensibilizada pelas manifestações de hospitalidade que recebeu em nosso país.

Na foto, um flagrante da sessão

do Laboratório de Estatística; *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas* — do Laboratório de Estatística; *Quixadá* — monografia municipal, da DDD; *REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA*, n.º 66; *Produção industrial do Rio Grande do Norte em 1954* — da DLE; *Boletim de Serviço* n.º 220

★ 10 de outubro, sessão extraordinária — O Sr. Secretário-Geral comunicou à Casa a posse do novo Inspetor Regional de Pernambuco, Sr

João Alfredo Freire; a instalação e funcionamento da equipe de Apuração do Registro Industrial, e aludiu ao problema do Núcleo Residencial para o pessoal do Serviço Gráfico do IBGE, esclarecendo ser pensamento da Secretaria realizar um concurso entre arquitetos para o seu planejamento. O Sr. Presidente teceu considerações sobre o assunto, sugerindo fôsse adotado para aquêlê Núcleo o sistema de "falanstério". A sugestão, depois de discutida por vários dos Srs. Conselheiros, foi aprovada

**REUNIÃO DOS INSPETORES REGIONAIS** — O Prof. Jurandyr Pires Ferreira, na presidência dos trabalhos





**ALMÔÇO DE CONFRATERNIZAÇÃO** — Após a última sessão da Junta Executiva Central em 1956, realizada no dia 28 de dezembro, houve um almôço de confraternização no Serviço Gráfico do IBGE, com a presença do Presidente do Instituto, dos secretários-gerais dos dois Conselhos, de diretores do CNE e do CNG, além de convidados especiais. Falaram o sr. Dyrno Pires Ferreira, Superintendente do Serviço Gráfico, e o sr. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE. Na foto, vê-se o Presidente quando discursava, tendo à sua direita D. Dulce Meurer, diretora do SEP; o sr. Luiz de Abreu Moreira, Secretário-Geral do CNE; sr. Afonso Almiro, Diretor da Despesa Pública; e à esquerda, D. Gláucia Weinberger, do SEEF, e o sr. Virgílio Correia Filho, Secretário-Geral do CNG

A Junta tomou as seguintes deliberações:

a) aprovou votos de congratulações com o Instituto Nacional do Livro, pelos convênios firmados com as Prefeituras do interior para a instalação de bibliotecas municipais; com o Ministério da Viação, pela portaria que reduz tarifas postais para livros e publicações; com o Prefeito de Quixadá, por haver incluído no Orçamento Municipal verba para construção de sede para a Agência Municipal de Estatística;

b) concedeu isenção da taxa de Estatística a espetáculos beneficentes que satisfaziam aos requisitos mínimos.

Publicações distribuídas: *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas, Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 42 mercadorias exportadas nos anos de 1953 a 1955, conforme os valores em dólares* — do Laboratório de Estatística; *Território de Rondônia*, monografia — da DDD; *Ceará, registro industrial em 1954, Inquéritos econômicos, junho de 1956* — da DLE; *Boletim de Serviço n.º 221*; *Estimativa da produção de batata inglesa, algodão em carvão, pluma e carvão de algodão, cana de açúcar, maçã, milho, em 1956* — do SEP; *Mensário Estatístico n.º 62* — do SEEF.

★ 17 de outubro, sessão ordinária — O Sr. Presidente expressou o regozijo da Junta pelo retorno, aos trabalhos, do Sr. Alberto Martins. O Sr. Augusto Bulhões sugeriu que as verbas dos serviços centrais de estatística ficassem globalmente empenhadas em favor do Serviço Gráfico, no que concerne à divulgação estatística. O Sr. Secretário-Geral comunicou que deveria viajar, nesse mesmo dia, para os Estados Unidos, para representar o Brasil na IV Sessão da COINS, e que assumiria a Secretaria, durante sua ausência, o substituto legal, Sr.

**POSSE** — Em solenidade realizada na Secretaria-Geral do CNE, no dia 21 de novembro, tomou posse no cargo de Inspetor Regional de Estatística no Território Federal do Rio Branco o sr. Adão Oliveira Medeiros. O ato foi presidido pelo Prof. Jurandyr Pires Ferreira, achando-se presentes os srs. Valdemar Cavalcanti, Secretário-Geral substituto do Conselho, e outras autoridades. Na foto, um aspecto da cerimônia, no momento em que falava o Presidente do IBGE

Valdemar Cavalcanti, diretor de Documentação e Divulgação.

A Junta aprovou os seguintes votos: a) de congratulações com a UNESCO, pelo transcurso do aniversário de sua fundação; b) de regozijo, pelo transcurso do Dia das Américas; c) de congratulações com a Secretaria-Geral e com a Diretoria de Divulgação e Documentação pelo lançamento da "Coleção Teixeira de Freitas".

Foram distribuídas as seguintes publicações: *Vida e Morte nas Capitais Brasileiras* — da DDD; *Ponte Nova*, monografia municipal — da DDD; *Revista Brasileira dos Municípios*, n.º 34 — da DDD; *Estatística do culto católico romano, 1946-1950*, do SEDMP; *Exportação do Paraná por vias internas, 1955* — da DLE; *Boletim de Serviço n.º 222*; *Estudos demográficos n.º 184: ensaio de cálculo da taxa de reprodução para a população do Brasil* — do Laboratório de Estatística; *Estimativa da produção de batata doce, laranja, melancia e melão, 1956* — do SEP;





**DELEGACIA DO IBGE EM BRASÍLIA** — Tendo em vista o ritmo acelerado em que se processam os trabalhos de transferência da nova Capital Federal, o IBGE já está estudando planos para a instalação, em Brasília, de uma Delegacia, através da qual dará àquele notável empreendimento o mais decidido apoio. Serão ali instaladas uma biblioteca, uma agência de estatística, uma oficina impressora e uma estação de rádio. Na foto, a maquete do edifício da Delegacia, projetado pelo Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE.

*Óleos e gorduras vegetais, 1951-55* — do SEP;  
*Resultados dos subprodutos de óleos e gorduras vegetais, 1955* — do SEP

★ *24 de outubro, sessão extraordinária* — O Sr. Presidente comunicou que determinara a convocação, em grupos, dos Inspectores Regionais, para discutir vários assuntos, entre os quais os levantamentos estatísticos e a organização do "Dicionário Brasileiro dos Municípios". O Sr. Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) foi dado o nome de Teixeira de Freitas a escolas públicas nos municípios de S. João dos Patos, Presidente Dutra e Primeira Cruz (Maranhão), e a logradouro público no município de Belmonte (Bahia); b) foram concluídos pela IR do Ceará entendimentos com as Prefeituras de Brejo Santo, Quixadá e Paracuru, para a instalação da Agência de Estatística em prédio próprio; c) o INIC vai publicar, em vários idiomas, algumas das monografias municipais já editadas pelo CNE.

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou os seguintes votos: de regozijo, pelas comemorações do Ano Santos Dumont; de pesar, pelo falecimento do Sr. Raul Araújo Coelho, antigo servidor do SEEC; de congratulações — com a ONU, pelo transcurso do aniversário da sua fundação; com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela passagem do 118º aniversário da sua fundação; com os municípios de Capelinha, Catalão, Colatina, Paranavaí e Tupã, por terem sido eleitos os municípios mais progressistas de 1955, em concurso patrocinado pelo IBAM.

Publicações distribuídas: *Observações acerca do inquérito sobre o número dos filhos tidos pela mulher nos dois últimos censos do Brasil* — do Laboratório de Estatística; *Quadros sintéticos da produção do açúcar em 1956/57* — do Instituto do Açúcar e do Alcool; *Cachoeira do Sul*, monografia municipal da DDD;

★ *31 de outubro, sessão extraordinária* — O Sr. Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) fôra eleito vice-presidente da IV Sessão da COINS o delegado brasileiro, Sr. Luiz de Abreu Moreira; b) estavam sendo tomadas todas as medidas necessárias à boa marcha da I Reunião de Inspectores Regionais; c) convidou os Srs. Conselheiros para a posse do novo Inspetor Regional no Rio Grande do Sul, naquele dia, na Secretaria-Geral.

A Junta baixou as seguintes Resoluções: n.ºs 516, 517, 518, 519 e 520, relativas ao orçamento do Conselho, e 521, que aprova os resultados definitivos dos Censos Comercial e dos Serviços, de 1950.

Foram tomadas pela Junta as seguintes deliberações: a) aprovados votos de congratulações com o Município de Ponte Nova, pela passagem do aniversário de sua fundação; com o Prof. Milton da Silva Rodrigues, pelo aparecimento do *Vocabulário Brasileiro de Estatística*; b) formulado voto de pesar pelo falecimento do general Gois Monteiro; c) aprovadas as contas do DEE de Pernambuco, relativas ao auxílio concedido em 1955; d) concedidas isenções do Selo de Estatística para espetáculos beneficentes no interior.



**POSSE** — No dia 16 de novembro, em solenidade realizada na Secretaria-Geral, sob a presidência do Prof. Jurandyr Pires Ferreira, tomou posse no cargo de Inspetor Regional no Ceará o Sr Raul de Figueiredo Rocha, que substituiu, naquelas funções, o Sr Wilson Távora Maia Assis-tiram ao ato, além de Secretário-Geral, substituto, Sr Valdemar Cavalcanti, o Sr Joaquim Pires Ferreira e outras autoridades, bem assim diretores e chefes de Serviço da Secretaria-Geral.

No clichê, um aspecto da posse, quando o novo Inspetor era cumprimentado pelo presidente do IBGE

Publicações distribuídas: *Tableaux choisis de la population et de quelques aspects économiques du Brésil* — do Laboratório de Estatística; *Santa Vitória do Palmar*, monografia municipal — da DDD; *Vocabulário Brasileiro de Estatística*, do Professor Milton da Silva Rodrigues; *Produção industrial na Paraíba em 1954* — da DLE; *Inquéritos econômicos, julho de 1956* — da DLE; *Produção agrícola do Brasil em 1952/1956* — do SEP; *Mensário Estatístico* n.º 63 — do SEEF

★ 7 de novembro, sessão ordinária — O Sr Secretário-Geral fez comunicações relativas aos trabalhos da I Reunião de Inspetores Regionais e à IV Sessão da COINS

A Junta aprovou os seguintes votos: a) de congratulações com a UNESCO, pela passagem do aniversário de sua fundação; com o Ministério da Educação e Cultura e com a Casa de Rui Barbosa, pelo transcurso do Dia da Cultura; com a Prefeitura de Salvador, pelo restabelecimento da Diretoria Municipal de Estatística; b) de reconhecimento, ao Governador do Estado do Rio de Janeiro e ao Prefeito Municipal de

Campos, pelo interesse demonstrado na preservação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal

A Junta concedeu isenções da taxa de Estatística para espetáculos beneficentes que preenchiam os requisitos mínimos

★ 16 de novembro, sessão extraordinária — Os Srs Alberto Martins, Nirceu da Cruz César, Mário Peçanha de Carvalho, Augusto Bulhões e D Dulce Meurer referiram-se à visita feita

**VISITA À IR DE ALAGOAS** — A Inspeção Regional de Alagoas foi visitada por D Adelman Machado, Arcebispo Coadjuutor de Maceió, que percorreu todas as dependências da repartição e examinou alguns dos trabalhos em execução, manifestando, em seguida, admiração pela obra que o IBGE vem realizando. Na foto, um flagrante da visita, vendo-se D. Adelman Machado em companhia do sr José Frankin Casado de Lima, Inspetor Regional naquele Estado



aos respectivos serviços pelos Inspetores Regionais de Estatística. O Sr Alberto Martins comunicou também ter o SEEC concluído a apuração das estatísticas do ensino médio em 1956, por municípios.

O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) prosseguia normalmente, dentro do plano traçado, a I Reunião de Inspetores Regionais; b) tomara posse no mesmo dia o novo Inspetor Regional do Ceará, Sr Raul Figueiredo; c) a Câmara Municipal de Feira de Santana aprovava voto de reconhecimento ao IBGE pela publicação da monografia daquele município

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou voto de congratulações com os Municípios de Lorena e Cotia, pela passagem do centenário de sua emancipação política, e com o Sr Coronel Nelson Mesquita de Miranda, pela sua promoção; b) formulou voto de pesar pelo falecimento do Sr Eduardo Castro, tio do Prof Jurandyr Pires Ferreira; c) baixou a Resolução n° 522, que declara a concordância da JER do Território de Rondônia com a Convenção Nacional de Estatística; d) concedeu isenção da taxa de Estatística a espetáculos beneficentes que preenchiam as condições mínimas; e) aplicou multa a firma do Distrito Federal

Publicações distribuídas: *Ligetas considerações acerca das estimativas pós-censitárias da população dos Municípios* — do Laboratório de Estatística; *Barbacena* — monografia municipal da DDD; *Sinopse estatística do ensino primário fundamental relativa a 1956*, do SEEC; *Produção industrial de Sergipe em 1954*, da DLE; *Produção extrativa vegetal, 1955* — do SEP; *Gado abatido nos matadouros municipais e estabelecimentos industriais particulares em 1940/1955* — do SEP; *Boletim de Serviço* n° 226

★ 12 de novembro, sessão ordinária — A Junta examinou o parecer da Comissão designada para apreciar o projeto de Lei que institui a Guia de Exportação. O Sr Presidente anunciou que já se estava tratando da instalação, na futura Capital Federal, de uma Delegacia Especial do IBGE e que o CNG ia ali montar estação de rádio para ser utilizada pelos órgãos pioneiros e ainda que para lá seriam transferidas máquinas de impressão não mais utilizadas pelo Serviço Gráfico, a fim de que fosse instalada a primeira oficina gráfica, por iniciativa do Instituto

O Sr Valdemar Cavalcanti comunicou à Casa que o Sr Abreu Moreira estaria de regresso no dia 23, e que, sendo aquela a última sessão a que comparecia na qualidade de Secretário-Geral substituto, desejava consignar seus agradecimentos ao Sr Presidente, pela confiança e apreço com que o distinguiu, e aos Srs Conselheiros pela colaboração que lhe haviam prestado

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou votos de congratulações com o Serviço Geográfico do Exército, pela passagem do 24° aniversário da sua fundação; com o prefeito e o povo de Niterói pelo transcurso de aniversário de sua elevação a cidade; e com o

prefeito e o povo de Aracruz pela passagem do IV Centenário de fundação do Município; b) aprovou voto de reconhecimento ao Governador e ao Secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro, em virtude de iniciativa visando a assegurar a consolidação dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal; c) concedeu isenção do Sêlo de Estatística a espetáculos beneficentes no interior

Publicações distribuídas: *Bibliografia sobre a emigração italiana para o Brasil* — do Laboratório de Estatística; *Exportação da Bahia por vias internas, 1955* — da DLE; *Censos econômicos do Estado do Maranhão, 1950*; *Análise Matemática do Estilo*, de autoria do Sr. Tulo Hostílio Montenegro; *Adamantina*, monografia municipal — da DDD; *Imigração portuguesa* — do INIC

★ 28 de novembro, sessão extraordinária — O Sr. Luiz de Abreu Moreira, Secretário-Geral, fez um relatório das atividades desenvolvidas nos Estados Unidos e no Canadá, representando o Brasil na IV Sessão da COINS e se desincumbindo da missão que lhe fora atribuída pelo Sr Presidente. O Sr Alberto Martins congratulou-se com o IBGE pelo êxito do Brasil na IV COINS, felicitando o Sr Luiz de Abreu Moreira pela sua atuação; expressou, ainda, agradecimentos ao Sr Valdemar Cavalcanti, secretário-substituto, pela atenção sempre dispensada aos Srs Conselheiros no exercício daquela função

O Prof Jurandyr Pires Ferreira analisou a exposição do Sr Secretário-Geral, externando sua satisfação pelo desempenho dado pelos delegados brasileiros à sua missão. Em seguida, comunicou que seria assinado um contrato para a construção, em Brasília, da sede da Delegacia do IBGE, cuja "maquette" foi exposta aos Srs Conselheiros

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 523, que modifica o plano nacional de apuração e apresentação da estatística do ensino primário geral; b) aprovou voto de felicitações ao Sr Presidente pelo projeto, de sua autoria, de edifício sede da Delegacia do IBGE em Brasília; c) concedeu isenções do Sêlo de Estatística para espetáculos beneficentes; d) aprovou voto de congratulações com o Liceu de Artes e Ofícios pela passagem do centenário de sua fundação.

Publicações distribuídas: *Quadros sintéticos da safra de 1956/1957* — do IAA; *Estudos demográficos ns 182, 183 e 190* — do Laboratório de Estatística; *Exportação do Maranhão por vias internas em 1955* — da DLE; *Sorocaba*, monografia municipal da DDD; *Bibliografia sobre a emigração italiana para o Brasil* — do Laboratório de Estatística; *Boletim de Serviço* n° 228

★ 5 de dezembro, sessão ordinária — Compareceu à sessão, convidado pela Presidência, o Almirante Ribeiro Espindola, ex-Presidente do IBGE, que foi saudado pelos Srs Alberto Martins e Jurandyr Pires Ferreira

O Sr Presidente designou uma comissão formada pelos Srs Alberto Martins, Coronel Nelson Mesquita de Miranda e Moacir Malhei-

ros para apresentar um projeto de Regimento para os trabalhos da Junta

O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) foi designado para representar o Ministério da Aeronáutica na Junta o Coronel Aviador Dionísio Cerqueira de Taunay; b) o IV Congresso Brasileiro do Turismo aprovou moção de aplausos ao IBGE pela publicação de monografia sobre municípios brasileiros; c) solicitou concessão de "Jeton" ao Secretário-Assistente da JEC A Junta considerou esse último assunto da exclusiva competência da Presidência e da Secretaria

Deliberou a JEC: a) baixar a Resolução 524, que autoriza concessão de auxílio especial para o Natal dos filhos dos empregados do Serviço Gráfico; b) aprovar as contas dos DEE do Ceará e Pará, relativas ao auxílio de 1955; c) aprovar as contas do DEE do Ceará, relativas a um auxílio especial; d) homologar as Resoluções ns 30 e 31, da JERE do Amapá, e ns 120 e 123, da JERE do Pará; e) conceder isenção do Selo de Estatística para espetáculos beneficentes no interior; f) formular votos de congratulações com o SEP pela publicação de *Produção agrícola, por unidades da Federação e zonas fisiográficas, 1955*; e com a Associação Brasileira de Propaganda, pelo transcurso da Semana de Propaganda

Publicações distribuídas: *A indústria e comércio atacadista, agosto de 1956* — da DEL; *Santa Quitéria* — monografia municipal — da DDD; *Estudos sobre as quantidades e os preços das mercadorias produzidas ou negociadas; Números-índices das quantidades e dos valores médios unitários de 180 mercadorias importadas nos anos de 1939/55; Estatística Brasileira da pesca* — do SEP; *Produção agrícola por unidades da federação e zonas fisiográficas, dados de 1955* — do SEP; *Boletim de Serviço* n° 229; *Mensário estatístico* n° 64, do SEEF

★ 12 de dezembro, sessão extraordinária — O Sr Presidente comunicou à Junta que a edição do *Anuário Estatístico do Brasil*, referente a 1956, ficara pronta no dia 9 de dezembro, antes portanto da data oficial de seu lançamento. O Sr Secretário-Geral assinalou os esforços da Diretoria de Documentação e Divulgação e do Serviço Gráfico para publicar o *Anuário* dentro do prazo. Os Srs Conselheiros manifestaram-se a respeito, louvando o trabalho da DDD e do Serviço Gráfico

O Sr Secretário-Geral fez, entre outras, as seguintes comunicações: a) seria realizada no dia 20, na sede do CNE, a eleição do representante dos órgãos filiados; b) visitaria a Junta a Sra Iene Teuber, diretora do Centro de Pesquisas de População da Universidade de Princeton, nos Estados Unidos

A Junta deliberou: a) aprovar voto de congratulações com o Sr Embaixador Carlos Alberto Gonçalves, pela sua promoção; b) aprovar voto de cumprimentos com a Marinha de Guerra pelo transcurso do Dia da Marinha; c) constituir uma comissão, composta pelos Srs Moacir Malheiros, Alberto Martins e Nirceu da Cruz César, para examinar a proposta de venda, ao Instituto, de salas do prédio da

Av Franklin Roosevelt, 194; d) pronunciar-se contra a concessão do "abono de Natal" ao funcionalismo do Conselho; e) aprovar a sugestão do Sr Presidente, no sentido de ser organizada uma colônia de férias para os servidores do IBGE; f) homologar as Resoluções n 156, da JERE do Ceará, e 117, da JERE do Distrito Federal

Publicações distribuídas: *Estudos demográficos* ns 186 e 187 — do Laboratório de Estatística; *Brusque*, monografia municipal — da DDD; *Censo Agrícola de 1950*, do Núcleo de Planejamento Censitário; *Produção industrial de São Paulo, 1954* — da DLE; *Anuário Estatístico de 1956; Indústria de cimento* — do SEP; *Indústria siderúrgica e metalúrgica* — do SEP; *Cadastro das empresas extratoras de carvão mineral existentes no Brasil*, do SEP

★ 19 de dezembro, sessão ordinária — Compareceu pela primeira vez o novo representante do Ministério da Aeronáutica, Coronel-Aviador Dionísio Cerqueira de Taunay, que foi saudado pelo Sr Presidente. O Prof Jurandyr Pires Ferreira informou que o problema de comunicações, com que se defrontam as IR do Amazonas, Mato Grosso e Goiás, estava sendo examinado pela Presidência, tendo sido objeto de debates na I Reunião de Inspectores

A Junta tomou as seguintes deliberações: a) aprovou a prestação de contas do DEE do Estado do Rio de Janeiro, relativa a 1955; b) baixou a Resolução n° 525, que abre crédito suplementar e altera tabelas do Orçamento do Serviço Gráfico; c) aprovou votos de congratulações com a Escola Nacional de Ciências Estatísticas pela formatura dos alunos do Curso Intermediário; com a Escola Superior de Guerra pelo encerramento de seus cursos; com o Sr Ministro da Educação e Cultura pela formatura da primeira turma de alunos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros; com o povo e Prefeito de Lençóis, pelo centenário da emancipação política desse município.

Publicações distribuídas: *Estudos demográficos* n° 191 — Laboratório de Estatística; *Alguns resultados do censo demográfico, segundo os órgãos territoriais militares* — da DLE; *Legislação e resoluções relativas à estatística para fins militares* — da DLE; *Mossoró* — monografia municipal — da DDD; *Produção de origem mineral, janeiro a setembro 1955/56* — do SEP; *Quadro sintético da safra de 1956/57* — do IAA

★ 28 de dezembro, sessão extraordinária — Por solicitação do Sr Alberto Martins, relator da Comissão de Tomada de Contas, o Sr Superintendente do Serviço Gráfico prestou esclarecimentos sobre o orçamento daquele Serviço. Em seguida, o Sr Alberto Martins formulou seu parecer, sendo o Orçamento do Serviço Gráfico aprovado pela Junta, pela Resolução n° 526

A Junta tomou ainda as seguintes deliberações: a) baixou a Resolução n° 527, que aprova o orçamento do CNE, com destaque do orçamento da Escola Nacional de Ciências Estatísticas para ulterior apreciação; b) homolo-

gou as Resoluções n.º 170, da JERE do Amazonas e ns 107, 110, 111, da JERE de Pernambuco; c) aprovou a prestação de contas do DEE do Rio Grande do Sul, relativa a auxílio de 1955; d) aprovou o plano do recenseamento demográfico do município de Ituiutaba, Minas Gerais; e) formulou voto de agradecimentos ao Sr Edmo Monteiro Guimarães, pela sua atuação como representante dos órgãos filia-

dos, na JEC, no ano que se encerrava; f) baixou a Resolução 528 que faz destaque no Organograma do Conselho

Publicações distribuídas: *Estudos demográficos n.º 192* — do Laboratório de Estatística; *Anuário Estatístico do Distrito Federal, 1955*; *Efetivos pecuários e produção de origem animal, 1955*; *Produção de carne em 1940/1950* — do SEP; *Boletim de Serviço, n.º 232*

## REPRESENTANTE DOS ORGÃOS FILIADOS NA JEC

**E**m reunião realizada no dia 20 de dezembro, na sede do Conselho Nacional de Estatística, os delegados dos órgãos filiados ao CNE elegeram o seu representante na Junta Executiva Central, para o exercício de 1957

Estavam presentes os srs Edmo Monteiro Guimarães, Rubens Wilson Dobles, Nosor de Toledo Sanches, Newton Gonçalves do Rêgo Barros, Jorge Kingston, Pedro Fraga, João Eulálio de Carvalho Cesário Alvim, Frederico

Steiniger, respectivamente do Instituto do Açúcar e do Alcool, da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, do Lóide Brasileiro, do Banco do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, do Instituto Brasileiro do Café, do Instituto Nacional do Pinho e do Instituto Nacional do Sal, além do Secretário-Geral do CNE, sr Luiz de Abreu Moreira

Foi eleito, por sete votos, o delegado da Caixa Econômica, que será, assim, o representante dos órgãos filiados na JEC, em 1957

## HOMENAGENS A TEIXEIRA DE FREITAS

**N**UMEROSAS homenagens continuam sendo prestadas à memória de M A Teixeira de Freitas, em todo o Brasil, num movimento espontâneo de simpatia e reverência à personalidade e à obra daquele ilustre brasileiro

Assim é que na Bahia, nos Municípios de Livramento do Brumado, Cachoeira, Castro Alves e Feira de Santana, várias escolas municipais receberam o nome do fundador do

IBGE, o mesmo acontecendo no Município de Cruz Machado, no Paraná

No Recife, o Vereador Liberato Costa Jr apresentou à Câmara Municipal, em sessão de 9-11-1956, um projeto de lei dando à primeira grande avenida a ser aberta naquela Capital o nome de M A Teixeira de Freitas

No Município de Coaraci (Bahia), foi dado o nome do organizador da estatística brasileira a uma das ruas da sede municipal

## NOVO SECRETÁRIO-GERAL DO CNG

**E**m solenidade presidida pelo Prof Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, às 16,30 do dia 23 de novembro, tomou posse do cargo de Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, em substituição ao Geógrafo Fábio de Macedo Soares Guimarães, o Eng.º Virgílio Corrêa Filho, nomeado para exercer aquele cargo, interinamente, por portaria do Sr Presidente do Instituto, de 22 de novembro de 1956

Falaram, primeiramente, o Sr Fábio de Macedo Soares Guimarães, que agradeceu a cooperação recebida pelo funcionalismo, dizen-

do ser uma felicidade poder passar o honroso cargo que exercia ao Sr Virgílio Corrêa Filho, velho servidor da casa, que mais uma vez era chamado a dirigir-lhe os destinos

Em seguida, falou o novo Secretário-Geral que disse da sua disposição de trabalhar pelo êxito das tarefas a cargo do CNG

Por fim, encerrando a solenidade, usou da palavra o Prof Jurandyr Pires Ferreira Presidente do Instituto, que ressaltou o significado do ato, agradecendo a colaboração do ex-Secretário-Geral e felicitando o Sr Virgílio Corrêa Filho

## PEQUENAS NOTÍCIAS

**E**M solenidade realizada no dia 31 de outubro, na Secretaria-Geral do CNE, presentes os sr. Prof. Jurandyr Pires Ferreira, Presidente do IBGE, Valdemar Cavalcanti, Secretário-Geral substituto, diretores e funcionários do Conselho, além de outras autoridades, tomou posse no Cargo de Inspetor Regional de Estatística Municipal no Estado do Rio Grande do Sul o sr. Enio Alvim de Moura. O novo Inspetor, que pertence ao quadro de Agentes Municipais de Estatística, substituiu no cargo o sr. Geraldino Estácio de Faria.

★ No dia 23 de novembro, o Sr. Raul de Figueiredo Rocha, em Fortaleza, com a presença de delegados especiais do IBGE, assumiu o exercício do cargo de Inspetor Regional no Ceará.

★ Em Recife, o novo IR de Pernambuco, sr. João Alfredo Freire, tomou posse no cargo no dia 23 de outubro, na presença de várias autoridades.

★ Depois de ratificar os Convênios Nacionais de Estatística Municipal, a Câmara Municipal

de Caieara (Paraná) aprovou lei, já sancionada pelo Prefeito, autorizando a construção, em área para esse fim reservada na planta geral da cidade, de um prédio destinado à Agência de Estatística e Biblioteca. Os recursos para as obras serão consignados no orçamento de 1957.

★ Atendendo a solicitação do Serviço Nacional da Lepra, o IBGE imprimirá cartazes da Campanha Nacional contra a Lepra.

★ A Câmara Municipal de Vitória aprovou voto de congratulações com o Conselho Nacional de Estatística pela publicação de "Brésil d'Aujourd'hui".

★ Pela Câmara Municipal de Cachoeira (Bahia), foi aprovado por unanimidade um voto de agradecimentos ao CNE pela publicação da monografia daquele Município.

★ Assumiu o posto de Diretor Nacional de Estatística e Censos do Ministério da Fazenda da Argentina o sr. Juan Antonio Rodal.

**REGISTRO INDUSTRIAL** — Para execução do acordo firmado entre o Serviço de Estatística da Produção, o Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho e a Secretaria-Geral do CNE, instalou-se na sede desta última, no dia 10 de outubro, a equipe de apuração do Registro Industrial. As atividades do grupo foram iniciadas imediatamente, em ritmo intensivo, para a rápida atualização das estatísticas industriais. No clichê, um grupo dos servidores componentes da equipe, em pleno trabalho



# REVISTA BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA

ANO XVII, N<sup>os</sup> 65 a 68 — 1956

## ÍNDICE GERAL

### *Através da Imprensa*

- As informações do IBGE — Manoel de Vasconcelos — n.º 66, pág 152  
Aspectos demográficos de São Paulo — Brasília Machado Neto — n.º 65, pág 54  
Atividades do CNG — n.º 65, pág 55  
“Censo Demográfico — Brasil” — n.º 68, pág 340  
Flagrantes Brasileiros — n.º 67, pág 242  
Indústria de artefatos de barro e cimento — n.º 67, pág 241  
Monografias do CNE — Luís Bravo — n.º 66, pág 153  
Mulheres diplomadas — Brasília Machado Neto — n.º 68, pág 340  
Nova legislação para o Brasil — W. Barbosa — n.º 66, pág 149  
O romance da Estatística — Heron Domingues — n.º 66, pág 154  
Os salários na indústria e no comércio atacadista — n.º 67, pág 243  
Problemas da população — Tales de Azevedo — n.º 65, pág 53  
Recenseamento — W. Barbosa — n.º 66, pág 151  
São Paulo, centro de imigração e emigração — n.º 67, pág 242

### *Bibliografia*

- Bibliografia sobre a emigração italiana para o Brasil — Giorgio Mortara — n.º 68, pág. 308  
Conselho Nacional de Estatística — Contribuição para o Estudo da Demografia do Norte, 1956  
— Laboratório de Estatística; *Flagrantes Brasileiros* n.º 3 — n.º 65, pág 52; *Bibliografia geográfico-estatística brasileira*, vol I, 1936/50 (Moacir Santa Lusia Gonçalves) — n.º 66, pág 155  
Ministério das Relações Exteriores — Brasil, 1955 — n.º 65, pág 52  
Publicações do CNE durante o primeiro semestre de 1956 — n.º 66, pág 155  
Publicações do CNE no trimestre julho/setembro de 1956 — n.º 67, pág 246  
Stolnitz, George J — Life tables from limited data: a demographic approach Office of Population Research, Princeton University, 1956 — n.º 67, pág 246  
Woytinsky, W S & E S — World Commerce and Governments The Twentieth Century Fund, New York, 1955 — n.º 65, pág 52

### *Colaboração*

- A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o Censo de 1950 — Giorgio Mortara — n.º 67, pág 177  
A população ativa no mundo (Organização Internacional do Trabalho) — n.º 68, pág. 287  
Aspectos da evolução da Estatística — Milton da Silva Rodrigues — n.º 67, pág 187  
Distribuição territorial dos japoneses no Brasil — Giorgio Mortara — n.º 65, pág 1  
Dois técnicos precursores de Malthus: Boesnier de l'Orne e Auxiron (As idéias sobre população no século XVIII) — Alfred Sauvy — n.º 66, pág 87  
Estatística e Medicina — Lincoln de Freitas Filho — n.º 65, pág 5  
Estatísticas do Trabalho — objetivos, alcance, fontes e programa mínimo — Rodrigo Bolaños Sánchez — n.º 67, pág 191  
Indícios da frequência das uniões conjugais livres em alguns Estados do Brasil — Giorgio Mortara — n.º 66, pág. 81  
Perspectivas das previsões de população — John Hajnal — n.º 67, pág 199  
Sobre algumas curvas de saturação empregadas em ajustamentos de dados observados — João Lyra Madeira — n.º 68, pág. 269

*De ontem e de hoje*

- A província do Rio de Janeiro em 1856 — Conselheiro Nicolau Tolentino — n.º 66, pág. 98; n.º 67, pág. 219
- Os serviços estatísticos do Rio Grande do Sul em meados do século XIX — Renato Costa — n.º 65, pág. 32

*Estudos e sugestões*

- Estatísticas do custo da vida — Robert Morse Woodbury — n.º 66, pág. 95
- Fontes, processos de coleta e natureza dos dados na estatística permanente da habitação no Brasil — Armando Rabello — n.º 67, pág. 209
- Utilização dos métodos de amostragem nas estatísticas oficiais dos Estados Unidos — R. Derymaeker — n.º 65, pág. 21

*Informações Gerais*

- Distribuição da renda nacional — Redação — n.º 65, pág. 47
- Distribuição e crescimento da população brasileira — Redação — n.º 65, pág. 48
- Distribuição territorial dos alemães e dos austríacos presentes no Brasil em 1950 — Áureo Pinto de Figueiredo — n.º 67, pág. 237
- Distribuição territorial dos soviéticos e bálticos presentes no Brasil em 1950 — Rêmulô Coelho — n.º 68, pág. 324
- O controle do Anuário Estatístico Alemão — prof. Everet Cherrington Hughes, da Universidade de Chicago — n.º 66, pág. 139
- Pesquisa do nível mental da população brasileira — Redação — n.º 66, pág. 143
- Salários e custo da vida — Redação — n.º 65, pág. 48
- Território de Rondônia — Redação — n.º 65, pág. 47

*Legislação*

- Atos do Governo: Decreto n.º 38 599, de 17-1-1956 — Aprova o Regulamento da Estatística para fins militares — n.º 65, pág. 36
- Decreto n.º 38 661, de 26-1-1956 — Aprova o Regimento do Serviço de Estatística da Educação e Cultura — n.º 65, pág. 40
- Decreto n.º 39 485, de 28 de junho de 1956 — Dispõe sobre a data da instalação conjunta das Sessões Ordinárias das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia — n.º 66, pág. 148
- Decreto n.º 40 499, de 6-12-1956 — Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre a energia elétrica — n.º 68, pág. 330
- Lei n.º 2 731, de 17-2-1956 — Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia — n.º 65, pág. 42
- Lei n.º 2 944, de 8-11-1956 — Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Imposto Único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios — n.º 68, pág. 329
- Conselho Nacional de Estatística: Ementário das Resoluções da XVI Assembléia Geral do CNE (Res. n.ºs 663 a 684) — n.º 67, pág. 244
- Resoluções da JEC: Res. n.º 498, de 29-2-56 (Dispõe sobre a situação do pessoal remanescente do Recenseamento Geral de 1940) — n.º 65, pág. 43; Res. n.º 499, de 29-2-56 (Cria, em caráter transitório, o Núcleo de Planejamento Censitário) — n.º 65, pág. 45; Res. n.º 500, de 21-3-56 (Autoriza a emissão de Selos de Estatística) — n.º 65, pág. 46; Res. n.º 501, de 27-3-56 (Abre crédito especial de Cr\$ 4 821 000,00 no orçamento do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 65, pág. 46; Res. 502, de 25-4-56 (Altera o orçamento do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 66, pág. 145; Res. n.º 503, de 2-5-56 (Dispõe sobre a função de Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas) — n.º 66, pág. 145; Res. n.º 504, de 2-5-56 (Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Estado de Minas Gerais com a Convenção Nacional de Estatística) — n.º 66, pág. 145; Res. n.º 505, de 2-5-56 (Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Distrito Federal com a Convenção Nacional de Estatística) — n.º 66, pág. 146; Res. n.º 506, de 2-5-56 (Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Território do Acre com a Convenção Nacional de Estatística) — n.º 66, pág. 146; Res. n.º 507, de 2-5-56 (Estende aos Delegados do Instituto junto a Governos Regionais os benefícios do art. 10 da Resolução JEC — 479) — n.º 66, pág. 147; Res. n.º 508, de 23-5-56 (Dispõe sobre o adiamento da XVI Sessão da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 66, pág. 147; Res. n.º 509, de 23-5-56 (Dispõe

sobre o Gabinete da Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) — n.º 66, pág. 147; Res. n.º 510, de 6-6-56 (Autoriza a emissão de Selos de Estatística) — n.º 66, pág. 147; Res. n.º 511, de 4-7-56 (Aprova os resultados definitivos dos Censos Industrial e Agrícola de 1950) — n.º 67, pág. 244; Res. n.º 512, de 19-9-56 (Fixa novo limite para os adiantamentos mensais ao Serviço Gráfico) — n.º 67, pág. 245; Res. n.º 513, de 25-9-56 (Autoriza a organização da Equipe de Apuração do Registro Industrial — EARI) — n.º 67, pág. 245; Res. n.º 514, de 24-10-56 (Ratifica a Res. n.º 483, de 24-8-56, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia) — n.º 68, pág. 332; Res. n.º 515, de 24-10-56 (Autoriza a emissão de Selos de Estatística) — n.º 68, pág. 332; Res. n.º 516, de 31-10-56 (Altera as tabelas explicativas do Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística no exercício de 1956) — n.º 68, pág. 333; Res. n.º 517, de 31-10-56 (Abre o crédito de Cr\$ 3 171 000,00 e altera as tabelas explicativas do Orçamento do Núcleo de Planejamento Censitário) — n.º 68, pág. 334; Res. n.º 518, de 31-10-56 (Abre o crédito suplementar de Cr\$ 1 988 400,00 para o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 68, pág. 334; Res. n.º 519, de 31-10-56 (Abre o crédito especial de Cr\$ 38 935,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 68, pág. 334; Res. n.º 520, de 31-10-56 (Abre crédito suplementar de Cr\$ 150 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 68, pág. 334; Res. n.º 521, de 31-10-56 (Aprova os resultados definitivos dos Censos Comercial e dos Serviços de 1950) — n.º 68, pág. 334; Res. n.º 522, de 16-11-56 (Declara a concordância da organização da Junta Executiva Regional de Estatística do Território de Rondônia com a Convenção Nacional de Estatística) — n.º 68, pág. 335; Res. n.º 523, de 28-11-56 (Modifica o plano nacional de apuração e apresentação da estatística do ensino primário geral) — n.º 68, pág. 336; Res. n.º 524, de 5-12-56 (Abre crédito especial de Cr\$ 100 000,00 no Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística) — n.º 68, pág. 336; Res. n.º 525, de 19-12-56 (Abre o crédito suplementar de Cr\$ 6 660 000,00 e altera as tabelas explicativas do Orçamento do Serviço Gráfico) — n.º 68, pág. 336; Res. n.º 526, de 28-12-56 (Aprova o Orçamento do Serviço Gráfico) — n.º 68, pág. 337; Res. n.º 527, de 28-12-56 (Aprova o Orçamento Geral do Conselho Nacional de Estatística para o exercício de 1957) — n.º 68, pág. 338; Res. n.º 528, de 28-12-56 (Destaca do Orçamento do Conselho Nacional de Estatística do corrente exercício a importância de Cr\$ 1 557 000,00) — n.º 68, pág. 339; Resolução censitária n.º 54, de 17-2-56 (Dispõe sobre o encerramento das atividades do Serviço Nacional de Recenseamento) — n.º 65, pág. 42; Resolução censitária n.º 55, de 29-2-56 (Abre crédito especial de Cr\$ 31 046,40, para pagamento de despesas de exercícios anteriores) — n.º 65, pág. 43

#### *Necrológicos*

Dr. M. A. Teixeira de Freitas — Redação — n.º 65, pág. 57  
 General Lima Figueiredo — Redação — n.º 66, pág. 175

#### *Noções de Metodologia*

Demonstração pela álgebra de matrizes do método Doolittle abreviado — Frederico Pimentel Gomes — n.º 67, pág. 216  
 Novo método de pesquisa de resultados experimentais — G. Blet — n.º 66, pág. 125

#### *Reportagem*

A economia agropecuária em São Paulo — Redação — n.º 66, pág. 138  
 IV Sessão da COINS — n.º 68, pág. 341

#### *Resenha*

Acórdão sobre as estatísticas industriais — Redação — n.º 67, pág. 264  
 Atividades da ENCE — Redação — n.º 65, pág. 78  
 Atividades da JEC — Redação — n.º 65, pág. 73; n.º 66, pág. 167; n.º 67, pág. 261; n.º 68, pág. 349  
 Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais — Redação — n.º 66, pág. 174  
 Concurso para sociólogos e demógrafos — Redação — n.º 66, pág. 173  
 Conferência sobre assimilação cultural do imigrante — Redação — n.º 66, pág. 171  
 Curso de aperfeiçoamento em estatística econômica — Redação — n.º 67, pág. 263  
 Curso sobre direito financeiro — Redação — n.º 66, pág. 172  
 Décima Sexta Assembléia Geral do CNE — Redação — n.º 67, pág. 248  
 Décimo Oitavo Congresso Internacional de Geografia — Redação — n.º 66, pág. 173; n.º 67, pág. 265  
 Homenagem ao Secretário-Geral do CNE — Redação — n.º 65, pág. 77  
 Homenagens a Teixeira de Freitas — n.º 68, pág. 356

- Nova diretoria da SBE — Redação — n.º 67, pág. 267  
 Novo presidente do IBGE — Redação — n.º 66, pág. 157  
 Novo Secretário-Geral do CNE — Redação — n.º 67, pág. 264  
 Novo Secretário-Geral do CNG — n.º 68, pág. 356  
 O ensino da Estatística na Bahia — Redação — n.º 67, pág. 266  
 O falecimento do Dr. M. A. Teixeira de Freitas — Redação — n.º 65, pág. 57  
 O IBGE e a Constituição — Redação — n.º 67, pág. 266  
 O IBGE na mensagem presidencial — Redação — n.º 65, pág. 72  
 Pequenas notícias — Redação — n.º 65, pág. 79; n.º 66, pág. 174; n.º 67, pág. 267; n.º 68, pág. 357  
 Primeira Reunião de Inspectores Regionais — n.º 68, pág. 348  
 Primeiro Centenário da Estatística Espanhola — Redação — n.º 67, pág. 267  
 Primeiro Painel nipo-brasileiro — Redação — n.º 66, pág. 172  
 Representantes dos Órgãos Filiais na JEC — n.º 68, pág. 356  
 Secretaria-Geral do CNE — Redação — n.º 66, pág. 170  
 Vigésimo aniversário do IBGE — Redação — n.º 66, pág. 161

*Vultos da Estatística Brasileira*

- M. A. Teixeira de Freitas — Redação — n.º 65, pág. 49

*Índice de autores*

- AZEVEDO, Thales de — Problemas de População — n.º 65, pág. 53  
 BARBOSA, W. — Nova legislação para o Brasil — n.º 66, pág. 149; Recenseamento — n.º 66, pág. 151  
 BLET, G. — Novo método de pesquisa de resultados experimentais — n.º 66, pág. 125  
 BRAVO, Luís — Monografias do CNE — n.º 66, pág. 153  
 COELHO, Rêmulô — Distribuição territorial dos soviéticos e bálticos presentes no Brasil, em 1955 — n.º 68, pág. 324  
 COSTA, Renato — Os serviços estatísticos do Rio Grande do Sul em meados do Século XIX — n.º 65, pág. 32  
 DERYMAEKER, R. — Utilização dos métodos de amostragem nas estatísticas oficiais dos Estados Unidos — n.º 65, pág. 21  
 DOMINGUES, Heron — O Romance da Estatística — n.º 66, pág. 154  
 FIGUEIREDO, Aureo Pinto de — Distribuição Territorial dos Alemães e dos Austríacos presentes no Brasil em 1950 — n.º 67, pág. 237  
 FREITAS FILHO, Lincoln de — Estatística e Medicina — n.º 65, pág. 5  
 GOMES, Frederico Pimentel — Demonstração pela álgebra de matrizes do método Doolittle abreviado — n.º 67, pág. 217  
 HAJNAL, John — Perspectivas das previsões de população — n.º 67, pág. 199  
 MACHADO NETO, Brasília — Aspectos demográficos de São Paulo — n.º 65, pág. 54; Mulheres diplomadas — n.º 68, pág. 340  
 MADEIRA, João Lyra — Evolução demográfica da Costa Rica — n.º 65, pág. 15; Sobre algumas curvas de saturação empregadas em ajustamentos de dados observados — n.º 68, pág. 269  
 MORTARA, Giorgio — A fecundidade das mulheres e a sobrevivência dos filhos no Brasil, segundo o Censo de 1950 — n.º 67, pág. 177; Distribuição territorial dos japoneses no Brasil — n.º 65, pág. 1; Índícios da frequência das uniões conjugais livres em alguns Estados do Brasil — n.º 66, pág. 81; Bibliografia sobre a emigração italiana para o Brasil — n.º 68, pág. 308  
 RABELLO, Armando — Fontes, processos de coleta e natureza dos dados na estatística permanente da habitação no Brasil — n.º 67, pág. 209  
 RODRIGUES, Milton da Silva — Aspectos da evolução da Estatística — n.º 67, pág. 187  
 SÁNCHEZ, Rodrigo Bolaños — Estatísticas do trabalho (objetivos, alcance, fontes e programa mínimo) — n.º 67, pág. 191  
 SAUVY, Alfred — Dois técnicos precursores de Malthus: Boesnier de l'Orne e Aurixon — n.º 66, pág. 87  
 TOLENTINO, Conselheiro Nicolau — A província do Rio de Janeiro em 1856 — n.º 66, pág. 98; A província do Rio de Janeiro em 1856 (conclusão) — n.º 67, pág. 219  
 WOODBURY, Robert Morse — Estatísticas do custo da vida (normas e técnicas atuais) — n.º 66, pág. 95  
 VASCONCELOS, Manoel de — As informações do IBGE — n.º 66, pág. 152

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

PRESIDENTE  
JURANDYR PIRES FERREIRA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, é uma entidade de natureza federativa, subordinada diretamente à Presidência da República. Tem por fim, mediante a progressiva articulação e cooperação das três ordens administrativas da organização política da República e da iniciativa particular, promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racionalizado, o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais, bem como incentivar e coordenar as atividades geográficas dentro do País, no sentido de estabelecer a cooperação geral para o conhecimento metódico e sistematizado do território brasileiro. Dentro do seu campo de atividades, coordena os diferentes serviços de estatística e de geografia, fixa diretrizes, estabelece normas técnicas, faz divulgação, propõe reformas, recebe, analisa e utiliza sugestões, forma especialistas, prepara ambiente favorável às iniciativas necessárias, reclamando, em benefício dos seus objetivos, a colaboração das três órbitas do Governo e os esforços conjugados de todos os brasileiros de boa vontade.

## ESQUEMA ESTRUTURAL

A formação estrutural do Instituto compreende dois sistemas permanentes — o dos Serviços Estatísticos e o dos Serviços Geográficos, — e um de organização periódica — o dos Serviços Censitários.

### I — SISTEMA DOS SERVIÇOS ESTATÍSTICOS

O Sistema dos Serviços Estatísticos compõe-se do Conselho Nacional de Estatística e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, órgão de orientação e coordenação geral, criado pelo Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho.

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", que são: a *Assembleia Geral*, composta dos membros da Junta Executiva Central, representando a União, e dos Presidentes das Juntas Executivas Regionais, representando os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); a *Junta Executiva Central*, composta do Presidente do Instituto, dos Diretores das cinco Repartições Centrais de Estatística, representando os respectivos Ministérios, e de representantes designados pelos Ministérios da Viação e Obras Públicas, Relações Exteriores, Guerra, Marinha e Aeronáutica (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena e delibera "ad referendum" da Assembleia Geral); as *Juntas Executivas Regionais*, no Distrito Federal, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com a J.E.C. (reúne-se ordinariamente no primeiro dia útil de cada quinzena).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", subdivididos em *Comissões Técnicas*, isto é, "Comissões Permanentes" (estatísticas fisiográficas, estatísticas demográficas, estatísticas econômicas etc.) e tantas "Comissões Especiais" quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, composto de 36 membros eleitos pela Assembleia Geral.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", isto é, as seis Repartições Centrais de Estatística — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política (Ministério da Justiça), Serviço de Estatística da Educação e Saúde (Ministério da Educação), Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho (Ministério do Trabalho), Serviço de Estatística da Produção (Ministério da Agricultura), Serviço de Estatística Econômica e Finanças (Ministério da Fazenda) e Serviço de Estatística da Saúde (Ministério da Saúde); e órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos.

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições Centrais de Estatística Geral existentes nos Estados — Departamentos Estaduais de Estatística, e no Distrito Federal e no Território do

Acre — Departamentos de Geografia e Estatística, mais os órgãos cooperadores: Serviços e Seções de estatística especializada em diferentes departamentos administrativos regionais.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", isto é, as Agências Municipais de Estatística, existentes em todos os Municípios, subordinadas administrativamente à Secretaria-Geral do C N E, através da respectiva Inspecção Regional das Agências Municipais e, tecnicamente, ao Departamento Estadual de Estatística.

### II — SISTEMA DOS SERVIÇOS GEOGRÁFICOS

O Sistema dos Serviços Geográficos compõe-se do Conselho Nacional de Geografia e do Quadro Executivo.

A — CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA, órgão de orientação e coordenação, criado pelo Decreto n.º 1 527, do 24 de março de 1937, consta de:

1. Um "ÓRGÃO ADMINISTRATIVO", que é a Secretaria-Geral do Conselho

2. "ÓRGÃOS DELIBERATIVOS", ou sejam a *Assembleia Geral*, composta dos membros do Diretório Central, representando a União, e dos presidentes dos Diretórios Regionais, representando os Estados e o Território do Acre (reúne-se anualmente no mês de julho); o *Diretório Central*, composto do Presidente do Instituto, do Secretário-Geral do C N G, de um delegado técnico de cada Ministério, de um representante especial do Ministério da Educação e Saúde pelas instituições de ensino da Geografia, de um representante especial do Ministério das Relações Exteriores, de um representante do Governo Municipal da Capital da República e de um representante do C N E (reúne-se ordinariamente no terceiro dia útil de cada quinzena); os *Diritórios Regionais*, nos Estados e no Território do Acre, de composição variável, mas guardada a possível analogia com o D. C. (reúne-se ordinariamente uma vez por mês).

3. "ÓRGÃOS OPINATIVOS", isto é, *Comissões Técnicas*, tantas quantas necessárias, e *Corpo de Consultores-Técnicos*, subdividido em Consultoria Nacional, articulada com o D. C., e 21 Consultorias Regionais, articuladas com os respectivos D. R.

B — QUADRO EXECUTIVO (cooperação federativa):

1. "ORGANIZAÇÃO FEDERAL", com um órgão executivo central, — o Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica — e órgãos cooperadores — Serviços especializados dos Ministérios da Agricultura, Viação, Trabalho, Educação, Fazenda, Relações Exteriores e Justiça, e dos Ministérios Militares (colaboração condicionada).

2. "ORGANIZAÇÃO REGIONAL", isto é, as repartições e institutos que funcionam como órgãos centrais de Geografia nos Estados.

3. "ORGANIZAÇÃO LOCAL", os Diretórios Municipais, Corpos de Informantes e Serviços Municipais com atividades geográficas.

Sede do INSTITUTO: Av. Franklin Roosevelt, 166  
RIO DE JANEIRO

# INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

QUADRO EXECUTIVO DO CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA  
(Repartições Centrais em 31-XII-1956)

## ORGANIZAÇÃO FEDERAL:

- Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política — Ministério da Justiça e Negócios Interiores  
Diretor — *RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO*
- Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda  
Diretor — *AUGUSTO DE BULHÕES*
- Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura  
Diretor — *DULCE DE MATTOS MEURER*
- Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio  
Diretor — *NIRCEU DA CRUZ CÉSAR*
- Serviço de Estatística da Educação e Cultura — Ministério da Educação e Cultura  
Diretor — *ALBERTO MARTINS*
- Serviço Estatística da Saúde — Ministério da Saúde  
Diretor — *ACHILLES SCORZELLI JÚNIOR*

## ORGANIZAÇÃO REGIONAL:

- Território do Acre..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Oswaldo Pinheiro Lima*
- Território do Amapá..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Heitor de Azevedo Picango*
- Território de Rondônia..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *Cirilo Arruda*
- Território do Rio Branco..... — Serviço de Geografia e Estatística  
Diretor — *José da Silva Pereira Campos*
- Amazonas..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Maria dos Remédios V. de Oliveira*
- Pará..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Pe. Cupertino Contente*
- Maranhão..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Martins Dourado*
- Piauí..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José Lopes dos Santos*
- Ceará..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Tomás Gomes da Silva*
- Rio Grande do Norte..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Agenor Bezerra de Araújo Lima*
- Paraíba..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Adalberto de Araújo Barreto*
- Pernambuco..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Paulo Acioli Pimentel*
- Alagoas..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *José de Carvalho Verca*
- Sergipe..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Rui Elói dos Santos*
- Bahia..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Felipe Nery do Espírito Santo*
- Minas Gerais..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Romeu Jacob*
- Espírito Santo..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Jaime Smith*
- Rio de Janeiro..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Aldeamar Alegria*
- Distrito Federal..... — Departamento de Geografia e Estatística  
Diretor — *Flávio Faria*
- São Paulo..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Celeste Ângela de Sousa Andrade*
- Paraná..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Jahyr Leal*
- Santa Catarina..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Walter Belo Wanderley*
- Rio Grande do Sul..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Adalberto Tosias*
- Goias..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Gerardo Campos*
- Mato Grosso..... — Departamento Estadual de Estatística  
Diretor — *Hormina Pitaluga de Moura*

Nota — Colaboram com essas repartições aproximadamente 2.300 Agências Municipais de Estatística, além de numerosos órgãos de estatística especializada, da União, dos Estados e dos Municípios.